



RELATÓRIO E CONTAS

ÍNDICE

Índice.....	1
Sumário executivo.....	7
Caracterização da entidade	12
1. Identificação.....	12
2. Legislação.....	14
3. Participações da entidade.....	14
4. Descrição sumária das atividades.....	15
5. Composição do órgão executivo	15
5.1 Identificação dos membros do órgão executivo	15
5.2 Número de vereadores	16
5.3 Número de leitores	16
6. Organização contabilística.....	16
7. Outra informação.....	16
7.1 Ações de fiscalização (últimos 5 anos)	16
7.2 Aprovação dos documentos.....	17
7.3 Inscrição do saldo de gerência do ano anterior	17
7.4 Informação relativa à consolidação de contas.....	17
7.5 Descentralização administrativa	17
7.6 Delegação de competências.....	17
7.7 Informação relativa a pessoal	18
7.8 Prazo médio de pagamento	18
7.10 Concessões e serviços públicos/Obras Públicas.....	18
7.11 Mecanismos de recuperação financeira e outros programas de regularização de dívidas a fornecedores	18
Desempenho orçamental	19
1. Indicadores orçamentais.....	20
2. Análise à execução orçamental.....	24
2.1 Execução da receita.....	25
2.2 Execução da despesa.....	37
2.3 Equilíbrio orçamental	48
2.4 Saldo de gerência	49

Desempenho económico-financeiro	52
1. Indicadores económico-financeiros.....	53
2. Análise ao balanço	54
3. Análise à demonstração de resultados	56
4. Dívida	57
5. Contabilidade de gestão	64
6. Nota sobre aplicação de resultados	70
COVID-19	71
Demonstrações financeiras	74
1. Balanço	75
2. Demonstração de Resultados por natureza	77
3. Demonstração das alterações do património líquido	78
4. Demonstração dos fluxos de caixa	79
Anexos às demonstrações financeiras	81
1. Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico	81
2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	82
3. Ativos intangíveis (AI).....	86
4. Contratos de concessão (concedente)	88
5. Ativos fixos tangíveis (AFT).....	88
6. Loções	92
7. Custo de empréstimos obtidos	92
9. Imparidade de ativos.....	93
10. Inventários	94
11. Agricultura.....	94
12. Contratos de construção	95
13. Rendimento de transações com contraprestação	95
14. Rendimento de transações sem contraprestações	95
15. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	96
16. Efeitos de alterações em taxas de câmbio	96
17. Acontecimentos após a data de relato	96
18. Instrumentos financeiros	97
20. Divulgações de partes relacionadas	98
21. Relato por segmentos	99

22 Interesses em outras entidades	99
23. Outras informações.....	99
Conclusão	104

Figuras

Figura 1 Indicadores de receita	20
Figura 2 Indicadores de despesa	21
Figura 3 Indicadores de equilíbrio orçamental e dívida	22
Figura 4 Evolução da estrutura financeira	23
Figura 5 Execução da receita cobrada e da despesa paga.....	24
Figura 6 Variação da receita cobrada e da despesa paga - 2020/2021.....	25
Figura 7 Distribuição de receitas - 2021	28
Figura 8 Distribuição de receitas - 2020	28
Figura 9 Evolução das receitas cobradas	29
Figura 10 Variação das principais receitas correntes - 2020/2021	31
Figura 11 Principais receitas correntes de 2021	32
Figura 12 Evolução dos impostos diretos	33
Figura 13 Principais receitas de capital - 2020	34
Figura 14 Distribuição das transferências recebidas.....	35
Figura 15 Principais projetos cofinanciados	37
Figura 16 Distribuição da despesa - 2021	39
Figura 17 Distribuição da despesa - 2020	40
Figura 18 Evolução das despesas.....	40
Figura 19 Distribuição da despesa corrente paga	42
Figura 20 Despesas com o pessoal	43
Figura 21 Variação da aquisição de bens e serviços - 2020/2021.....	44
Figura 22 Principais variações da aquisição de bens de capital - 2020/2021.....	46
Figura 23 Distribuição das transferências concedidas	47
Figura 24 Aferição do equilíbrio orçamental	48
Figura 25 Poupança corrente	48
Figura 26 Evolução dos pagamentos e recebimentos.....	49
Figura 27 Evolução do saldo de gerência.....	50
Figura 28 Evolução da dívida.....	58
Figura 29 Variação da dívida – 2020/2021.....	58
Figura 30 Distribuição da dívida	59
Figura 31 Limite da dívida total.....	62
Figura 32 Distribuição dos custos por funções	66
Figura 33 Distribuição dos custos por tipo de atividade	66
Figura 34 Custos com a educação por estabelecimento	67
Figura 35 Custos com principais eventos.....	68
Figura 36 Variação dos custos com os principais eventos – 2020/2021	68

Figura 37 Custos com infraestruturas desportivas.....	69
Figura 38 Custos com a habitação social	69
Figura 39 Despesas no âmbito do COVID-19	72
Figura 40 Quebra estimada da receita – COVID-19.....	73

Tabelas

Tabela 1 Resumo da execução orçamental	24
Tabela 2 Receita por classificação económica - 2021.....	26
Tabela 3 Execução da receita	27
Tabela 4 Receita corrente cobrada bruta	30
Tabela 5 Execução da receita de capital e das outras receitas.....	33
Tabela 6 Receita proveniente de transferências	35
Tabela 7 Receita corrente comparticipada	36
Tabela 8 Receita de capital comparticipada	36
Tabela 9 Despesa por fases - 2020	38
Tabela 10 Despesa paga.....	38
Tabela 11 Despesa corrente paga	41
Tabela 12 Despesa com o pessoal	42
Tabela 13 Despesa de capital paga.....	45
Tabela 14 Despesas realizadas com transferências e subsídios.....	46
Tabela 15 – Resumo da conta de gerência	49
Tabela 16 Indicadores económico-financeiros	53
Tabela 17 Balanço sintético	54
Tabela 18 Demonstração de resultados por natureza	56
Tabela 19 Dívida	57
Tabela 20 Financiamentos obtidos.....	59
Tabela 21 Serviço da dívida.....	60
Tabela 22 Limite da dívida total	61
Tabela 23 Apuramento da dívida total.....	61
Tabela 24 Custos por função	65

SUMÁRIO EXECUTIVO

A 27 de dezembro de 2020, menos de um ano após o início da pandemia, Portugal inicia o processo de vacinação e o ano de 2021 inicia-se com a esperança de uma vacina contra o SARS – COV2 e do regresso à normalidade.

No entanto o aparecimento de uma nova variante, com graves efeitos na capacidade de resposta do Serviço Nacional de Saúde, provoca o segundo confinamento geral do país, logo no início do ano de 2021.

Apesar dos impactos deste segundo confinamento serem menos negativos que o primeiro, os efeitos na economia e na sociedade concretamente nas famílias, levou a que o executivo anterior deliberasse a manutenção das medidas de apoio que tinham sido criadas no início da pandemia, nomeadamente;

- Prestação de apoio para compras de bens essenciais para pessoas idosos sem suporte familiar juntamente com as juntas de freguesia;
- Disponibilização de atendimento e acompanhamento psicológico via telefone;
- Disponibilização de alojamento de emergência, kit higiene, tratamento de roupa e refeições para pessoas em situação de sem abrigo;
- Implementação do cartão abem para apoio à compra de medicamentos;
- Reforço do protocolo com a Conferência da Virgem Santíssima com vista a comparticipação de despesas essenciais a agregados em situação de vulnerabilidade social:
- Alargamento da medida de apoio à comparticipação financeira no pagamento de rendas a cerca de 30 famílias no âmbito do regulamento municipal em vigor;
- Reforço do apoio alimentar a famílias com carência económica, quer em regime de takeaway, quer na modalidade de senhas para compra de bens essenciais;
- Abertura das cantinas escolares para usufruto de refeições escolares aos alunos com escalão A e B no período de interrupção letiva;
- Disponibilização de dispositivos informáticos e acesso a rede móvel a alunos sinalizados como não dispendo dos meios necessários para as aulas não presenciais;
- A isenção das taxas de ocupação de espaço público e publicidade, cobradas no âmbito do Regulamento Municipal de Ocupação de Espaço Público e Publicidade de Tavira;

- A isenção integral do pagamento de rendas a todos os estabelecimentos comerciais em espaços municipais, que sejam propriedade da câmara;
- A isenção dos valores relativos ao pagamento do serviço de apoio à família (refeições e prolongamentos de horário) quanto ao ensino pré-escolar, assim como o suporte das refeições escolares, no 1.º ciclo do ensino básico, relativamente aos encarregados de educação das crianças que frequentam estabelecimentos da rede pública;
- A suspensão do pagamento de rendas quanto aos/às moradores/as em habitação municipal, enquanto contributo à sua sustentabilidade financeira, perante a particular situação de fragilidade social evidenciada, desde abril;
- Isenção das tarifas de disponibilidade de água, saneamento e resíduos por parte da Tavraverde EM;
- Criação do Regulamento Municipal de Apoio à Economia Local que permitiu apoiar empresas com quebras acentuadas de faturação no valor de 350,000€ a acrescer ao apoio que tinha sido realizado em articulação com a Associação Baixa de Tavira no final de dezembro de 2020.

Por força da evolução da pandemia foram sendo aplicadas ao longo do ano, e de acordo com as avaliações periódicas da Direção Geral de Saúde medidas mais ou menos restritivas consoante o número de infeções e mortes registados.,

Estas constantes alterações foram sendo acompanhadas e implementadas no concelho através da subcomissão da Proteção Civil que desde o início da pandemia acompanhou o evoluir da situação localmente intervindo sempre que necessário de modo a garantir a mitigação do risco de contágio.

Ultrapassada a escassez inicial de vacinas e com um trabalho árduo realizado pela equipa da Task Force da Vacinação, em articulação com os dos municípios, foram montados centros de vacinação em grande escala, o que permitiu que no final de Agosto de 2021 70 % da população portuguesa elegível tivesse o esquema vacinal completo, iniciando-se em setembro o processo de vacinação para os jovens entre os 12 e os 17 anos. Em Tavira numa parceria entre o Município e o Centro Saúde, o centro vacinação funcionou até outubro no Pavilhão da Escola D. Paio Peres Correia tendo posteriormente passado para o Parque de Feiras e Exposições.

Obviamente que o evoluir da pandemia teve impacto na atividade municipal e foram tomadas várias medidas no sentido de garantir a segurança dos trabalhadores e da população, designadamente

através do plano de contingência para os serviços da câmara municipal, da adoção do teletrabalho, do atendimento não presencial, do encerramento dos equipamentos municipais desportivos e culturais.

Apesar das restrições o executivo continuou a promover o bem-estar da sua população, dando continuidade aos apoios e projetos de anos anteriores, designadamente:

- os apoios às famílias, através não só da oferta do material escolar como dos livros de fichas aos alunos do 1º ciclo, da atribuição de bolsas de estudo a jovens universitários, da diminuição do IMI e da adoção do IMI familiar;
- os apoios às associações sociais, desportivas, culturais e recreativas com vista ao desenvolvimento dos seus Planos de Atividades, que também sofreram fortes impactos com a pandemia;
- a promoção turística do concelho e a realização do Verão em Tavira, numa versão segura, de forma a potenciar a procura do mercado interno e contribuir para atenuar as quebras da diminuição dos visitantes externos;
- A realização de vários eventos culturais on-line com objetivo de manter a programação cultural regular e apoiar os artistas e associações locais;
- Continuação do Programa de Promoção da Atividade Física em versão *on-line* de modo a contribuir para a melhoria da saúde física e mental da população.

No que toca aos investimentos de capital pudemos assistir em 2021 à continuidade da reabilitação da rede viária do concelho, à reabilitação do Cine Teatro António Pinheiro, à requalificação de equipamentos escolares, dos edifícios de habitação social, entre outros.

Não obstante as empreitadas já referidas outras se verificaram ainda no ano em análise, das quais se destacam:

Empreitadas concluídas:

- Requalificação da Escola EB1 e Pré-Escolar de Santo Estevão - €626.928;
- Ponte sobre o rio Gilão na ligação do Largo da Caracolinha à Rua do Cais - €1.472.334;
- Beneficiação de Recintos Polidesportivos - €138.375;
- Obras de conservação nas piscinas municipais de Tavira - €1.339.952;
- Casa da aldeia e Jardim Público de Cachopo - €260.496;

- Intervenção em Espaço Público no Concelho - €214.707;
- Intervenção nas paragens e nos abrigos BUS existentes na ER 125 no concelho de Tavira - €159.572;
- Substituição do Passadiço de Cabanas - € 492.972;
- Obras Conservação e Beneficiação na rede viária do concelho - Caminhos Municipais na Freguesia Tavira e na Freguesia da Luz de Tavira e Santo Estevão - €1.648.695.
- Obras Conservação e Beneficiação na rede viária do concelho - Caminhos Municipais na freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo -€414.673.

Empreitadas em procedimento e em curso;

- Requalificação da Rua Capitão Jorge Ribeiro em Cabanas - €1.409.027;
- Conservação e Restauro do património integrado e móvel da Igreja Matriz de Santa Maria do Castelo - €259.949;
- Intervenção no Mercado da Ribeira – Impermeabilização da cobertura – €95.414;
- Beneficiação da Ecovia do Litoral Algarvio - €272.875,37;
- Substituição de Coberturas em Fibrocimento em Escolas do Concelho - €193.865,34;
- Valorização dos Espaços Exteriores da Atalaia – Quarteirão Norte – €417.441;
- Obras conservação na EM 397 e Monte dos Currais - €792.247;
- Obras Conservação e Beneficiação na rede viária do concelho - Arruamentos na Freguesia de Tavira €720.278,14;
- Alteração da Instalação elétrica e de telecomunicações do Edifício do Compromisso Marítimo - €56.044;
- Obras Conservação e Beneficiação na rede viária do concelho - Arruamentos Santa Luzia - €227.506.
- Obras de Conservação em Edifícios de Habitação Social – €1.825.980;
- Requalificação da Praceta Diogo Mendonça Corte – Real - €65.967,66;
- Centro Meios Aéreos de Cachopo - €2.500.466,36;
- Valorização Paisagística dos lotes 15 e 28 da Rua José de Oliveira em Santa Luzia - €133.153,45;
- Obras de Conservação na EB1 D. Manuel I - €158.567,07.

Apesar de todos os constrangimentos enfrentados no ano de 2020 e que continuaram a verificar-se em 2021, o município conseguiu ter um conjunto de respostas que permitiram atenuar os efeitos da crise económica e social originada pela pandemia - COVID 19, ao mesmo tempo que continuou a sua atividade regular adaptando-a sempre que possível às contingências da realidade vivida.

O relatório que se segue trata-se de um documento técnico que pretende demonstrar de uma forma clara e detalhada qual a posição das receitas e das despesas municipais, bem como uma análise da situação económico – financeira do município.

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

Este capítulo contém a informação em relação à caracterização do Município de Tavira, conforme o Modelo 8.2 da Instrução n.º 1/2019 de 6 de março, do Tribunal de Contas.

1. IDENTIFICAÇÃO

Designação: Município de Tavira

NIPC: 501 067 191

Natureza: Autarquia Local

Endereço Postal: Praça da República, 8800 Tavira

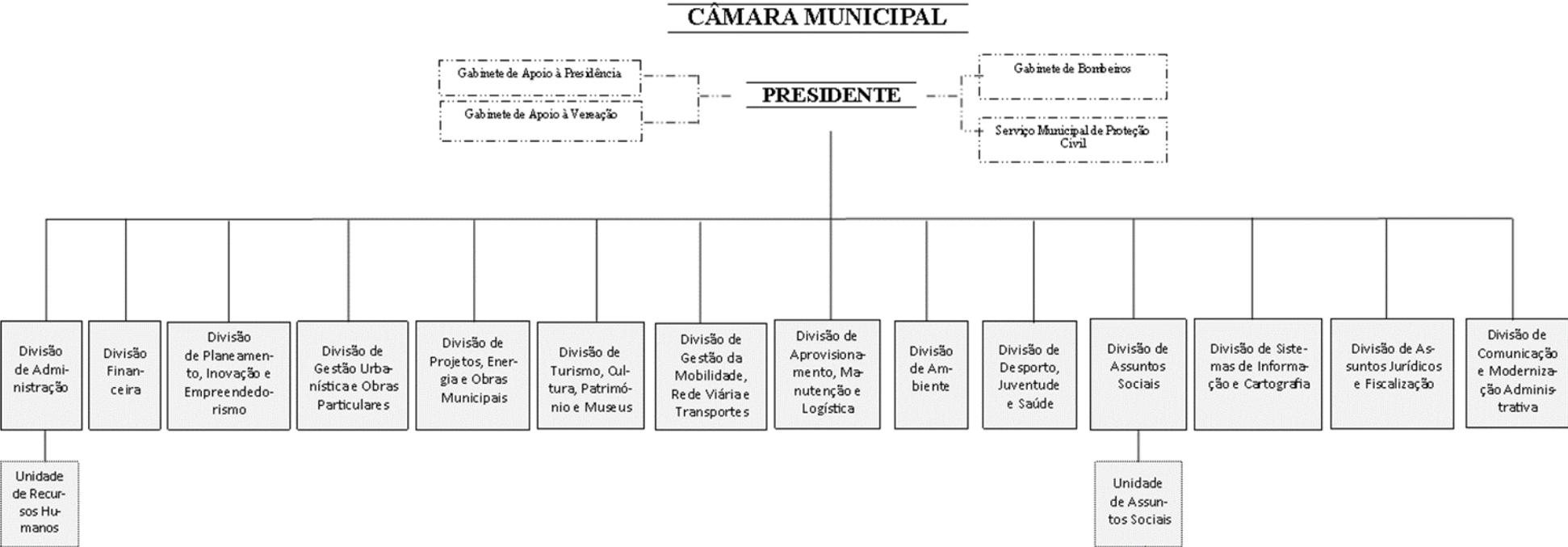
Telefone / Fax: 281 320 500

Endereço correio eletrónico: camara@cm-tavira.pt

Sítio na internet: www.cm-tavira.pt

Tem serviços de natureza consultiva e/ou serviços de fiscalização? Sim

Organograma:



— cargo de direção intermédia de 2.º grau
 cargo de direção intermédia de 3.º grau

2. LEGISLAÇÃO

Regime financeiro: Lei n.º 73/2023 de 3 de setembro republicada em anexo à Lei n.º 51/2018 de 16 de agosto na sua versão atual.

Regime jurídico: Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua versão atual.

3. PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE

Serviços municipalizados	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>
Serviços intermunicipalizados	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>
Entidades intermunicipais	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>
Entidades associativas municipais	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>
CI-AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>
APMCH - Associação Portuguesa Municípios com centro Histórico	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>
Empresas locais	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>
TaviraVerde - Empresa Municipal de Ambiente, E.M.	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>
EMPET - Parques Empresariais de Tavira , E.M.	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>
Empresas participadas	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>
ALGAR - Valorização e tratamento de Resíduos Sólidos, SA	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>
Águas do Algarve, SA	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>
Globalgarve - Cooperação e Desenvolvimento, SA	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>
Cooperativas	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>
CCAM - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Sotavento Algarvio	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>
ALSUD - Cooperativa de Ensino e For. Profissional do Alg., CIPRL	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>
Fundações	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>
Entidades de outra natureza	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>
POLIS - Sociedade Polis Litoral Ria Formosa S.A.	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>

4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES

A atividade principal do Município é a 84113 – administração local, tendo como atividades secundárias as seguintes: 84250 - atividade de proteção civil; 86902 - atividade de ambulância; 55300 - parques de campismo e caravanismo; 68200 - arrendamento de bens imobiliários; 85100 - educação pré-escolar; 85201 - ensino básico (1.º ciclo); 85202 - ensino básico (2.º ciclo); 85310 - ensino básico (3.º ciclo) e secundário.

5. COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO

5.1 Identificação dos membros do órgão executivo

Período 01-01-2021 a 14-10-2021

Presidente	Ana Paula Fernandes Martins
Vereador	José Manuel Madeira Guerreiro
Vereador	João Pedro da Conceição Rodrigues
Vereador	José Vitorino Rodrigues Pereira
Vereadora	Elsa Maria Simas Cordeiro
Vereador	Rui Manuel Mestra Domingos
Vereadora	Marta Sofia Domingos Fonseca Martins
Vereador	Daniel Alexandre de Sousa

Período 15-10-2021 a 31-12-2021

Presidente	Ana Paula Fernandes Martins
Vereador	Dinis Manuel da Palma Faísca
Vereador	Eurico Manuel Domingos da Palma
Vereador	Luís Filipe Rosado Vicente Beato
Vereadora	Sónia Jorge Costa Pires
Vereador	Maria Inês Mendonça Faleiro
Vereadora	Narciso dos Reis Martins Barradas

5.2 Número de vereadores

Em regime de permanência	<input type="text" value="3"/>
A meio tempo	<input type="text" value="0"/>
Restantes Vereadores	<input type="text" value="3"/>

5.3 Número de leitores

Até 10.000	<input type="checkbox"/>
Mais de 10.000 e menos de 40.000	<input checked="" type="checkbox"/>
Igual ou superior a 40.000	<input type="checkbox"/>

6. ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

O Município de Tavira está a utilizar diariamente a aplicação Sistema de normalização contabilística (SNC), com interligação ao Sistema de gestão de tesouraria (SGT), o programa de emissão de guias de recebimento e de faturas (TAX), o Sistema de normalização do património (SNP), o Gestão de Stocks (GES), o Obras por administração direta (OAD), e o Sistema de gestão de faturação (SGF), todos da AIRC.

Os registos e demais procedimentos são efetuados num único sistema integrado capaz de fornecer informação adequada de acordo com os princípios e normas do “*Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas*” (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-lei n.º 192/2015 de 11 de setembro.

7. OUTRA INFORMAÇÃO

7.1 Ações de fiscalização (últimos 5 anos)

Não houve qualquer ação de fiscalização nos últimos 5 anos.

7.2 Aprovação dos documentos

	Data de Aprovação	
	Órgão executivo	Órgão deliberativo
Norma de controlo interno	1-jan-2013	18-jun-2013
Regulamentos	---	---
Plano Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações	6-nov-2014	---
Relatório de avaliação da execução do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão	---	---

7.3 Inscrição do saldo de gerência do ano anterior

	Data de Aprovação	
	Órgão executivo	Órgão deliberativo
Revisão orçamental	26-jan-2021	17-jun-2020
Alteração orçamental (n.º 6, do art.º 40.º RFALEI)	---	---

7.4 Informação relativa à consolidação de contas

O grupo público é composto pelas empresas locais: EMPET - Parques Empresariais de Tavira , E.M. e TaviraVerde - Empresa Municipal de Ambiente, E.M; e pela Associação para o Desenvolvimento integrado da Baixa de Tavira – UAC Tavira.

7.5 Descentralização administrativa

Transf. comp. de órg. do Estado para órgãos das autarquias locais	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>
Transf. comp. de órgãos do Estado para órgãos das entidades	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>

7.6 Delegação de competências

Dos órgãos do município nos órgãos das freguesias	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>
Dos órgãos do município nos órgãos das entidades intermunicipais	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>

7.7 Informação relativa a pessoal

Existem limites legais em matéria de pessoal

Sim Não

N.º de trabalhadores a 31 de dezembro:

7.8 Prazo médio de pagamento

Início do exercício

--

Fim do exercício

Nota: A DGAL não divulgou o prazo médio de pagamento, no entanto o Município de Tavira paga a menos de 30 dias.

7.10 Concessões e serviços públicos/Obras Públicas

Não se aplica.

7.11 Mecanismos de recuperação financeira e outros programas de regularização de dívidas a fornecedores

Sim Não

DESEMPENHO ORÇAMENTAL

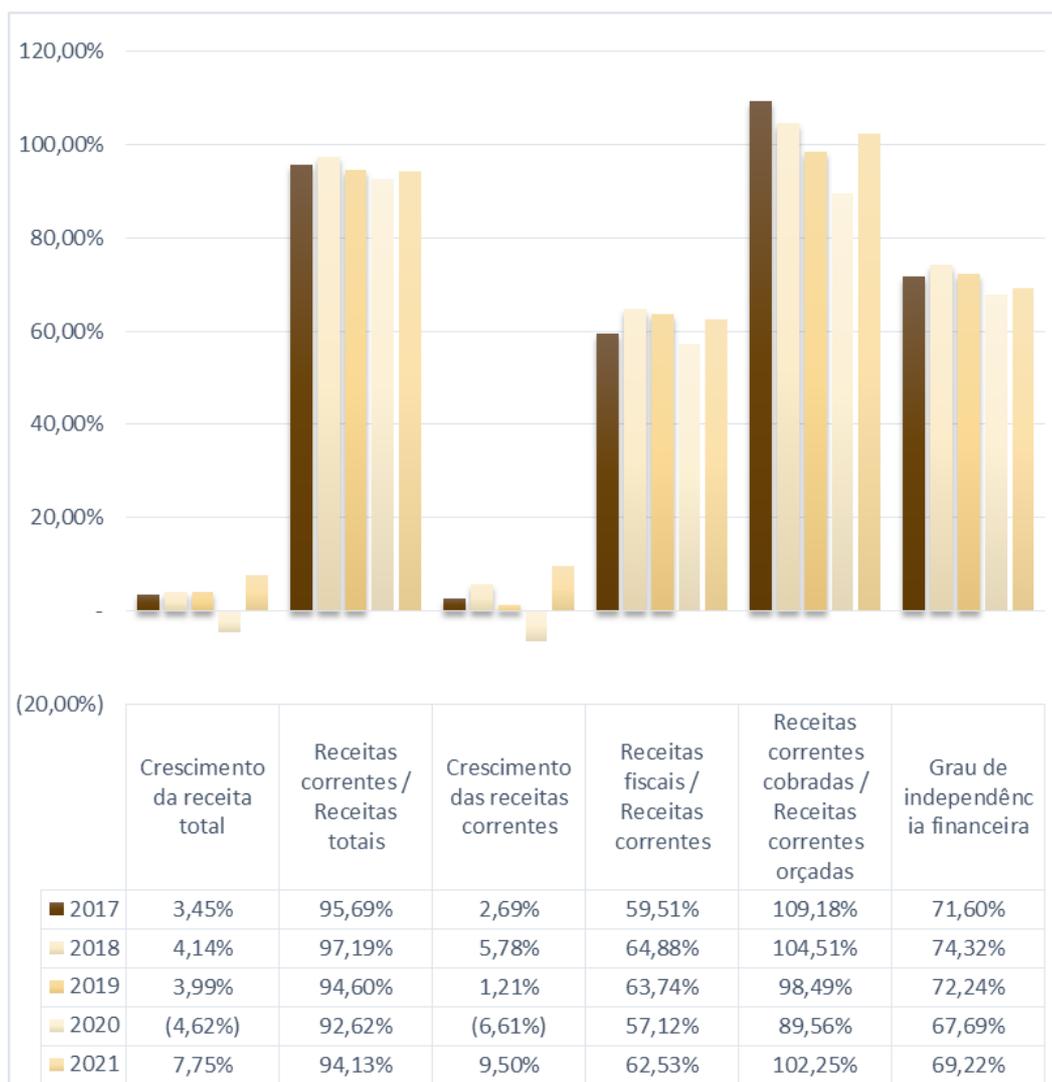
No ano passado, entrou em vigor um novo normativo contabilístico para as administrações públicas, designado por “*Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas*” (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, publicado no diário de 1.ª série n.º 178, que pretende resolver a fragmentação e as inconsistências existentes até à data, e permite dotar as administrações públicas de um sistema orçamental e financeiro mais eficiente e mais convergente com os sistemas atualmente utilizados a nível internacional.

No desenrolar deste capítulo serão analisados alguns indicadores orçamentais e a execução orçamental do corrente ano comparativamente ao ano anterior.

1. INDICADORES ORÇAMENTAIS

Os indicadores orçamentais visam efetuar comparações entre as principais componentes contabilísticas, sendo de grande relevância analisar a sua evolução, num horizonte temporal de 5 anos, e por tipo de indicador: receita; despesa; equilíbrio orçamental e dívida.

Figura 1 | Indicadores de receita

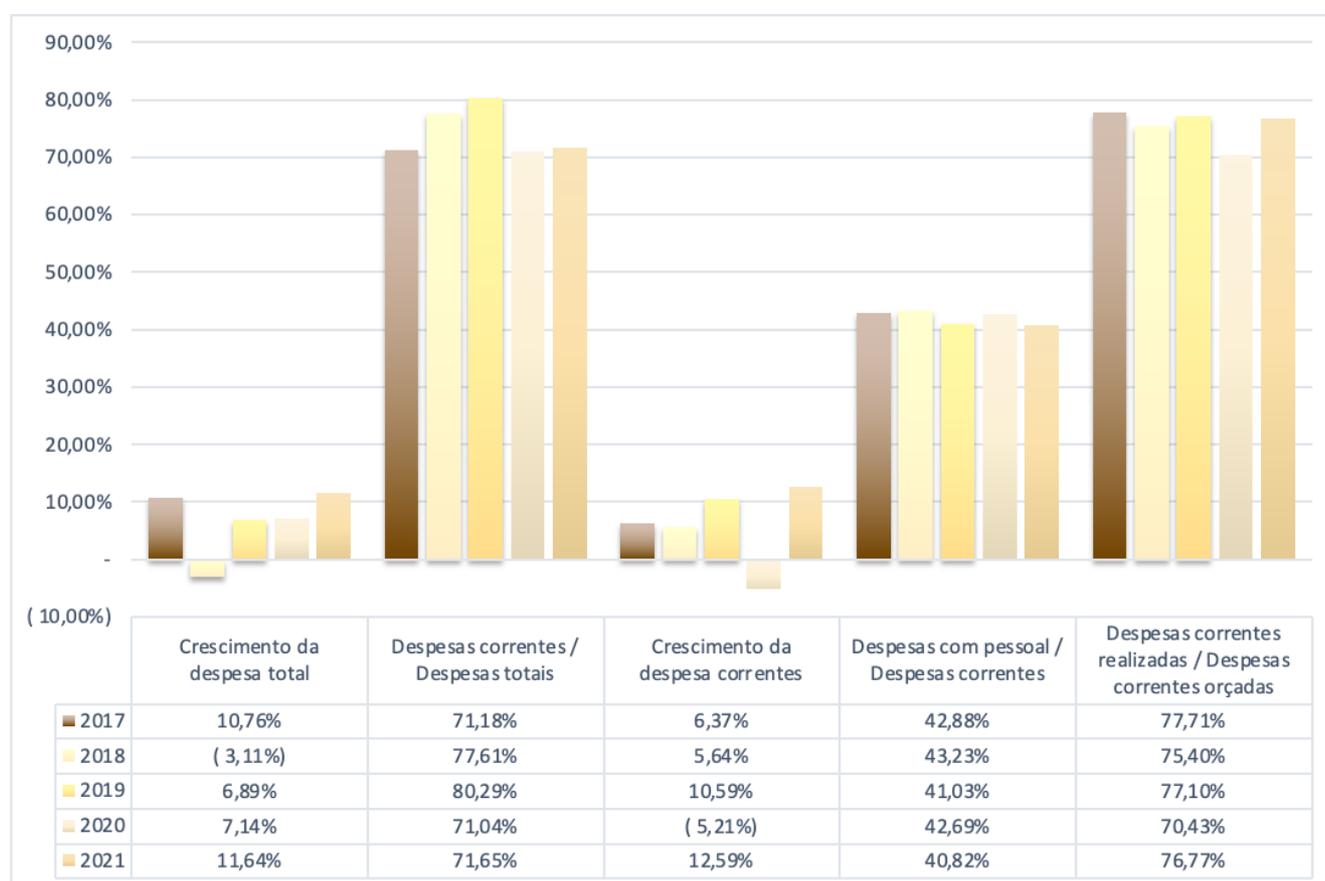


Em relação aos indicadores de receita, verificamos na figura 1, que:

- A receita total (somatório da receita corrente com a de capital, não incluindo o saldo de gerência nem as reposições não abatidas nos pagamentos) tem vindo a crescer, com exceção do ano anterior, o que proporcionou um maior no crescimento do corrente ano de 7,75%;
- As receitas municipais são quase na sua totalidade de natureza corrente, com estas a representarem mais de 90% das receitas totais, nos últimos 5 anos;

- As receitas fiscais (somatório dos impostos diretos, indiretos e taxas e multas) continuam a ser as receitas correntes mais importantes, com 62,53% em 2021;
- Quanto ao grau de independência financeira, considera-se que existe independência financeira quando as receitas próprias são superiores a pelo menos 50% das receitas totais. Verificando-se que este tem vindo a manter-se perto dos 70% por força do peso das receitas próprias (são as receitas totais deduzidas das transferências e dos passivos financeiros), atingindo os 69,22% em 2021, demonstrando assim que o Município não depende das transferências e dos passivos financeiros.

Figura 2 | Indicadores de despesa



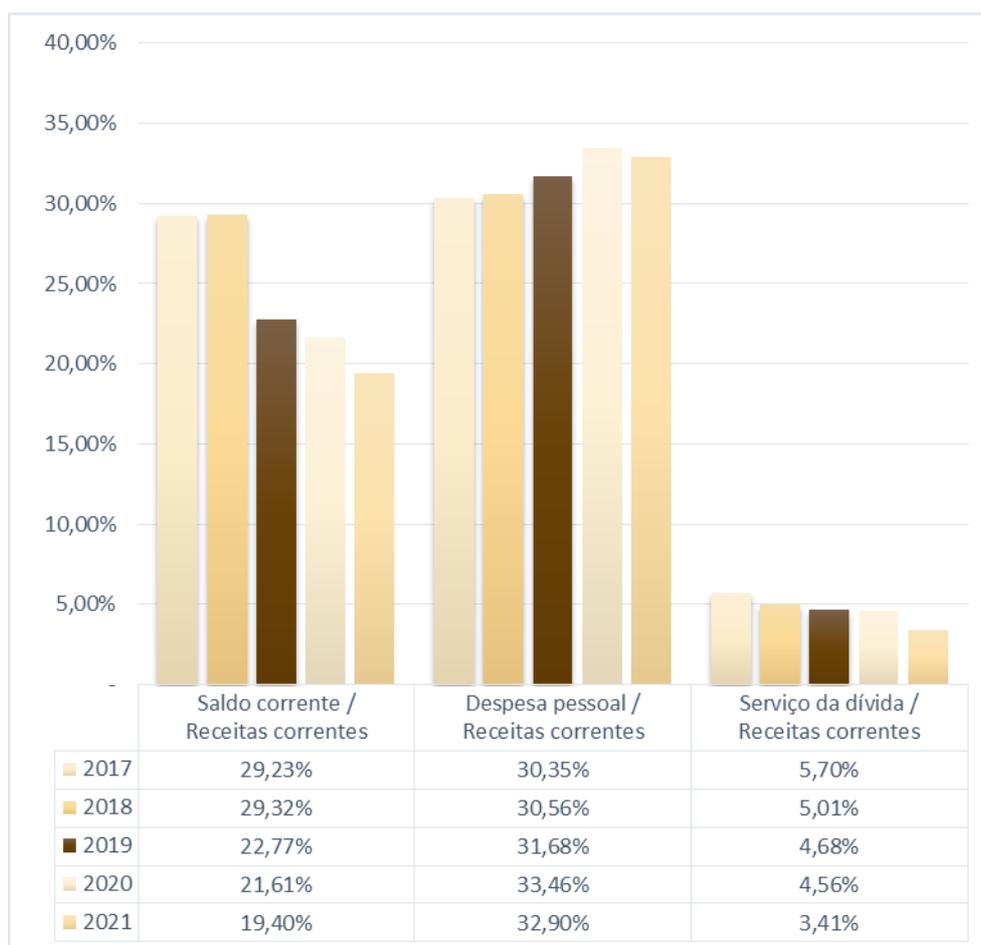
Quanto aos indicadores da despesa, voltou-se a registar um crescimento da despesa total no corrente ano, em 11,64%, conforme ilustrado na figura 2. As despesas correntes continuam a ser as principais despesas do Município, rondando cerca de dois terços, nos últimos 5 anos, atingindo os 71,65% em 2021. As despesas com pessoal continuam a ser uma fatia muito importante das despesas correntes da autarquia, representando 40,82% atualmente.

No que concerne aos indicadores de equilíbrio orçamental e dívida (figura 3), continua-se a verificar

que:

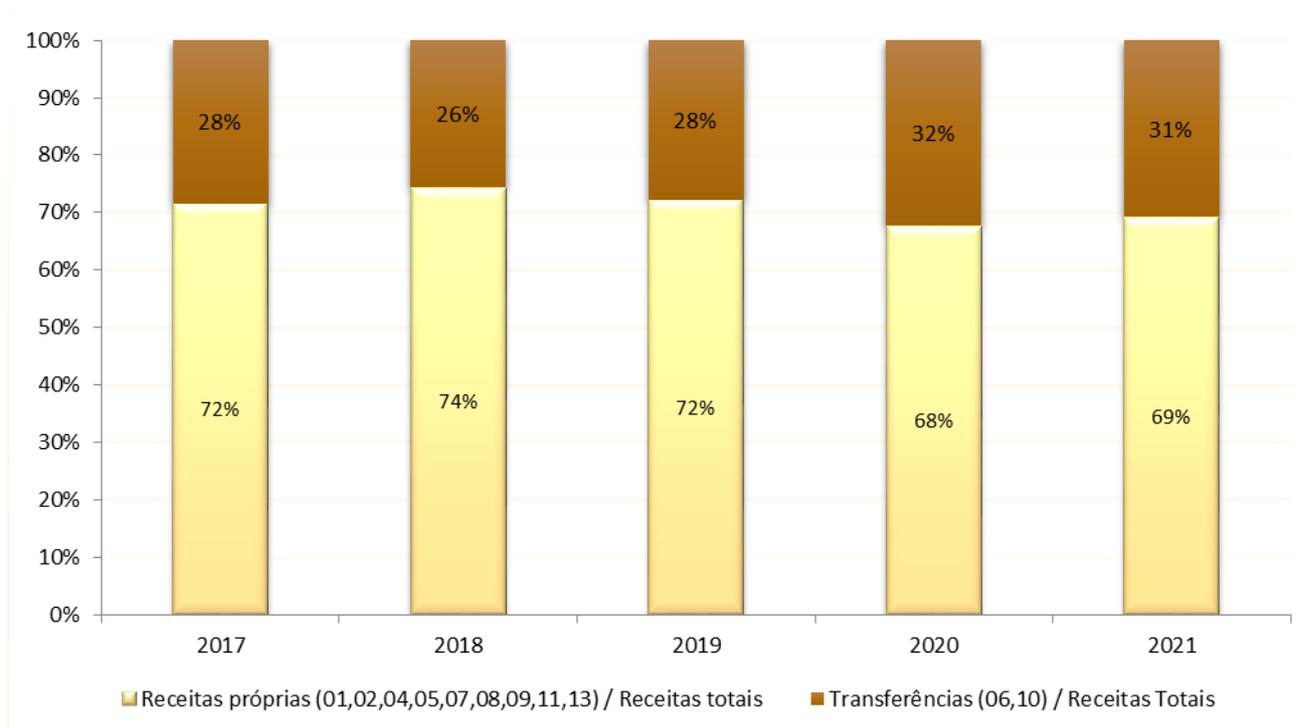
- O saldo corrente (receitas correntes cobradas menos as despesas correntes pagas) face às receitas correntes tem um peso relevante, o que permite a afetação de receitas correntes à realização de investimento, e demonstra a existência de equilíbrio orçamental.
- As despesas com o pessoal têm vindo a pesar cerca de um terço nas receitas correntes, ficando-se pelos 32,90% em 2021.
- O serviço da dívida (somatório da despesa paga de juros e amortizações) tem diminuído de forma sustentada, e em 2021 representou apenas 3,41% das receitas correntes, em virtude da diminuição dos financiamentos de médio e longo prazo com a conseqüente redução do montante despendido em amortização e juros de empréstimos.

Figura 3 | Indicadores de equilíbrio orçamental e dívida



Na figura 4, é ilustrada a evolução da estrutura financeira do Município de Tavira, nos últimos 5 anos, onde se verifica que as receitas próprias têm rondado os 70%, demonstrando que a autarquia, atualmente, dispõe de uma autonomia financeira relevante.

Figura 4 | Evolução da estrutura financeira



2. ANÁLISE À EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Em termos orçamentais, verificamos na tabela 1, que a receita cobrada líquida no ano de 2021 foi de 99,08% da receita orçamentada (previsões corrigidas – receita prevista no orçamento inicial mais as diversas alterações que ocorreram ao longo do ano, ou seja, consiste na receita orçamentada no final do ano), destacando-se claramente a receita corrente, que teve uma execução acima dos 100%, enquanto a receita de capital se ficou pelos 61,61%, que comparativamente com o ano anterior foi melhor.

Tabela 1 | Resumo da execução orçamental

Unidade: €

RÚBRICAS	2021			2020		
	PREV. CORRIGIDAS	EXECUÇÃO	%	PREV. CORRIGIDAS	EXECUÇÃO	%
Total da receita	52.800.000	52.316.736	99,08%	56.000.000	50.654.552	90,45%
Receita corrente	29.158.000	29.813.228	102,25%	30.400.000	27.226.542	89,56%
Receita capital	3.016.200	1.858.306	61,61%	4.334.200	2.168.301	50,03%
Outras receitas	20.625.800	20.645.201	100,09%	21.265.800	21.259.709	99,97%
Total da despesa	52.800.000	33.538.674	63,52%	56.000.000	30.041.195	53,64%
Despesa corrente	31.300.000	24.029.489	76,77%	30.300.000	21.341.767	70,43%
Despesa capital	21.500.000	9.509.185	44,23%	25.700.000	8.699.428	33,85%

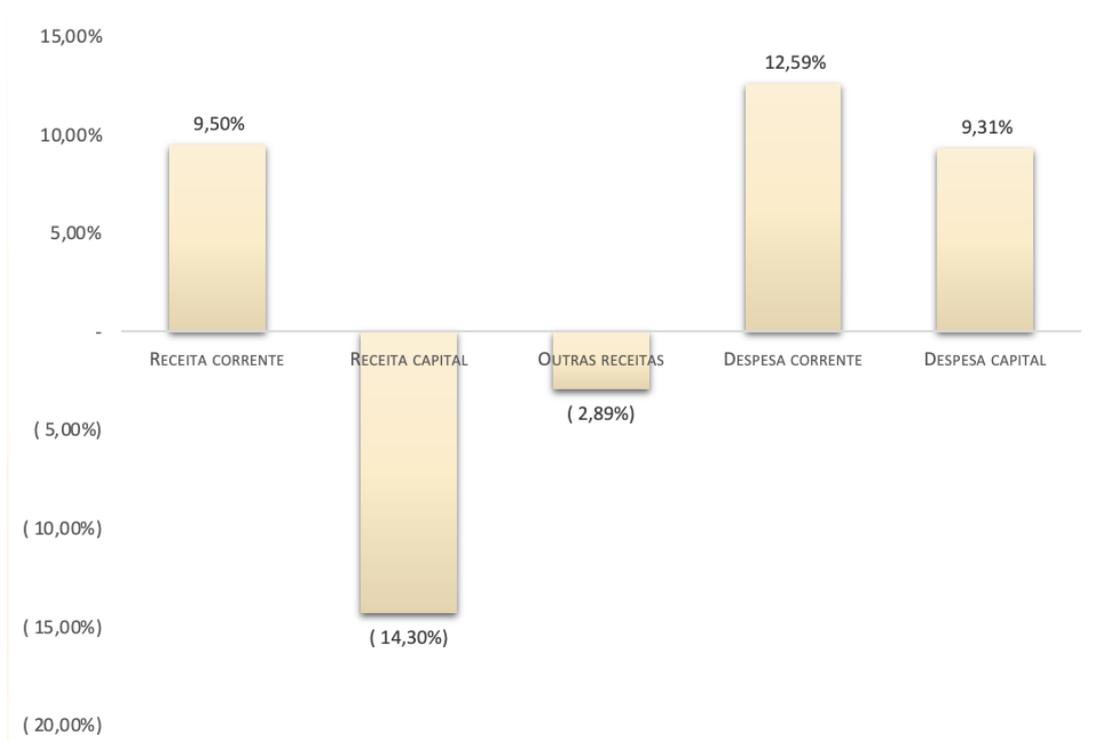
Em relação à execução da despesa esta é observada através da despesa paga face às previsões corrigidas (despesa orçamentada no final do ano). No corrente ano, verifica-se um aumento da sua execução face a 2020, para os 63,52%, fruto da maior realização de despesas de capital.

Figura 5 | Execução da receita cobrada e da despesa paga



A figura 5, compreende os dados da tabela 1 – “Resumo da execução orçamental”, o que permite visualizar melhor a descida generalizada da execução em 2021, comparativamente ao ano anterior, quer ao nível da receita, quer da despesa, com exceção da receita e despesa de capital.

Figura 6 | Variação da receita cobrada e da despesa paga - 2020/2021



No que concerne à variação da receita cobrada e da despesa paga, entre 2020 e 2021, podemos concluir, através da figura 6, que se registaram subidas de 12,59%, 9,50% e 9,31% da despesa corrente, da despesa de capital, e da receita corrente, respetivamente. Enquanto, a receita de capital diminuiu 14,30% e as outras receitas caíram 2,89%. Nos próximos pontos será apreciado com maior detalhe o motivo de cada descida ou subida.

2.1 Execução da receita

No ano de 2021, foi utilizado o saldo da gerência anterior, de €20.613.356, o que fez com que as previsões corrigidas do orçamento atingissem o montante total de €52.800.000, distribuídos por receita corrente no montante de €29.158.000, a receita de capital de €3.016.200 e as outras receitas (que inclui o referido saldo) com €20.625.800.

Na tabela 2, está refletida a receita por classificação económica no corrente ano, onde estão refletidas as várias fases da receita, nomeadamente as previsões corrigidas do orçamento, a receita liquidada, a cobrada bruta e a liquidada por tipo de classificação económica, e respetivo grau de execução (Receita cobrada líquida/ Previsões corrigidas), que atingiu no corrente ano os 99,08%.

Tabela 2 | Receita por classificação económica - 2021

DESIGNAÇÃO	PREVISÕES	LIQUIDADADA	LIQUIDAÇÕES	COBRADA	REEMB. E	COBRADA	RECEITA	GRAU DE
	CORRIGIDAS		ANULADAS	BRUTA	RESTITUIÇÕES	LÍQUIDA	P/COBRAR	EXECUÇÃO
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6) = (4) - (5)	(7) = (2) - (3) - (6)	(8) = (6)/(1)
Impostos diretos	15.420.200	17.661.612	479.603	17.661.612	479.603	17.182.009	-	111,43%
Impostos indiretos	100	-	-	-	-	-	-	-
Taxas, multas e outras penalidades	1.804.600	1.744.671	74.260	1.495.775	36.993	1.458.782	211.629	80,84%
Rendimentos de propriedade	2.608.700	2.767.562	5.633	2.677.482	-	2.677.482	84.447	102,64%
Transferências correntes	8.072.100	7.904.933	2.807	7.900.126	-	7.900.126	2.000	97,87%
Venda de bens e serviços correntes	895.700	348.766	2.349	183.823	318	183.505	162.912	20,49%
Outras receitas correntes	356.600	444.406	-	411.324	-	411.324	33.082	115,35%
Receitas correntes	29.158.000	30.871.951	564.653	30.330.142	516.914	29.813.228	494.070	102,25%
Venda de bens de investimento	33.500	12.336	-	2.750	-	2.750	9.586	8,21%
Transferências de capital	2.982.200	1.849.428	-	1.849.428	-	1.849.428	0	62,02%
Ativos financeiros	200	-	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros	200	-	-	-	-	-	-	-
Outras receitas de capital	100	6.128	-	6.128	-	6.128	-	6.128,35%
Receitas capital	3.016.200	1.867.893	-	1.858.306	-	1.858.306	9.586	61,61%
Reposições não abatidas nos pagamentos	12.444	31.845	-	31.845	-	31.845	-	255,91%
Saldo da gerência anterior	20.613.356	20.613.356	-	20.613.356	-	20.613.356	-	100,00%
TOTAL	52.800.000	53.385.045	564.653	52.833.650	516.914	52.316.736	503.657	99,08%

No caso das receitas correntes, a execução situou-se nos 102,25%, graças à execução acima do previsto das “Outras receitas correntes”, dos “Impostos diretos” e dos “Rendimentos de propriedade” com 115,35%, 111,43% e 102,64%, respetivamente. Enquanto, do lado da receita de capital registou-se uma execução de 61,61%, devido à execução das “Transferências de capital” que se ficaram pelos 62,02%, ficando aquém do previsto por causa das receitas provenientes de fundos comunitários.

Assim, no que concerne à execução da receita cobrada líquida, a tabela 3, demonstra que, em termos globais, a receita do Município de Tavira em 2021 teve um aumento de 3,28% (€1.662.184). No entanto, se considerarmos apenas as receitas correntes e as de capital verificamos que houve um crescimento de 7,75% (€2.276.691). O que demonstra que apesar destes dois anos extremamente atípicos, as receitas da autarquia cresceram no corrente ano, devido ao aumento das receitas correntes em 9,50% (€2.586.686), que cobriram as quebras da receita de capital de 14,30% (€309.995) e a do “Saldo da gerência anterior” de 3,02% (€642.203).

De realçar ainda, o peso relevante que o “Saldo de gerência anterior” tem no orçamento total da

autarquia, atingindo os 39,04% no corrente ano, ou seja, o que revela a dificuldade em construir o orçamento inicial.

Tabela 3 | Execução da receita

Unidade: €

RÚBRICA	2021		2020		VARIACÃO 2020-2021	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	€	%
Impostos diretos	17.182.009	32,84%	14.181.607	28,00%	3.000.402	21,16%
Impostos indiretos	-	-	114.375	0,23%	(114.375)	(100,00%)
Taxas, multas e outras penalidades	1.458.782	2,79%	1.257.012	2,48%	201.770	16,05%
Rendimentos de propriedade	2.677.482	5,12%	3.691.870	7,29%	(1.014.389)	(27,48%)
Transferências correntes	7.900.126	15,10%	7.338.181	14,49%	561.945	7,66%
Venda de bens e serviços correntes	183.505	0,35%	348.085	0,69%	(164.580)	(47,28%)
Outras receitas correntes	411.324	0,79%	295.412	0,58%	115.912	39,24%
Receitas correntes	29.813.228	56,99%	27.226.542	53,75%	2.586.686	9,50%
Venda de bens de investimento	2.750	0,01%	8.600	0,02%	(5.850)	(68,02%)
Transferências de capital	1.849.428	3,54%	2.159.102	4,26%	(309.674)	(14,34%)
Ativos financeiros	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros	-	-	-	-	-	-
Outras receitas de capital	6.128	0,01%	599	0,00%	5.529	923,01%
Receitas capital	1.858.306	3,55%	2.168.301	4,28%	(309.995)	(14,30%)
Reposições não abatidas nos pagamentos	31.845	0,06%	4.150	0,01%	27.695	667,37%
Saldo da gerência anterior	20.613.356	39,40%	21.255.559	41,96%	(642.203)	(3,02%)
TOTAL	52.316.736	100%	50.654.552	100%	1.662.184	3,28%

Face às variações ocorridas, importa verificar se estas originaram modificações na distribuição das principais receitas do Município nestes anos, independentemente da sua natureza ser capital ou corrente. Assim, temos as “Receitas fiscais” que incluem os “Impostos diretos”, os “Impostos indiretos” e as “Taxas, Multas e outras penalidades” (a partir do corrente ano já não há impostos indiretos porque passaram a ser considerados nas taxas a partir de abril do ano 2020); temos as “Transferências” que compreendem as “Transferências correntes” e as “Transferências de capital” o que também acontece com as rubricas “Venda de bens e serviços” e as “Outra receitas” que também agregam receitas corrente e as de capital; e por fim, temos os “Rendimentos de propriedade” que são apenas correntes.

Assim, nas figuras 7 e 8, encontram-se ilustrados os pesos por cada tipo de receita nos anos 2021 e 2020, respetivamente, onde se conclui que as “Receitas fiscais” aumentaram a sua representação para 58,86% em 2021, por contrapartida da diminuição da representação das “Transferências” para 30,78%, dos “Rendimentos de propriedade” para 8,45%, e a “Venda de bens e serviços” e as “Outras receitas” têm uma representação ínfima nas receitas da autarquia, com uma representação de apenas 1,32% e 0,59%, respetivamente.

Figura 7 | Distribuição de receitas - 2021

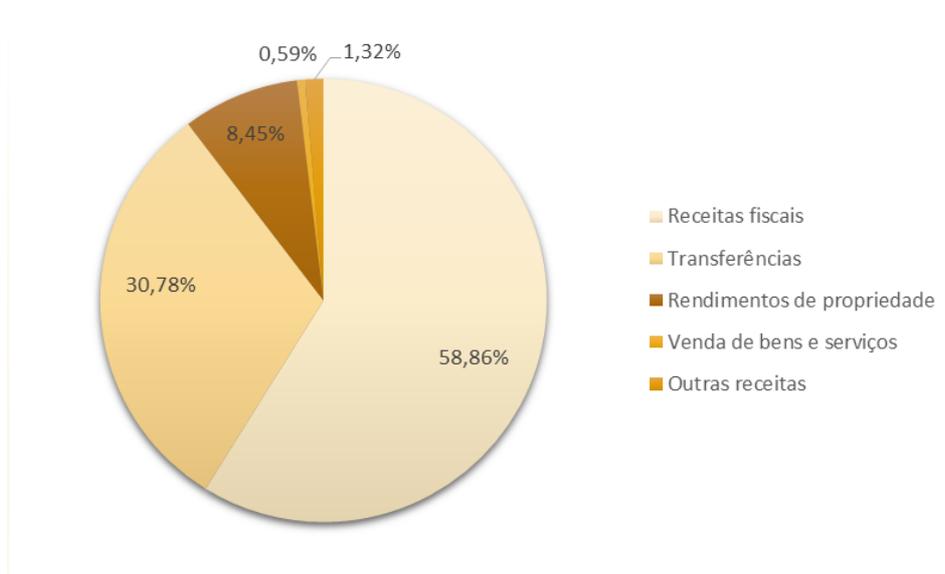
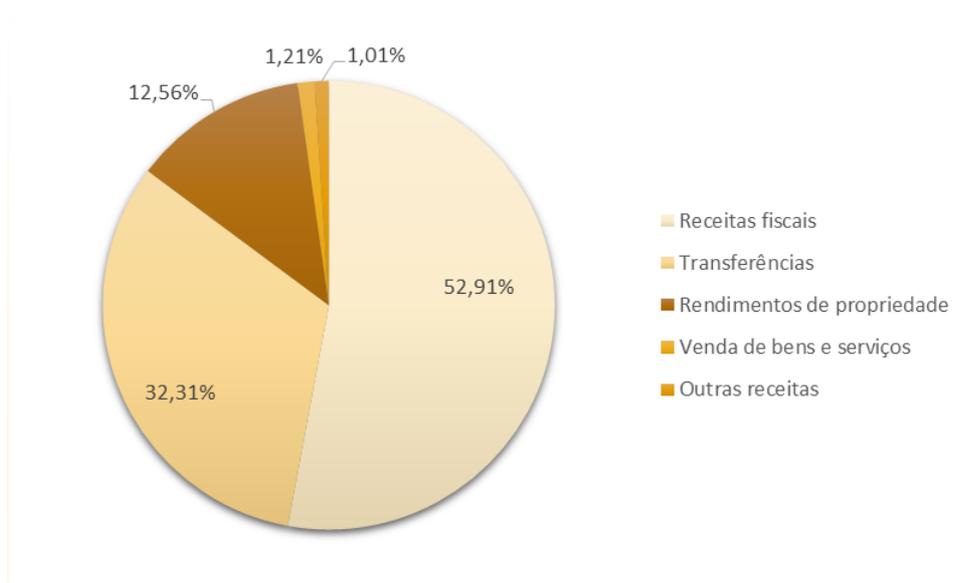


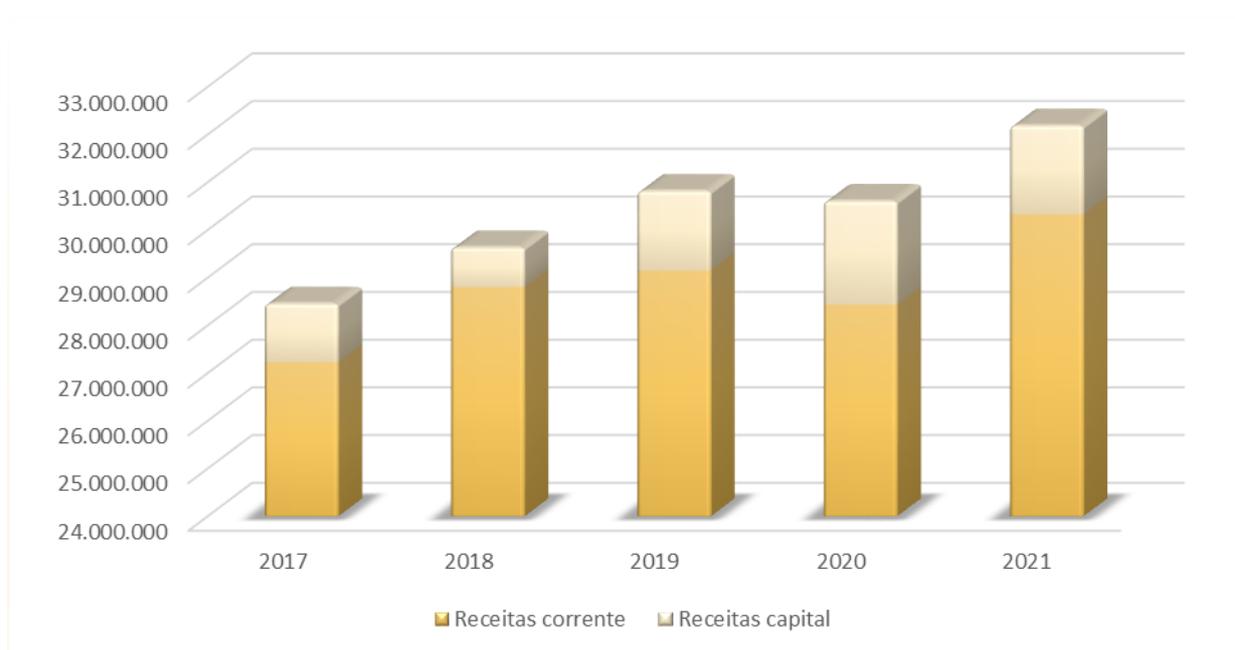
Figura 8 | Distribuição de receitas - 2020



Em termos globais, a figura 9, ilustra a evolução das receitas cobradas (não compreende os montantes das rubricas do saldo da gerência, nem das reposições abatidas aos pagamentos) num horizonte temporal de 5 anos, onde se verifica a curva crescente das receitas totais, com exceção de uma ligeira quebra no ano anterior, mas que foi “recuperada” no corrente ano.

Não obstante a receita corrente ser claramente dominadora, observa-se que no ano passado houve um aumento do peso das receitas de capital, mas que no corrente ano voltou a ter uma representação semelhante aos anos anteriores.

Figura 9 | Evolução das receitas cobradas



De seguida, será analisado com maior detalhe as várias rúbricas de receita que compõem as receitas correntes, as de capital e as outras receitas, de forma a melhor espelhar o comportamento destas comparativamente com o período homólogo, quer em termos de variação quer em termos de relevância nas receitas totais da autarquia.

Na tabela 4, encontram-se refletidas as principais rúbricas que compõem a receita corrente, e a sua execução nos anos de 2020 e 2021, que importa apreciar para se perceber o que motivou o aumento com alguma expressão de 9,5 % (€2.586.686).

Antes de iniciarmos o comparativo das diversas rúbricas, importa esclarecer que as rúbricas incluídas nos “*Impostos diretos*” no ano de 2020, passaram a partir de abril a ser incluídas na rúbrica “*Taxas, multas e outras penalidades*”, uma vez que a DGAL alterou o normativo da classificação económica a partir do ano anterior, pelo que o montante dessa rúbrica se refere apenas aos primeiros meses daquele ano, que para efeitos de análise iremos somar à rúbrica atual, a das “*Taxas, multas e outras penalidades*”.

Assim, verificamos que a rúbrica que apresentou o maior aumento foi a rúbrica de “*Outras receitas correntes*” com 39,24% (€115.912), seguida dos “*Impostos indiretos*” com 21,16% (€3.000.402), das “*Transferências correntes*” com 7,66% (€561.945) e por último das “*Taxas, multas e outras penalidades*” (inclui valores dos “*Impostos indiretos*”) com 6,37% (€87.395), por contrapartida das

descidas da “Venda de bens e serviços correntes” com 47,28% (€164.580) e dos “Rendimentos de propriedade” com 27,48% (€1.014.389).

Tabela 4 | Receita corrente cobrada bruta

Unidade: €

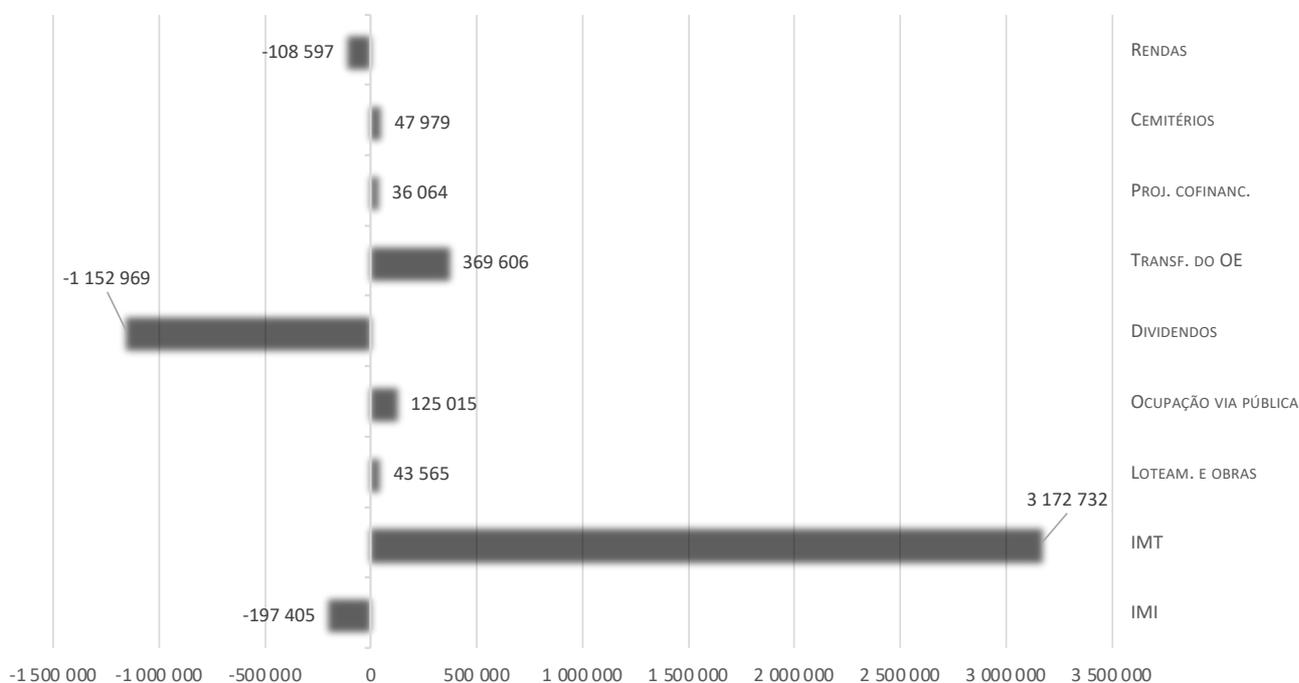
RÚBRICA	2021			2020	VARIAÇÃO	
	PREVISÕES CORRIGIDAS	COBRADA LIQUIDA	GRAU EXECUÇÃO	COBRADA LIQUIDA	%	€
Impostos diretos	15.420.200	17.182.009	111,43%	14.181.607	21,16%	3.000.402
IMI	7.263.000	7.097.829	97,73%	7.295.235	(2,71%)	(197.405)
IUC	790.000	810.624	102,61%	785.678	3,18%	24.946
IMT	7.367.000	9.273.427	125,88%	6.100.695	52,01%	3.172.732
Derrama	200	-	-	-	-	-
Impostos indiretos	100	-	-	114.375	(100,00%)	(114.375)
Taxas, multas e outras penalidades	1.804.600	1.458.782	80,84%	1.257.012	16,05%	201.770
Loteamentos e obras	1.259.800	957.915	76,04%	914.351	4,76%	43.565
Ocupação da via pública	184.200	227.896	123,72%	102.881	121,51%	125.015
Cemitérios	84.700	93.743	110,68%	45.764	104,84%	47.979
Multas e outras penalidades	103.800	121.578	117,13%	114.110	6,54%	7.468
Outras	172.100	57.650	33,50%	79.906	(27,85%)	(22.256)
Rendimentos de propriedade	2.608.700	2.677.482	102,64%	3.691.870	(27,48%)	(1.014.389)
Dividendos	510.200	532.123	104,30%	1.685.092	-	(1.152.969)
Concessão EDP	1.644.000	1.635.853	99,50%	1.644.212	(0,51%)	(8.359)
Concessão eólica	256.000	273.274	106,75%	264.468	3,33%	8.806
Outros	198.500	236.232	119,01%	98.099	140,81%	138.134
Transferências correntes	8.072.100	7.900.126	97,87%	7.338.181	7,66%	561.945
FEF/FSM/Participação no IRS e IVA	6.987.500	6.987.684	100,00%	6.618.078	5,58%	369.606
Direção geral estab. Escolares	245.500	246.149	100,26%	360.877	(31,79%)	(114.728)
INEM	160.200	142.232	88,78%	132.803	7,10%	9.429
Projetos cofinanciados	286.700	161.170	56,22%	125.106	28,83%	36.064
Outras	392.200	362.891	92,53%	101.318	258,17%	261.573
Venda de bens e serviços correntes	895.700	183.505	20,49%	348.085	(47,28%)	(164.580)
Venda de bens	12.800	3.662	28,61%	7.885	(53,55%)	(4.223)
Serviços desportivos	20.600	18.052	87,63%	14.054	28,45%	3.998
Transporte coletivo	46.500	370	0,79%	11.890	(96,89%)	(11.520)
Mercados e feiras	116.000	13.988	12,06%	29.094	(51,92%)	(15.106)
Prolongamento de horário	19.000	16.101	84,74%	8.187	96,66%	7.914
Refeições escolares	124.000	41.083	33,13%	63.479	(35,28%)	(22.396)
Rendas	324.400	25.960	8,00%	134.557	(80,71%)	(108.597)
Outras	232.400	64.289	27,66%	78.939	(18,56%)	(14.650)
Outras receitas correntes	356.600	411.324	115,35%	295.412	39,24%	115.912
TOTAL	29.158.000	29.813.228	102,25%	27.226.542	9,50%	2.586.686

Na figura 10, podemos visualizar com maior detalhe quais as receitas com variações acima dos €30.000, que influenciaram as quebras e quais as que tiveram um comportamento positivo.

Em termos negativos destacam-se claramente os “*Dividendos*” com €1.152.969 que foram os responsáveis pela diminuição registada na rúbrica dos “*Rendimentos de propriedade*”, dado que no ano anterior foram recebidos dividendos da empresa local “*TaviraVerde*” referente a 2 anos económicos (2018 e 2019), enquanto no corrente ano se recebeu apenas os do ano 2020, seguido do “*IMI*” com menos €197.405 em resultado da diminuição deste imposto para o corrente ano e das “*Rendas*” uma vez que não foram cobradas as rendas da habitação social durante o ano 2021, devido ao COVID-19 e que será abordado nesse capítulo.

No que concerne às variações positivas registou-se um aumento exponencial do “*IMT*”, com €3.172.732, que só por si compensou as perdas referidas anteriormente, seguido do aumento registado nas “*Transferências do OE*” com €396.606, devido ao aumento da transferência referente ao Fundo de Equilíbrio Financeiro corrente. De referir que o aumento da “*Ocupação de via pública*” não é tão significativo, seria de €48.835, se considerarmos o montante que consta na rúbrica de “*Impostos indiretos*” no ano de 2020 (€76.180 dos €114.375 constantes na tabela 4) que não foi desagregado por não ser significativo e referir-se apenas a 3 meses desse ano, conforme explicado anteriormente.

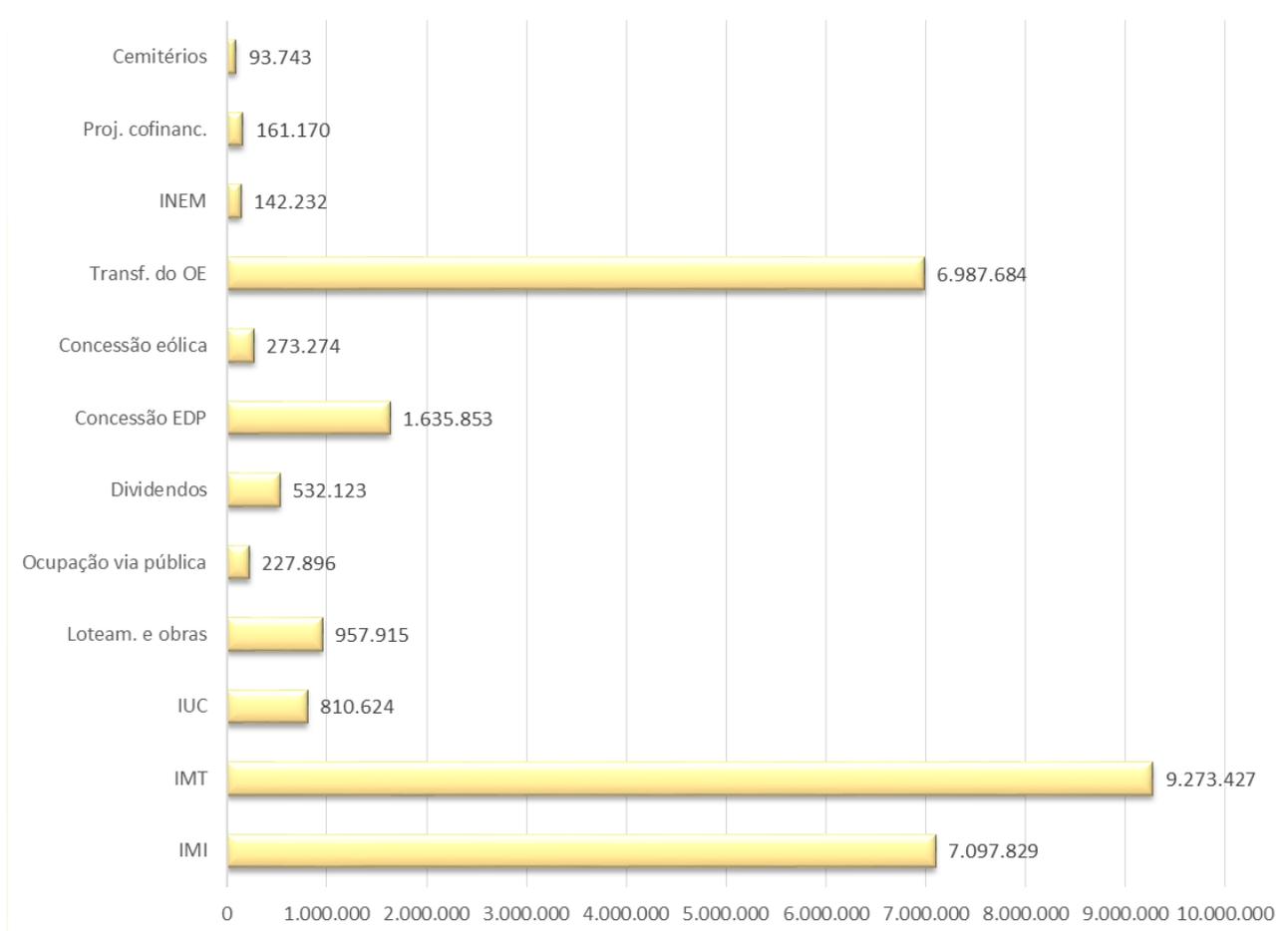
Figura 10 | Variação das principais receitas correntes - 2020/2021



Na figura 11, estão refletidas as principais receitas correntes de 2021, onde se destacam claramente o “*IMT*” com 9,2 milhões de euros, seguida do “*IMI*” e das “*Transferências do OE*” com cerca de 7 milhões de euros, o que demonstra a grande dependência destas, principalmente da receita de IMT que é uma

receita volátil em comparação com as restantes, dado que depende da boa saúde dos vários agentes económicos. Numa segunda escala de grandeza surgem as receitas com a “*Concessão da EDP*” que com cerca de 1,6 milhões de euros, seguida dos “*Loteamentos e obras*” com 1 milhão de euros, aproximadamente e do IUC que no corrente ano atingiu os 810 mil euros.

Figura 11 | Principais receitas correntes de 2021



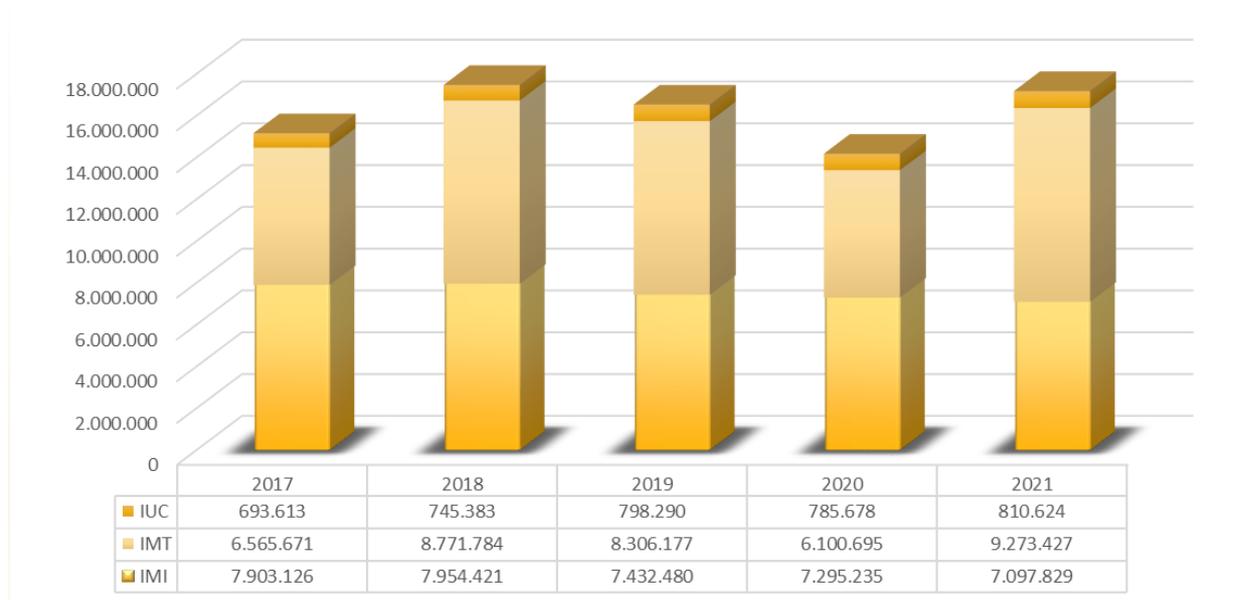
Tendo presente que os impostos diretos (IMI – Imposto municipal sobre imóveis, IMT – Imposto municipal sobre transmissões de imóveis e IUC – Imposto único de circulação) são a principal fonte de receitas da autarquia, importa apreciar o seu comportamento no espaço temporal de 5 anos, para perceber se a sua influência tem sofrido variações significativas.

Assim, na figura 12, encontra-se refletida a evolução dos impostos diretos entre os anos 2017 e 2021, onde se observa que estes cresceram de 2017 a 2018, por força do aumento do “*IMT*”, que passou de cerca de 6,5 milhões de euros em 2017 para os 8,8 milhões de euros em 2018, e posteriormente decresceram até ao ano anterior, puxado mais uma vez pelo “*IMT*” que atingiu o valor mais baixo deste

período de 6,1 milhões, e voltaram a crescer com o IMT a atingir o valor máximo de 9,3 milhões de euros.

Se apurarmos o peso do IMT e do IMI nas receitas correntes do Município de Tavira, podemos concluir que estes são fundamentais para o regular funcionamento da autarquia, pois representam em 2021, 31,11% e 23,81% respetivamente (o peso do IMT e do IMI é o resultado do valor destes impostos a dividir pelo total das receitas correntes).

Figura 12 | Evolução dos impostos diretos



No que concerne às receitas de capital e às outras receitas, temos refletido na tabela 5, a execução das várias rúbricas que as compõem, bem como as variações entre os anos 2020 e 2021, que originaram uma quebra 14,30% (€309.995) da receita de capital e de 2,89% (€614.507) das outras receitas.

A quebra da receita de capital em 2021 deveu-se ao facto de não se ter sido recebido o montante proveniente das transferências do Orçamento de Estado (OE) ao abrigo do n.º 3 do art.º 35º da Lei n.º 73/2013, que visou compensar a participação do município nos impostos do Estado e que representou €406.180 de receita no ano anterior.

No que diz respeito às outras receitas registou-se uma ligeira redução por causa do “Saldo da gerência anterior”, que no corrente ano foi inferior em 2,89% (€614.507).

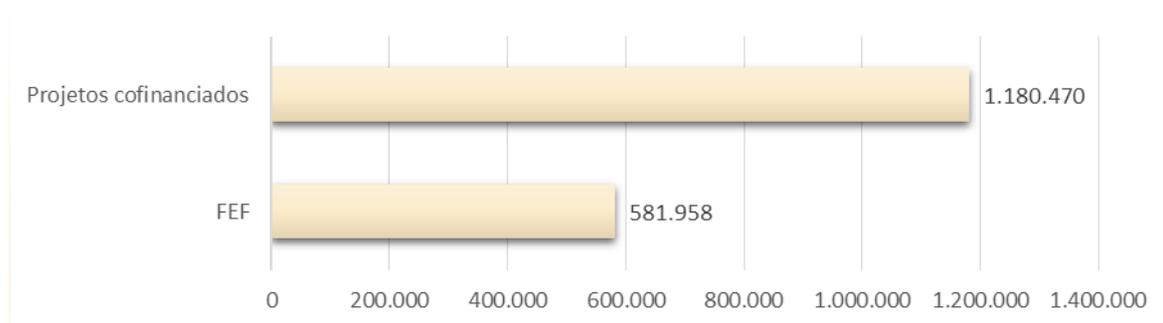
Tabela 5 | Execução da receita de capital e das outras receitas

Unidade: €

RÚBRICA	2021			2020		VARIAÇÃO	
	ORÇADA	COBRADA LIQUIDA	TAXA DE EXECUÇÃO	COBRADA LIQUIDA	%	2020-2021	
						€	
Venda de bens de investimento	33.500	2.750	8,21%	8.600	(68,02%)	(5.850)	
Terrenos	1.100	-	-	2.075	(100,00%)	(2.075)	
Equipamento de transporte	3.100	2.750	88,71%	6.525	(57,85%)	(3.775)	
Outros bens de investimento	29.300	-	-	-	-	-	
Transferências de capital	2.982.200	1.849.428	62,02%	2.159.102	(14,34%)	(309.674)	
FEF	581.900	581.958	100,01%	487.957	19,26%	94.001	
N.º 3 art. 35.º lei n.º 73/2013	100	-	-	406.180	(100,00%)	(406.180)	
Projetos cofinanciados	2.352.100	1.180.470	50,19%	1.239.733	(4,78%)	(59.263)	
Outros	48.100	87.000	180,87%	25.233	244,79%	61.767	
Ativos financeiros	200	-	-	-	-	-	
Passivos financeiros	200	-	-	-	-	-	
Outras receitas de capital	100	6.128	6.128,35%	599	923,01%	5.529	
RECEITAS DE CAPITAL	3.016.200	1.858.306	61,61%	2.168.301	(14,30%)	(309.995)	
Reposições n/abatidas aos pagamentos	12.444	31.845	255,91%	4.150	667,37%	27.695	
Saldo da gerência anterior	20.613.356	20.613.356	100,00%	21.255.559	(3,02%)	(642.203)	
OUTRAS RECEITAS	20.625.800	20.645.201	100,09%	21.259.709	(2,89%)	(614.507)	
TOTAL	23.642.000	22.503.508	95,18%	23.428.010	(3,95%)	(924.502)	

Assim, na figura 13, temos as principais receitas de capital, em 2021, onde se destacam as provenientes dos “Projetos cofinanciados” que atingiram 1,2 milhões de euros a as verbas do “FEF” (Fundo de equilíbrio financeiro) que provem do OE com cerca de 600 mil euros.

Figura 13 | Principais receitas de capital - 2020



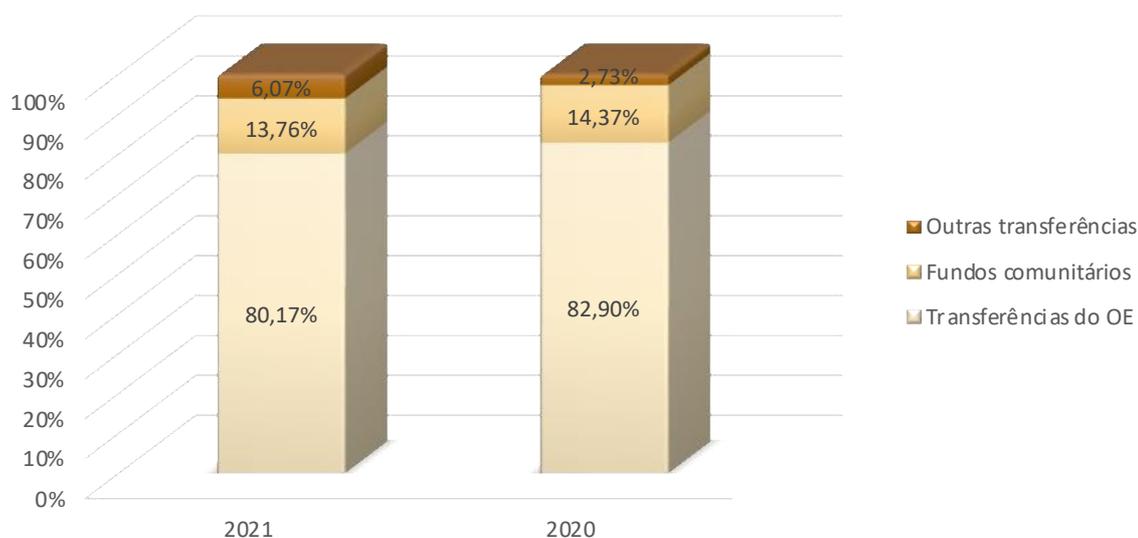
Considerando que as receitas com transferências e subsídios obtidos são a segunda principal fonte de receita do Município de Tavira a seguir às receitas fiscais, importa apreciar com maior detalhe o seu comportamento.

Na tabela 6, constam as receitas provenientes de transferências, nos anos de 2020 e 2021, agrupadas em 3 tipos: as provenientes do Estado (incluí o FEF, o FSM, a Participação de IRS, a participação do IVA, a verba transferida ao abrigo do n.º 3 do art.º 35.º da Lei 73/2013 e a verba da direção geral dos estabelecimentos escolares), as dos fundos comunitários e as outras, onde se concluí que globalmente estas sofreram uma variação positiva de 2,66% (€252.271), com destaque para as receitas recebidas das transferências do OE com 2,66% (€202.178), que compensaram a ligeira quebra dos fundos comunitários de 1,70% (€23.198).

Tabela 6 | Receita proveniente de transferências

RÚBRICA	2021		2020		VARIACÃO 2020-2021	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	%	€
Transferências do OE	7.815.791	80,17%	7.613.613	80,17%	2,66%	202.178
Correntes	7.233.833	74,20%	6.719.476	70,75%	7,65%	514.357
Capital	581.958	5,97%	894.137	9,41%	(34,91%)	-312.179
Fundos comunitários	1.341.640	13,76%	1.364.838	14,37%	(1,70%)	(23.198)
Correntes	161.170	1,65%	125.106	1,32%	28,83%	36.064
Capital	1.180.470	12,11%	1.239.733	13,05%	(4,78%)	-59.263
Outras transferências	592.123	6,07%	518.832	5,46%	14,13%	73.291
Correntes	505.123	5,18%	493.599	5,20%	2,33%	11.524
Capital	87.000	0,89%	25.233	0,27%	-	61.767
TOTAL	9.749.554	100%	9.497.283	100%	2,66%	252.271

Figura 14 | Distribuição das transferências recebidas



Face a estas variações, é normal que se verifiquem algumas alterações na distribuição deste tipo de receita, conforme demonstra a figura 14. Apesar de não serem relevantes, os “Fundos comunitários” perderam importância face ao ano anterior, passando a representar 13,76%, bem como as “Transferências do OE”, que reduziram para 80,17%, sendo de longe a principal receita proveniente de transferências, por contrapartida das “Outras transferências” que aumentaram para 6,07%.

No que concerne aos projetos cofinanciados de natureza corrente, observamos na tabela seguinte a discriminação de todos os projetos que recebemos no corrente ano, onde o projeto “Faixas de Interrupção de Combustíveis” se destacou com uma representação de 33,73% (€116.091), seguido do “Rota do Polvo e Rota do Atum” com 11,23% (€38.660) e do “Programa Cultural em Rede” com 10,90% (€37.505).

Tabela 7 | Receita corrente comparticipada

Unidade: €

DESIGNAÇÃO DO PROJETO	PROGRAMA	VALOR	PESO
Gestão Promoção e Animação Urbana do PARU	CRESC Algarve 2020	9.594	2,79%
Tavira todo o ano com a dieta mediterrânica	CRESC Algarve 2020	24.436	7,10%
#Algarvemaisdigital	CRESC Algarve 2020	16.371	4,76%
Simplex2.0 - Municípios do Algarve Central	CRESC Algarve 2020	9.278	2,70%
Qualificação e Promoção Turística e Cultural	CRESC Algarve 2020	8.815	2,56%
Programação Cultural em Rede	CRESC Algarve 2020	37.505	10,90%
Prom. Turística e Eventos Culturais - Algarve Central	CRESC Algarve 2020	10.376	3,01%
Centro Competências da Dieta Mediterrânica	PDR 2020	14.493	4,21%
Plano Municipal para a Integração de Migrantes no MTvr	ACM	13.365	3,88%
Faixas de Interrupção de Combustíveis	ICNF	116.091	33,73%
Tavira com a DM - Um destino sustentável	TurismoPortugal	5.087	1,48%
Rota do Polvo e Rota do Atum	MAR 2020	38.660	11,23%
Fruta escolar	IFAP	5.118	1,49%
Campanha de Esterelização de cães e gatos de Companhia	DGAV	12.219	3,55%
Estudo para o Desenv. de um sistema de recolha de biorresíduos	Fundo Ambiental	5.000	1,45%
Escola Digital	POCH	17.780	5,17%
TOTAL		344.186	100%

Quanto aos projetos cofinanciados de natureza de capital, verificamos na tabela 8, que no corrente ano a receita destes ascendeu a cerca de 1,2 milhões de euros onde se destacou claramente o projeto “Reabilitação do Cineteatro António Pinheiro” com uma representatividade de 50,70% (€612.884), seguido da “Requalificação e Ampliação da Escola EB1+JI de Santo Estêvão” com 13,61% (€164.517) e da “Casa da Aldeia e Jardim de Cachopo” com 8,26% (€99.802).

Considerando que as despesas em investimento são em regra superiores às correntes é normal que os

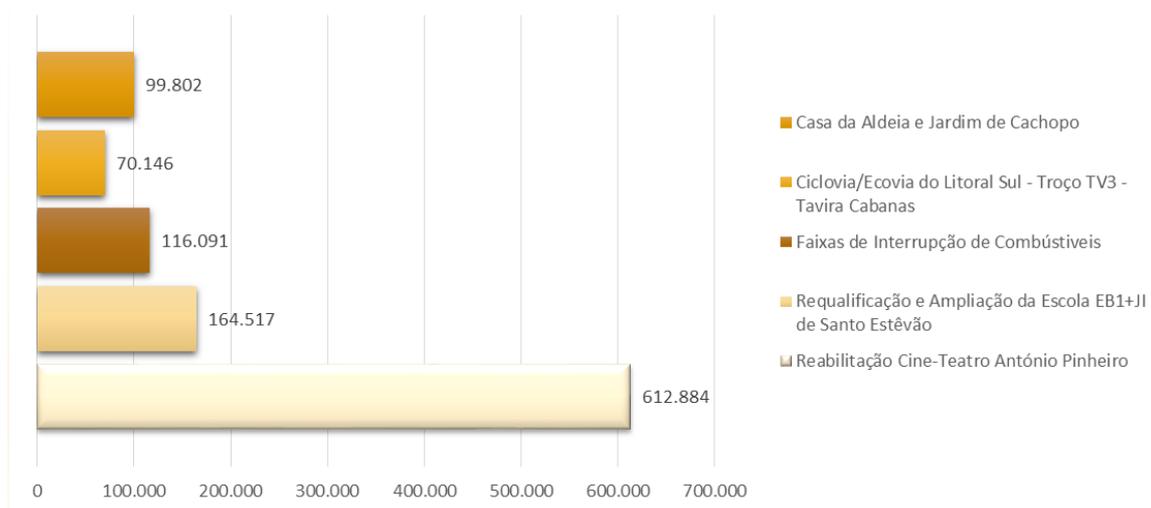
financiamentos com maior representatividade, em termos gerais, sejam os projetos que têm uma natureza de capital, verificando-se na figura seguinte que a única exceção foi o projeto “Faixas de Interrupção de Combustíveis” com a terceira maior representatividade.

Tabela 8 | Receita de capital comparticipada

Unidade: €

DESIGNAÇÃO DO PROJETO	PROGRAMA	VALOR	PESO
Recuperação do Edifício do Compromisso Marítimo	CRESC Algarve 2020	27.389	2,27%
Reabilitação Cine-Teatro António Pinheiro	CRESC Algarve 2020	612.884	50,70%
Ciclovía/Ecovia do Litoral Sul - Troço TV3 - Tavira Cabanas	CRESC Algarve 2020	70.146	5,80%
Requalificação e Ampliação da Escola EB1+JI de Santo Est	CRESC Algarve 2020	164.517	13,61%
Casa da Aldeia e Jardim de Cachopo	CRESC Algarve 2020	99.802	8,26%
Concluão da Ciclovía R. Capitão Jorge Ribeiro em Cabana	CRESC Algarve 2020	53.466	4,42%
Reabilitação arranos exteriores Porta Nova - 1ª. Fase	CRESC Algarve 2020	23.967	1,98%
Simplex2.0 - Municípios do Algarve Central	CRESC Algarve 2020	2.733	0,23%
Beneficiação dos Parques Infantis-Bela Fria, Porta Nova, ,	CRESC Algarve 2020	36.462	3,02%
#Algarvemaisdigital	CRESC Algarve 2020	29.028	2,40%
Melhoria das Acessibilidades Pedonais na EN 270 em Sar	CRESC Algarve 2020	43.433	3,59%
Centro de Recolha Animal de Tavira	DGAL	45.000	3,72%
TOTAL		1.208.826	100%

Figura 15 | Principais projetos cofinanciados



2.2 Execução da despesa

No que concerne à despesa, registaram-se no decorrer do ano 2021, 13 alterações orçamentais, das quais 11 foram alterações permutativas que permitiram a correta inscrição em orçamento das

despesas no decorrer do ano, e 2 alterações modificativas (revisão), uma para a integração do saldo de gerência e a outra para ajustar dotações entre despesas correntes e de capital. Assim, as verbas incluídas nas “Previsões corrigidas” correspondem às dotações finais de cada rubrica, ou seja, as dotações que resultaram das várias alterações orçamentais no decorrer do ano.

Em 2021, a despesa teve uma execução de apenas 63,52%, conforme pode ser comprovado na tabela 9, onde constam as diferentes fases da despesa por classificação económica. Ou seja, dos 52,8 milhões de euros previstos foram efetuados apenas 33,5 milhões de euros de pagamentos.

Em relação aos compromissos assumidos o município registou cerca de 41,5 milhões de euros, ou seja, 78,79% da despesa prevista, enquanto a despesa faturada, ficou-se pelos 33,8 milhões de euros, o que significa que apenas 64% da despesa prevista é que foi faturada.

Tabela 9 | Despesa por fases - 2020

Unidade: €

RÚBRICAS	PREVISÕES CORRIGIDAS (1)	COMPROMETIDO (2)	FATURADO (3)	PAGO (4)	EXECUÇÃO (5) = (4) / (1)	DÍVIDA (6) = (3) - (4)
Despesas correntes	31.300.000	26.421.914	24.287.123	24.029.489	76,77%	257.635
Despesa com o pessoal	11.139.100	10.079.441	10.064.576	9.809.959	88,07%	254.617
Aquisição de bens e serviços	10.720.400	7.711.845	6.059.371	6.056.353	56,49%	3.018
Juros e outros encargos	149.900	35.424	35.424	35.424	23,63%	-
Transferências correntes	4.404.300	3.920.717	3.654.868	3.654.868	82,98%	-
Subsídios	4.790.500	4.643.730	4.444.698	4.444.698	92,78%	-
Outras despesas correntes	95.800	30.757	28.186	28.186	29,42%	-
Despesas de capital	21.500.000	15.141.608	9.522.693	9.509.185	44,23%	13.507
Aquisição de bens de capital	20.050.000	13.909.554	8.432.674	8.419.167	41,99%	13.507
Transferências de capital	415.700	248.182	108.997	108.997	26,22%	-
Ativos financeiros	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros	1.032.300	983.873	981.021	981.021	95,03%	-
Outras despesas capital	2.000	-	-	-	-	-
TOTAL	52.800.000	41.563.523	33.809.816	33.538.674	63,52%	271.142

Assim, importa verificar qual foi o comportamento/variação da execução da despesa (paga) no ano 2021 e 2020, pelas diferentes rubricas correntes e de capital.

Na tabela 10, verificamos que a despesa corrente paga em 2021 foi superior em 12,59% (€2.687.721), enquanto a despesa de capital apresentou um aumento de 9,31% (€809.758) face ao ano anterior. O que proporcionou uma variação positiva da despesa paga de 11,64% (€3.497.479). Apesar do aumento registado nas despesas correntes não se verificou um aumento da representação deste tipo de despesa

na despesa total da autarquia, ficando em cerca de dois terços (71,65%), por contrapartida das despesas de capital que representam um terço.

Tabela 10 | Despesa paga

RÚBRICAS	Unidade: €					
	2021		2020		VARIAÇÃO 2020-2021	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	%	€
Despesas correntes	24.029.489	71,65%	21.341.767	71,04%	12,59%	2.687.721
Despesa com o pessoal	9.809.959	29,25%	9.110.054	30,33%	7,68%	699.906
Aquisição de bens e serviços	6.056.353	18,06%	5.815.370	19,36%	4,14%	240.983
Juros e outros encargos	35.424	0,11%	45.396	0,15%	(21,97%)	(9.972)
Transferências correntes	3.654.868	10,90%	2.871.537	9,56%	27,28%	783.331
Subsídios	4.444.698	13,25%	3.437.019	11,44%	29,32%	1.007.679
Outras despesas correntes	28.186	0,08%	62.392	0,21%	(54,82%)	(34.205)
Despesas de capital	9.509.185	28,35%	8.699.428	28,96%	9,31%	809.758
Aquisição de bens de capital	8.419.167	25,10%	7.007.065	23,32%	20,15%	1.412.102
Transferências de capital	108.997	0,32%	305.812	1,02%	(64,36%)	(196.815)
Ativos financeiros	-	-	44.246	0,15%	(100,00%)	(44.246)
Passivos financeiros	981.021	2,93%	1.195.838	3,98%	(17,96%)	(214.817)
Outras despesas capital	-	-	146.468	0,49%	---	(146.468)
TOTAL	33.538.674	100,00%	30.041.195	100,00%	11,64%	3.497.479

Em termos de distribuição das despesas por tipo de despesa, se observarmos as figuras 16 e 17, concluímos que apenas se registaram alterações pouco significativas. Importa antes de mais esclarecer que a construção dos gráficos pretende demonstrar os gastos da autarquia, independentemente de se tratar de despesa corrente ou capital, pelo que todos os tipos de despesa incluem quer o montante de natureza corrente quer o de capital, com exceção da “Despesa com o pessoal” que é apenas corrente.

Figura 16 | Distribuição da despesa - 2021

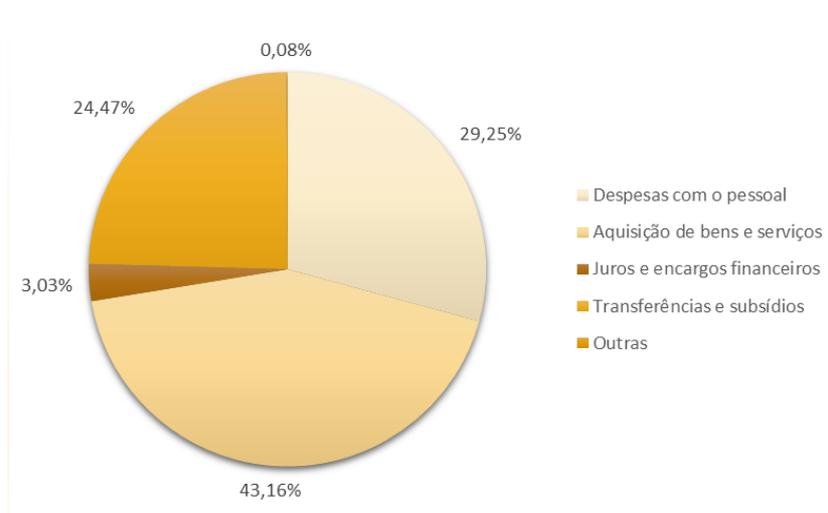
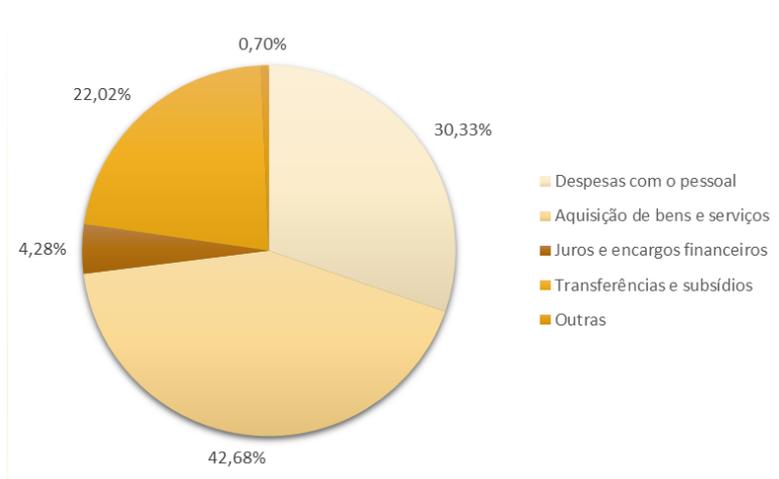


Figura 17 | Distribuição da despesa - 2020



Assim, temos que a “Aquisição de bens e serviços”, continua a ser a mais relevante com uma representação de 43,16% em 2021, tendo aumentado ligeiramente, seguida das “Despesas com o pessoal” que diminuíram ligeiramente o seu peso para 29,25%, e em terceiro lugar e com um peso significativo surge a “Transferências e subsídios” com 24,47% que apenas tem esta relevância por causa da componente de subsídios, onde se incluem as transferências financeiras efetuadas no âmbito dos contratos de gestão de espaços verdes, praias e limpeza urbana com a empresa municipal, bem como as transferências para as freguesias.

A figura 18, demonstra a evolução da despesa paga nos últimos cinco anos, onde se verifica que as despesas têm vindo a crescer apesar da ligeira inflexão no ano 2018, sendo notório o crescimento da despesa de capital em 2020 e 2021, após uma redução nos anos 2018 e 2019.

Figura 18 | Evolução das despesas

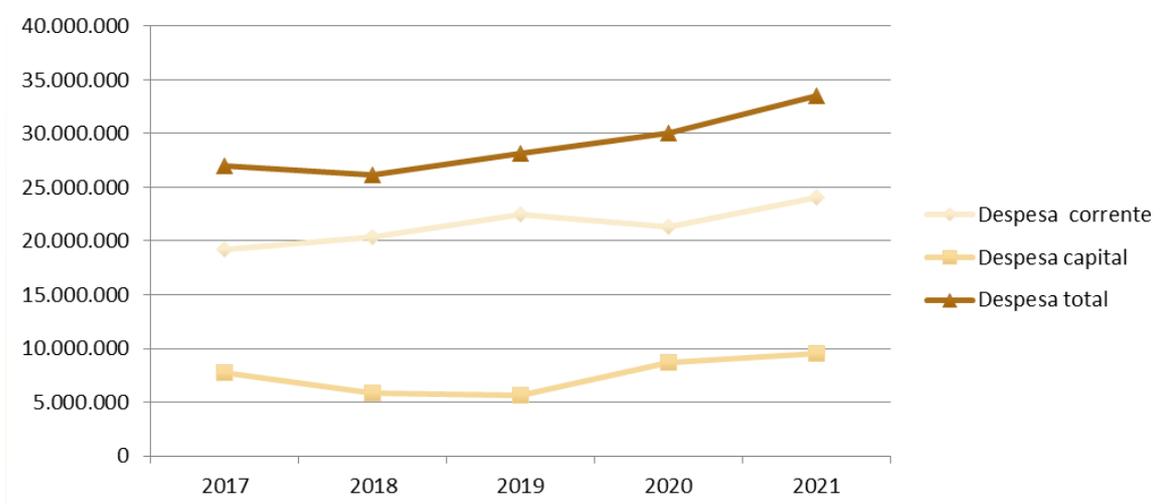


Tabela 11 | Despesa corrente paga

Unidade: €

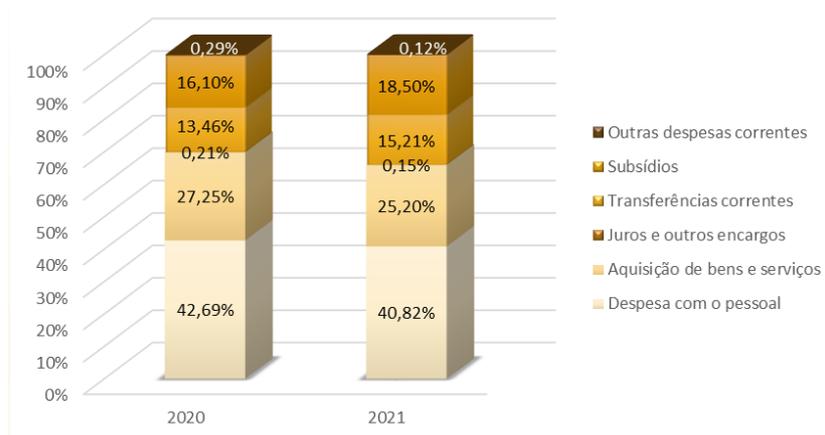
RÚBRICAS	2021		2020		VARIÇÃO 2020-2021	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	%	€
Despesa com o pessoal	9.809.959	40,82%	9.110.054	42,69%	7,68%	699.906
Aquisição de bens e serviços	6.056.353	25,20%	5.815.370	27,25%	4,14%	240.983
Matérias-primas	104.136	0,43%	57.941	0,27%	79,73%	46.195
Combustíveis	266.202	1,11%	187.761	0,88%	41,78%	78.440
Alimentação	311.916	1,30%	218.541	1,02%	42,73%	93.375
Material de consumo clínico e produtos químicos	54.719	0,23%	217.701	1,02%	(74,87%)	(162.983)
Material transporte e peças	72.954	0,30%	70.198	0,33%	3,93%	2.757
Prémios, condecorações e ofertas	63.115	0,26%	149.115	0,70%	(57,67%)	(85.999)
Material de educação, cultura e recreio	89.711	0,37%	128.615	0,60%	(30,25%)	(38.903)
Encargos das instalações	731.138	3,04%	548.109	2,57%	33,39%	183.029
Limpeza e higiene	169.626	0,71%	142.061	0,67%	19,40%	27.564
Conservação de bens	189.676	0,79%	132.221	0,62%	43,45%	57.455
Locação de bens	390.833	1,63%	234.929	1,10%	66,36%	155.904
Comunicações	86.561	0,36%	69.307	0,32%	24,90%	17.254
Transportes	349.022	1,45%	352.690	1,65%	(1,04%)	(3.668)
Seguros	172.726	0,72%	167.408	0,78%	3,18%	5.317
Publicidade	88.285	0,37%	100.832	0,47%	(12,44%)	(12.547)
Vigilância e segurança	67.860	0,28%	27.064	0,13%	150,74%	40.797
Assistência técnica	225.085	0,94%	150.573	0,71%	49,49%	74.513
Formação	84.968	0,35%	28.165	0,13%	201,68%	56.803
Seminários, exposições e similares	41.633	0,17%	98.963	0,46%	(57,93%)	(57.330)
Trabalhos especializados	314.298	1,31%	452.405	2,12%	(30,53%)	(138.107)
Encargos cobrança de receita	430.473	1,79%	355.515	1,67%	21,08%	74.958
Outros	1.751.417	7,29%	1.925.257	9,02%	(9,03%)	(173.841)
Juros e outros encargos	35.424	0,15%	45.396	0,21%	(21,97%)	(9.972)
Transferências correntes	3.654.868	15,21%	2.871.537	13,46%	27,28%	783.331
Freguesias	1.358.911	5,66%	828.420	3,88%	64,04%	530.491
Associações de Municípios	80.104	0,33%	100.702	0,47%	(20,45%)	(20.598)
Inst. Sem fins lucrativos	2.110.916	8,78%	1.915.306	8,97%	10,21%	195.610
Outros	104.937	0,44%	27.110	0,13%	287,09%	77.827
Subsídios	4.444.698	18,50%	3.437.019	16,10%	29,32%	1.007.679
Empresas públicas municipais e intermunicipais	3.604.506	15,00%	3.184.990	14,92%	13,17%	419.515
Outros	840.193	3,50%	252.029	1,18%	233,37%	588.164
Outras despesas correntes	28.186	0,12%	62.392	0,29%	(54,82%)	(34.205)
TOTAL	24.029.489	100%	21.341.767	100%	12,59%	2.687.721

Na tabela 11, estão refletidas as despesas correntes pagas nos anos 2020 e 2021, verificando-se variações positivas em praticamente todas as rubricas, com maior destaque para as ocorridas nos “Subsídios” com 29,32% (€1.007.679), devido por um lado ao aumento dos pagamentos dos contratos programa com a TaviraVerde, e por outro lado ao das transferências de apoios para às famílias, nomeadamente os apoios ao arrendamento; logo seguidas das “Transferências correntes” com 27,28% (€783.331) que cresceram no corrente ano por causa dos novos contratos de delegações de

competências com as freguesias, seguidas das “Despesas com o pessoal” com 7,68% (€699.906) e da “Aquisição de bens e serviços” com 4,14% (€240.983). Em sentido contrário, apenas as “Outras despesas correntes” e os “Juros e outros encargos” diminuíram, 54,82% (€34.205) e 21,97% (€9.972), respetivamente.

Apesar das variações ocorridas, podemos observar na figura 19, que a distribuição da despesa corrente paga sofreu apenas ligeiras alterações. A “Despesa com o pessoal” continua a ser a principal despesa corrente com uma representação de 40,82%, seguida da “Aquisição de bens e serviços” com 25,20%, e dos “Subsídios” e das “Transferências correntes” a aumentarem o seu peso para os 18,50% e os 15,21%, respetivamente.

Figura 19 | Distribuição da despesa corrente paga



Assim, no que concerne à rubrica de “Despesa com o pessoal” da análise da tabela 12, verifica-se que o aumento nas despesas com pessoal, resultaram do crescimento de diversas rubricas de pessoal.

No que concerne às “Remunerações certas e permanentes”, o aumento de 9,40% (€630.832), resulta da realização de 52 novas contratações e ainda de 2 mobilidades de outros serviços, 2 comissões de serviço novas e o regresso de 2 trabalhadores.

Quanto aos “Abonos variáveis ou eventuais” verificou-se um aumento de 17,24% (€71.473), com um aumento generalizado de todas as rubricas que o compõem com destaque para “Outros suplementos e prémios” com 52,05% (€42.217).

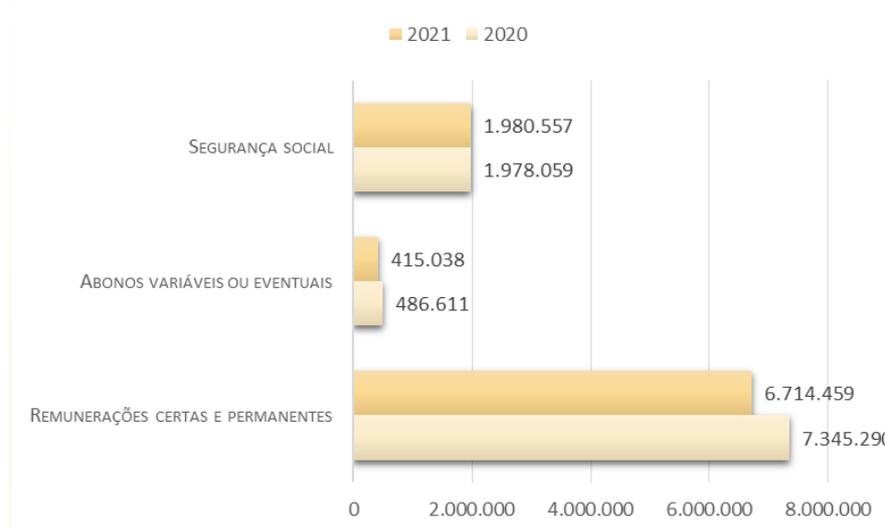
O aumento das “Remunerações certas e permanentes” não teve reflexo direto na rubrica “Segurança social” que praticamente manteve-se inalterada com um ligeiríssimo decréscimo de 0,13% (€2.498), dado que a diminuição nos “Encargos com saúde” 13,82% (€34.090), compensou em grande medida

os aumentos dos “Seguros” e das “Contribuições para a segurança social” e, que cresceram 25,71% (€20.650) e 1,28% (€19.871), respetivamente.

Tabela 12 | Despesa com o pessoal

RÚBRICAS	Unidade: €					
	2021		2020		VARIÇÃO 2020-2021	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	%	€
Remunerações certas e permanentes	7.345.290	74,88%	6.714.459	73,70%	9,40%	630.832
Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	130.458	1,33%	130.449	1,43%	0,01%	9
Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	5.433.453	55,39%	4.994.369	54,82%	8,79%	439.084
Pessoal aguardando aposentação	12.092	0,12%	14.778	0,16%	(18,17%)	(2.686)
Pessoal em qualquer outra situação	65.544	0,67%	67.376	0,74%	(2,72%)	(1.832)
Representação	64.171	0,65%	56.825	0,62%	12,93%	7.346
Subsídio de refeição	474.334	4,84%	436.345	4,79%	8,71%	37.988
Subsídio de férias e de Natal	1.012.097	10,32%	909.757	9,99%	11,25%	102.340
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	153.142	1,56%	104.559	1,15%	46,46%	48.583
Abonos variáveis ou eventuais	486.611	4,96%	415.038	4,56%	17,24%	71.573
Horas extraordinárias	239.020	2,44%	225.813	2,48%	5,85%	13.208
Ajudas de custo	13.650	0,14%	10.156	0,11%	34,40%	3.494
Abono para falhas	2.670	0,03%	2.152	0,02%	24,10%	519
Subsídio de turno	107.941	1,10%	95.805	1,05%	12,67%	12.136
Outros suplementos e prémios	123.329	1,26%	81.112	0,89%	52,05%	42.217
Segurança social	1.978.059	20,16%	1.980.557	21,74%	(0,13%)	(2.498)
Encargos com a saúde	212.501	2,17%	246.591	2,71%	(13,82%)	(34.090)
Outros encargos com a saúde	66.903	0,68%	74.928	0,82%	(10,71%)	(8.025)
Subsídio familiar a criança e jovens	15.186	0,15%	18.974	0,21%	(19,97%)	(3.788)
Outras prestações familiares	4.182	0,04%	4.240	0,05%	(1,37%)	(58)
Contribuições para a segurança social	1.574.890	16,05%	1.555.020	17,07%	1,28%	19.871
Acidentes em serviço e doenças profissionais	3.432	0,03%	-	-	-	3.432
Seguros	100.961	1,03%	80.311	0,88%	25,71%	20.650
Outras despesas de segurança social	4	0,00%	493	0,01%	(99,24%)	(490)
TOTAL	9.809.959	100%	9.110.054	100%	7,68%	699.906

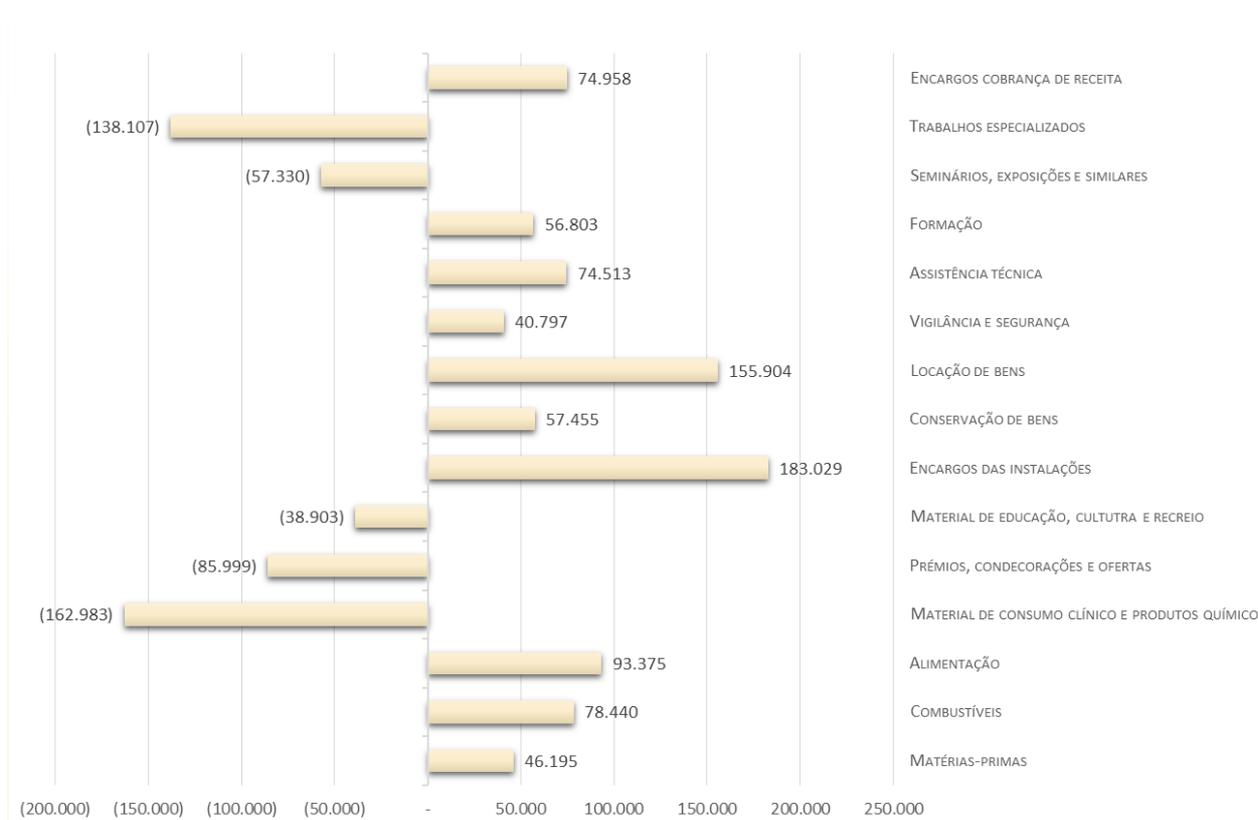
Figura 20 | Despesas com o pessoal



A figura 20, ilustra as alterações pontuais ocorridas nas despesas com o pessoal nos anos de 2020 e 2021.

Em relação, às despesas com “Aquisições de serviços”, foi elaborada a figura 21, para se perceber de uma forma mais clara as variações positivas e negativas, em termos absolutos (acima dos €30.000), das principais rubricas que a comportam. Este tipo de análise é sempre suscetível de ter algumas particularidades que afetam o resultado final, dado que muitas vezes esses aumentos/diminuições não são resultado direto de um maior/menor gasto em determinada área.

Figura 21 | Variação da aquisição de bens e serviços - 2020/2021



Não obstante o referido anteriormente, verificamos que as despesas com “Encargos de instalações” se destacaram pela positiva, com um incremento de €183.029, que inclui os gastos com água e eletricidade dado que no ano anterior, os confinamentos obrigaram o encerramento de vários serviços, nomeadamente os desportivos (piscinas, pavilhão e polidesportivos) e escolares, seguidos da “Locação de bens” com €155.904, da “Alimentação” com €93.375, dos “Combustíveis” com €78.440 e da “Assistência técnica” com €74.513. Os aumentos destas despesas no corrente ano acabam por estar ligados direta ou indiretamente ao facto de no ano anterior terem sido influenciadas pelo referido

encerramento.

Em contrapartida, as maiores variações negativas registaram-se no “*Material de consumo clínico e produtos químicos*” com €162.983, seguida dos “*Trabalhos especializados*” com €138.107 e dos “*Prémios, condecorações e ofertas*” com €85.999.

De seguida serão analisadas as despesas de capital pagas, para determinar se existiu investimento duradouro, no concelho e quais as áreas que estão a ter um maior investimento no orçamento municipal.

Tabela 13 | Despesa de capital paga

Unidade: €

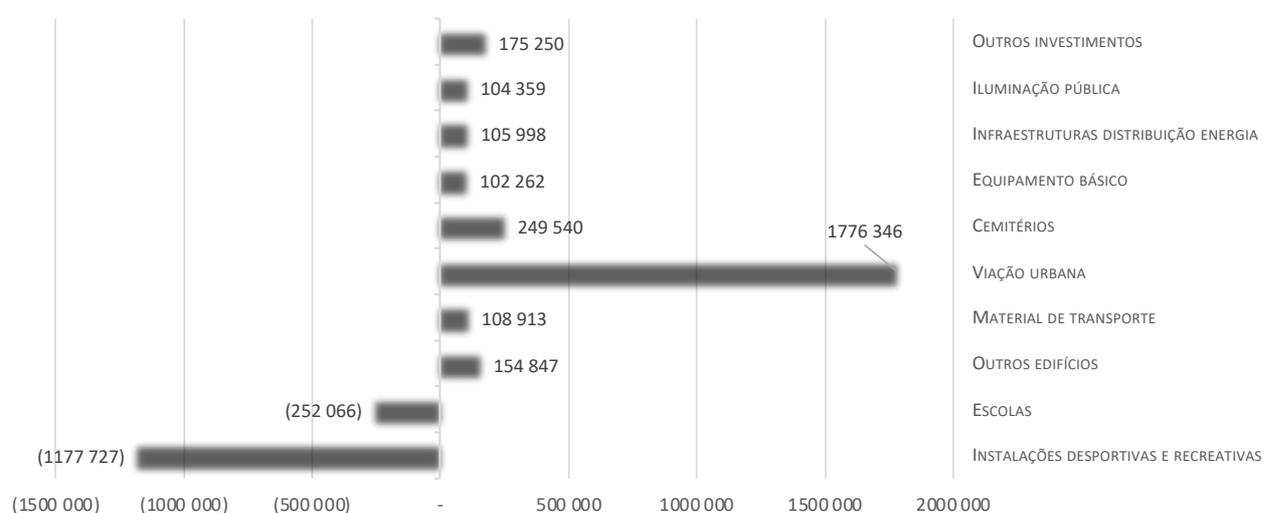
RÚBRICA	2021		2020		VARIÇÃO 2020-2021	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	%	€
Aquisição de bens de capital	8.419.167	88,54%	7.007.065	80,55%	20,15%	1.412.102
Habitacões	63.275	0,67%	54.893	0,63%	15,27%	8.382
Instalações desportivas e recreativas	91.609	0,96%	1.269.336	14,59%	(92,78%)	(1.177.727)
Mercados e instalações fisc. Sanitária	67.184	0,71%	-	-	-	67.184
Escolas	90.672	0,95%	342.738	3,94%	(73,54%)	(252.066)
Outros edifícios	1.426.644	15,00%	1.271.797	14,62%	12,18%	154.847
Parques e jardins	164.183	1,73%	239.833	2,76%	(31,54%)	(75.650)
Material de transporte	370.030	3,89%	261.117	3,00%	41,71%	108.913
Viação urbana	4.592.644	48,30%	2.816.298	32,37%	63,07%	1.776.346
Cemitérios	249.540	2,62%	-	-	-	249.540
Equipamento administrativo e informático	321.140	3,38%	244.641	2,81%	31,27%	76.500
Equipamento básico	412.577	4,34%	310.314	3,57%	32,95%	102.262
Infraestruturas distribuição energia	107.914	1,13%	1.916	0,02%	5.532,18%	105.998
Iluminação pública	128.462	1,35%	24.103	0,28%	432,97%	104.359
Outros investimentos	226.332	2,38%	51.082	0,59%	343,08%	175.250
Outros	106.961	1,12%	118.997	1,37%	(10,11%)	(12.036)
Tranferências de capital	108.997	1,15%	305.812	3,52%	(64,36%)	(196.815)
Inst. sem fins lucrativos	108.997	1,15%	102.655	1,18%	6,18%	6.342
Outras	-	-	203.157	2,34%	(100,00%)	(203.157)
Ativos financeiros	-	-	44.246	0,51%	(100,00%)	(44.246)
Passivos financeiros	981.021	10,32%	1.195.838	13,75%	(17,96%)	(214.817)
Outras despesas capital	-	-	146.468	1,68%	(100,00%)	(146.468)
TOTAL	9.509.185	100,00%	8.699.428	100,00%	9,31%	809.758

Na tabela 13, encontram-se refletidas as várias rúbricas que compõem a despesa de capital que deram origem ao aumento de 9,31% (€809.758), com a “*Aquisição de bens de capital*” a ser a única responsável por esse crescimento apresentando um aumento significativo de 20,15% (€1.412.102) que

cobriu as quebras das restantes rubricas, onde as “*Outras despesas e capital*” e os “*Ativos financeiros*” foram os que apresentaram maior quebra dado que não tiveram qualquer movimentação no corrente ano, seguidas das “*Transferências de capital*” que diminuíram 64,36% (€196.815) uma vez que no ano anterior ocorreu o pagamento de um protocolo com a POLIS para o cais das Quatro águas de cerca de 150 mil euros, e por último a quebra nas despesas com passivos financeiros foi de 17,96% (€214.817) que resulta do facto que cada vez temos menos empréstimos pelo que os gatos com as amortizações vão diminuindo.

Assim, na figura 22 vemos com maior visibilidade as principais variações das despesas de aquisição de bens de capital, onde a “*Viação Urbana*” se destaca com um aumento de €1.776.346 motivado pela execução de várias obras de conservação e reparação da rede viária de todo o concelho, nomeadamente a “*Requalificação da rua Capitão Jorge Ribeiro*”, das “*Obras de conservação do passadiço de Cabanas*” da “*Beneficiação da rede viária de Stª Catarina*”, seguida das “*Cemitérios*” com uma variação positiva de €249.540 que resultou da execução da “*Ampliação do cemitério da Luz*”.

Figura 22 | Principais variações da aquisição de bens de capital - 2020/2021



As despesas realizadas com transferências e subsídios concedidos pelo Município de Tavira, no corrente ano registaram um aumento de 24,10% (1.594.0196) face ao ano anterior, conforme pode ser observado na tabela 14.

As “*Outras transferências e subsídios*” foram as que apresentaram maior crescimento com 75,86% (€442.237), seguida das “*Transferências correntes*” com 26,46% (€726.101) impulsionadas

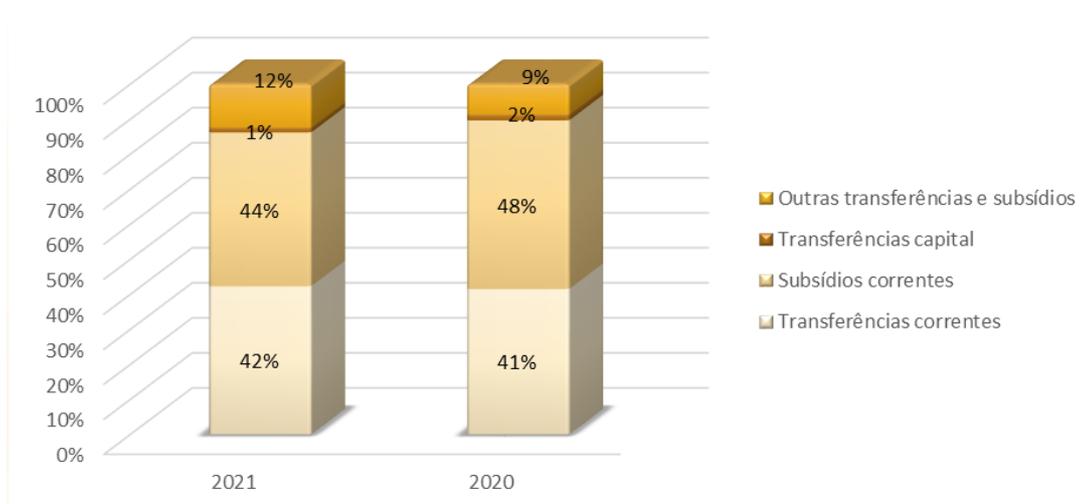
essencialmente pelos apoios dados no âmbito da pandemia, e dos “*Subsídios correntes*” com 13,17% (€419.515)

Tabela 14 | Despesas realizadas com transferências e subsídios

RÚBRICA	2021		2020		VARIÇÃO 2020-2021	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	%	€
Transferências correntes	3.469.827	42,27%	2.743.725	41,48%	26,46%	726.101
Freguesias	1.358.911	16,55%	828.420	12,52%	64,04%	530.491
Instituições sem fins lucrativos	2.110.916	25,72%	1.915.306	28,96%	10,21%	195.610
Subsídios correntes	3.604.506	43,91%	3.184.990	48,15%	13,17%	419.515
Empresas municipais	3.604.506	43,91%	3.184.990	48,15%	13,17%	419.515
Transferências capital	108.997	1,33%	102.655	1,55%	6,18%	6.342
Instituições sem fins lucrativos	108.997	1,33%	102.655	1,55%	6,18%	6.342
Outras transferências e subsídios	1.025.234	12,49%	582.997	8,81%	75,86%	442.237
Correntes	1.025.234	12,49%	379.840	5,74%	169,91%	645.393
Capital	-	-	203.157	3,07%	(100,00%)	(203.157)
TOTAL	8.208.563	100,00%	6.614.368	100,00%	24,10%	1.594.196

Em termos de estrutura, em 2021, não se registaram grandes alterações na distribuição das transferências e subsídios concedidos, conforme se pode observar na figura 23. Assim, os “*Subsídios correntes*” apesar de perderem algum terreno continuam a ser os que tem a maior representação com 44%. Enquanto, as “*Transferências correntes*” e as “*Outras transferências e subsídios*” tiveram um ligeiro aumento da sua representação para 42% e 12%, respetivamente.

Figura 23 | Distribuição das transferências concedidas



2.3 Equilíbrio orçamental

Com a entrada em vigor da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, a aferição do equilíbrio orçamental passou a ser apurada conforme o disposto no n.º 2 do artigo 40.º: “a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo”. Assim, na figura 24, verificamos que a receita corrente bruta cobrada ultrapassa a despesa corrente realizada mais as amortizações médias dos empréstimos em €4.809.601, cumprindo-se assim o critério.

Figura 24 | Aferição do equilíbrio orçamental

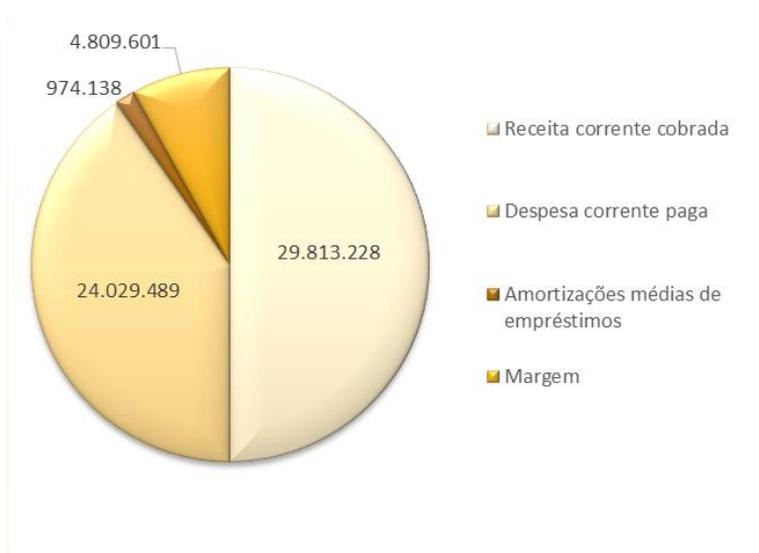
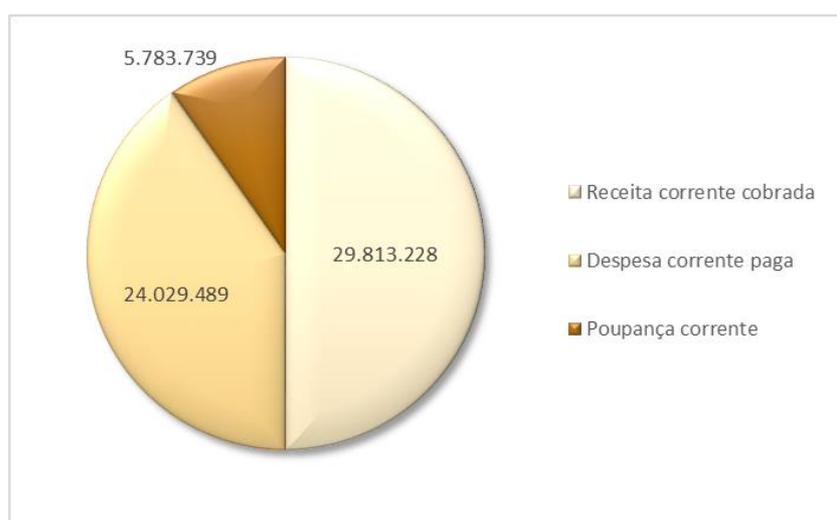


Figura 25 | Poupança corrente



Em termos de poupança corrente, em 2021, atingiram-se cerca de € 5.783.739, conforme ilustrado na figura 25. Ou seja, pagaram-se €24.029.489 de despesas corrente com os €29.813.228 de receitas

correntes cobradas líquidas. Esta poupança é um indicador importante dado que reflete o montante que pode ser canalizado para o financiamento de despesas de investimento de médio e longo prazo (despesas de capital).

2.4 Saldo de gerência

O valor das importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria, acrescido dos correspondentes saldos da gerência anterior, permitem obter o saldo positivo apresentado na tabela 15, o qual irá transitar para a gerência seguinte.

Tabela 15 – Resumo da conta de gerência

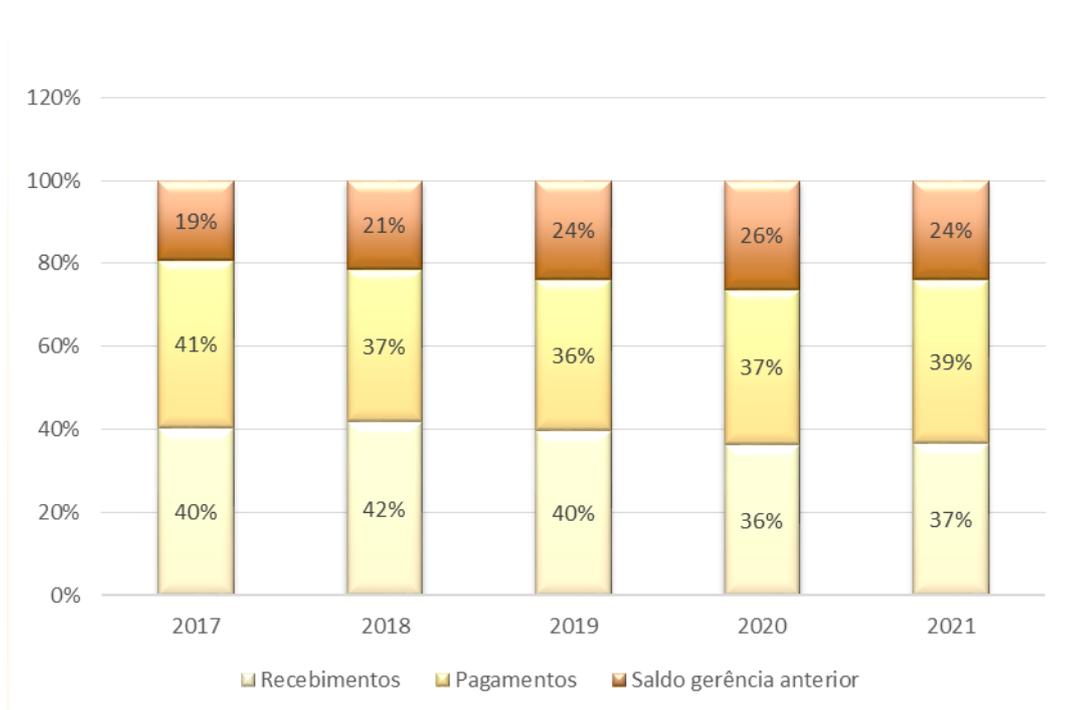
Unidade: €

DESIGNAÇÃO	2021			2020		
	OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS	OPERAÇÕES DE TESOURARIA	TOTAL	OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS	OPERAÇÕES DE TESOURARIA	TOTAL
Saldo da gerência anterior	20.613.356	76.349	20.689.705	21.255.559	131.297	21.386.856
Receita cobrada líquida	31.703.379	181.049	31.884.428	29.398.993	60.660	29.459.653
Despesas pagas	33.538.674	181.397	33.720.071	30.041.195	115.609	30.156.804
Saldo a transitar p/gerência seguinte	18.778.062	76.001	18.854.062	20.613.356	76.349	20.689.705

Da análise dos movimentos financeiros ocorridos em 2021, constata-se que a receita cobrada líquida, comparativamente com a de 2020, sofreu um aumento de cerca de 2,3 milhões de euros e a despesa paga aumentou cerca de 3,5 milhões de euros. Verificando-se assim, que as receitas foram inferiores às despesas pagas em cerca de 1,8 milhões de euros, pelo que o saldo a transitar para o ano de 2021 apresenta uma diminuição dessa ordem, totalizando os €18.854.062, o qual se decompõe em €18.778.062 de saldo de operações orçamentais e €76.001 de saldo de operações de tesouraria.

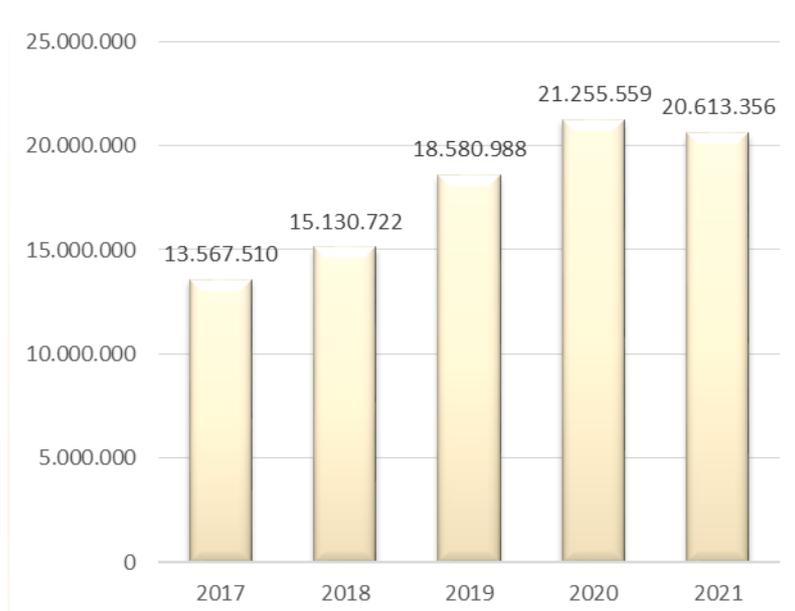
A evolução dos recebimentos e pagamentos orçamentais dos últimos 5 anos é demonstrada na figura 26, onde se encontra ilustrada a diminuição da diferença entre os recebimentos e os pagamentos desde 2017 e um crescimento do saldo da gerência até 2020, em que atingiu os 26% e que diminuiu para os 24% no corrente ano.

Figura 26 | Evolução dos pagamentos e recebimentos



No que concerne ao montante do “*Saldo da gerência anterior*” conforme se pode observar na figura 27, tem vindo a crescer de forma significativa nos últimos 5 anos, com exceção de uma ligeira redução no ano anterior. Este crescimento é o principal motivador do aumento do orçamento da autarquia de ano para ano.

Figura 27 | Evolução do saldo de gerência



Esclarece-se que os montantes apresentados na figura anterior se referem aos montantes de saldo de gerência utilizados no orçamento do respetivo ano. Ou seja, o montante de €20.613.346 em 2021, refere-se ao saldo da gerência de 2020 que foi utilizado no Orçamento de 2021, sendo que para o ano 2022 o saldo de gerência é o constante na tabela 15 (€18.854.062).

DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO

Com a entrada em vigor do referido normativo contabilístico - SNC-AP; o sistema financeiro assumiu um maior protagonismo, dado que este passou a contemplar um subsistema de contabilidade financeira e um de contabilidade de gestão, para além do subsistema de contabilidade orçamental.

Neste capítulo irão ser abordados alguns indicadores económicos e financeiros e será feita uma breve análise às principais demonstrações financeiras: o balanço e a demonstração de resultados por natureza. Irá também ser demonstrado o apuramento da dívida do Município de Tavira e os seus diversos fatores, sendo ainda, apresentados dados da contabilidade de gestão com a respetiva análise.

1. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

Na tabela 16, podemos observar alguns indicadores económico-financeiros que, em termos gerais, evidenciam um desempenho financeiro positivo do Município de Tavira, podendo-se constatar o seguinte:

- Os indicadores de liquidez demonstram a elevada capacidade de cobertura do passivo da autarquia, quer através do seu património quer das disponibilidades, as quais cobrem em 2021 quase 5 vezes o passivo (574%);
- Em termos de rentabilidade verifica-se uma melhoria em virtude do melhor desempenho operacional;
- Quer o prazo médio de recebimentos quer o de pagamentos são inferiores a 30 dias;
- A capacidade do Município de Tavira de financiar o seu ativo através do seu património líquido sem ter que recorrer a empréstimos de médio e longo prazo, medida através do índice de autonomia, é elevada e atinge os 90%;
- O indicador de solvabilidade demonstra claramente a capacidade do Município de Tavira em cumprir os seus compromissos;

Tabela 16 | Indicadores económico-financeiros

		Unidade: €	
INDICADORES	FORMULA DE CÁLCULO	2020	2021
Liquidez			
Liquidez geral	Ativo corrente / Passivo corrente	960%	903%
Liquidez reduzida	(Ativo corrente-inventários) / Passivo corrente	946%	888%
Liquidez imediata	Disponibilidades / Passivo corrente	653%	574%
Rentabilidade			
Rentabilidade oper. do vol.	Resultados operacionais / Volume de negócios * 100	(4.839%)	(3.334%)
Taxa de margem bruta	Margem bruta / Volume negócios * 100	9.514%	9.634%
Rentabilidade do património líquido	Resultados líquidos / Património líquido	(4%)	(3%)
Rentabilidade operacional do ativo	Resultados operacionais / Ativo * 100	(4%)	(3%)
Atividade			
Grau de rotação do ativo	Volume de negócios / Ativo	7,57%	9,39%
Prazo médio de recebimentos	[(Receita liquidada – Receita cobrada) / Receita liquidada]	6	15
Prazo médio de pagamentos	Informação da DGAL	<30	<30
Estrutura financeira			
Autonomia financeira	Património líquido / Ativo	89%	90%
Solvabilidade	Património líquido / Passivo	779%	928%
Grau de cobertura dos gastos financeiros	Resultados operacionais / Gastos financeiros	(17.078%)	(18.464%)
Endividamento	Passivo / Ativo	11%	10%

2. ANÁLISE AO BALANÇO

Tabela 17 | Balanço sintético

Unidade: €

RÚBRICA	2021		2020		VARIÇÃO 2020-2021	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	%	€
Ativo não corrente						
Ativos fixos tangíveis	172.312.040	82,18%	180.276.318	82,94%	(4,42%)	(7.964.278)
Ativos intangíveis	792.785	0,38%	889.217	0,41%	(10,84%)	(96.432)
Participações financeiras	6.617.798	3,16%	5.443.506	2,50%	21,57%	1.174.293
Outras contas a receber	303.465	0,14%	303.910	0,14%	-	(445)
	180.026.088	85,86%	186.912.951	85,99%	-3,68%	(6.886.862)
Ativo corrente						
Inventários	474.357	0,23%	453.908	0,21%	4,51%	20.450
Devedores por transferências e sub. não reemb.	2.000	0,00%	2.000	0,00%	-	-
Devedores por empréstimos bonif. e sub. não reemb.	7.902	0,00%	7.902	0,00%	-	-
Clientes, contribuintes e utentes	175.026	0,08%	143.571	0,07%	21,91%	31.455
Estado e outros entes públicos	25.928	0,01%	39.939	0,02%	(35,08%)	(14.011)
Outras contas a receber	9.916.897	4,73%	9.021.044	4,15%	9,93%	895.852
Diferimentos	188.537	0,09%	84.051	0,04%	124,31%	104.487
Caixa e depósitos	18.854.062	8,99%	20.689.705	9,52%	(8,87%)	(1.835.643)
	29.644.710	14,14%	30.442.120	14,01%	(2,62%)	(797.410)
TOTAL DO ATIVO	209.670.798	100%	217.355.070	100%	(3,54%)	(7.684.272)
Património líquido						
Património/Capital	212.044.817	101,13%	211.991.064	97,53%	0,03%	53.753
Reservas	2.729.471	1,30%	2.729.471	1,26%	-	-
Resultados transitados	(36.876.932)	(17,59%)	(28.994.205)	(13,34%)	27,19%	(7.882.728)
Ajustamentos em ativos financeiros	3.400.961	1,62%	2.717.782	1,25%	-	683.180
Outras variações no Património Líquido	14.526.717	6,93%	12.037.721	5,54%	20,68%	2.488.996
Resultado líquido do período	(6.541.450)	(3,12%)	(7.857.037)	(3,61%)	(16,74%)	1.315.587
	189.283.584	90,28%	192.624.796	88,62%	(1,73%)	(3.341.211)
Passivo não corrente						
Provisões	4.643.833	2,21%	4.349.535	2,00%	6,77%	294.298
Financiamentos obtidos	3.672.592	1,75%	4.610.089	2,12%	(20,34%)	(937.497)
Fornecedores de investimentos	160.114	0,08%	178.070	0,08%	(10,08%)	(17.957)
Diferimentos	8.611.447	4,11%	12.407.043	5,71%	(30,59%)	(3.795.595)
Outras contas a pagar	15.774	0,01%	15.774	0,01%	-	-
	17.103.760	8,16%	21.560.511	9,92%	(20,67%)	(4.456.751)
Passivo corrente						
Credores por transf. e sub. não reemb. Concedidos	-	-	9.303	0,00%	(100,00%)	(9.303)
Fornecedores	436.294	0,21%	628.096	0,29%	(30,54%)	(191.803)
Estado e outros entes públicos	132.103	0,06%	61.414	0,03%	115,10%	70.689
Financiamentos obtidos	928.835	0,44%	991.229	0,46%	(6,29%)	(62.393)
Fornecedores de investimentos	82.044	0,04%	68.971	0,03%	18,95%	13.073
Outras contas a pagar	1.694.679	0,81%	1.401.251	0,64%	20,94%	293.428
Diferimentos	9.500	0,00%	9.500	0,00%	-	-
	3.283.454	1,57%	3.169.764	1,46%	3,59%	113.690
Total do passivo	20.387.214	9,72%	24.730.275	11,38%	(17,56%)	(4.343.061)
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO	209.670.798	100%	217.355.070	100%	(3,54%)	(7.684.272)

O Balanço é uma das principais demonstrações financeiras, pelo que importa analisar em termos sintéticos o seu conteúdo, não obstante deste ser apresentado com as respetivas notas no capítulo das “*Demonstrações financeiras*”.

Em resumo, a tabela 17, espelha, os ativos, o património e os passivos do Município de Tavira que em termos gerais, registaram uma diminuição de 3,54%, ou seja, menos €7.684.272 face ao ano anterior.

A diminuição resulta essencialmente dos “*Resultados transitados*” e do “*Resultado líquido do exercício*” (RLE), serem cada vez mais negativos por força da acumulação de resultados de exercício negativos ao longo de vários anos, que são normais a partir do momento em que o Município tem reconhecido o seu vasto património e consequentemente as suas depreciações.

No que concerne ao “*Ativo*” verifica-se que o “*Ativo não corrente*” representa cerca de 86%, sendo principalmente composto pelos “*Ativos fixos tangíveis*” que apesar de terem reduzido cerca de 8 milhões de euros em resultado das depreciações do corrente ano representam cerca 82% do ativo do município.

3. ANÁLISE À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A tabela 18, apresenta os gastos e ganhos que compõem a demonstração de resultados por natureza do Município de Tavira no ano de 2021, bem como as variações ocorridas em cada uma das rubricas.

Tabela 18 | Demonstração de resultados por natureza

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	2021	2020	VARIACÃO 2020-2021	
			%	Valor
Impostos, contribuições e taxas	19.351.878	16.064.679	20,46%	3.287.199
Prestações de serviços e concessões	340.593	397.850	(14,39%)	(57.257)
Rendimentos/Gastos imputados de ent. controladas, assoc. e empee. conj.	476.113	752.029	(36,69%)	(275.916)
Transferências e subsídios correntes obtidos	7.896.408	7.341.899	7,55%	554.509
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(402.846)	(380.380)	5,91%	(22.466)
Fornecimentos e serviços externos	(5.633.696)	(5.491.921)	2,58%	(141.775)
Gastos com pessoal	(10.163.115)	(9.269.479)	9,64%	(893.636)
Transferências e subsídios concedidos	(8.032.687)	(6.724.066)	19,46%	(1.308.621)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	36.851	-	-	36.851
Provisões (aumentos/reduções)	(297.443)	152.422	(295,14%)	(449.864)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-	17.702	-	(17.702)
Outros rendimentos	2.743.455	2.258.069	21,50%	485.386
Outros gastos	(420.186)	(1.000.726)	(58,01%)	580.540
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	5.895.324	4.118.078	43,16%	1.777.246
Gastos/reversões de depreciação e amortização	(12.424.610)	(12.084.399)	2,82%	(340.211)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-	-	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	(6.529.286)	(7.966.321)	(18,04%)	1.437.035
Juros e rendimentos similares obtidos	23.398	155.931	(84,99%)	(132.533)
Juros e gastos similares suportados	(35.562)	(46.647)	(23,76%)	11.085
Resultado antes de impostos	(6.541.450)	(7.857.037)	(16,74%)	1.315.587
Imposto sobre o rendimento	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(6.541.450)	(7.857.037)	(16,74%)	(1.315.587)

Assim, verificamos que em 2021, os “Gastos/reversões de depreciações e amortização” apresentaram um crescimento de 2,82% atingindo os €12.424.610, sendo por isso o principal gasto da autarquia, seguidos dos “Gastos com pessoal” com €10.163.115, das “Transferências e subsídios concedidos” com €8.032.687 dado que no corrente ano cresceram 19,46% (€1.308.621) ultrapassando os “Fornecimentos e serviços externos” que se ficaram pelos €5.633.696. Pelo outro lado, o dos ganhos, o grande destaque vai para os “Impostos, contribuições e taxas” com €19.351.878 seguido pelas “Transferências e subsídios correntes obtidos” com €7.896.408.

No que concerne aos resultados, verificamos que o “Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento” aumentaram 43,16% (€1.777.246) face ao ano anterior, ficando-se pelos €5.895.324 o que não é suficiente para suportar os gastos com as amortizações o que originou um “Resultado operacional” negativo de €6.529.286 e consequentemente um “Resultado líquido do exercício” de €6.541.450

4. DÍVIDA

A gestão da dívida deve-se pautar por princípios como o rigor e o forte controlo. Neste sentido, a realização de despesa deve ter sempre em conta as receitas do Município, de forma a não comprometer o futuro.

Na tabela 19, são apresentadas as principais dívidas do Município, não se encontrando refletido o valor das “*Outras contas a pagar*” que constam do balanço dado que estas incluem os montantes referentes aos credores por acréscimos de gastos, como é o caso do montante a pagar no ano 2022 referente ao subsídio de férias, porque não se considera relevante para a apreciação em causa que pretende demonstrar os valores que o município poderia “*pagar*” no imediato caso estivessem reunidas as condições necessários para o efeito.

No que concerne aos montantes que se consideram para efeitos do apuramento da dívida total do município serão calculados/demonstrados mais à frente na tabela 23.

Assim, podemos verificar que se registou um decréscimo da dívida da autarquia em 18,47% (€1.196.482), com a dívida de curto prazo a reduzir 14,28% (€241.026) e a de médio e longo prazo 19,95% (€955.457) face ao ano anterior.

Tabela 19 | Dívida

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	2021		2020		VARIÇÃO 2020-2021	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	€	%
Curto prazo	1.447.271	27,41%	1.688.297	26,07%	(241.026)	(14,28%)
Fornecedores correntes	-	-	15.952	0,25%	(15.952)	(100,00%)
Fornecedores correntes em conferência	436.392	8,27%	612.145	9,45%	(175.753)	(28,71%)
Fornecedores de investimento	31.464	0,60%	17.957	0,28%	13.507	75,22%
Fornecedores investi. em conferência	50.580	0,96%	51.014	0,79%	(434)	(0,85%)
Finan. obtidos - empréstimos	909.135	17,22%	974.526	15,05%	(65.391)	(6,71%)
Finan. obtidos - Locação financeira	19.700	0,37%	16.702	0,26%	2.998	17,95%
Médio e longo prazo	3.832.703	72,59%	4.788.159	73,93%	(955.457)	(19,95%)
Fornecedores de investimento	160.114	3,03%	178.070	3,37%	(17.957)	(10,08%)
Finan. obtidos - empréstimos	3.524.745	66,76%	4.440.375	84,10%	(915.630)	(20,62%)
Finan. obtidos - Locação financeira	147.843	2,80%	169.714	3,21%	(21.870)	(12,89%)
TOTAL	5.279.974	100%	6.476.456	100%	(1.196.482)	(18,47%)

Em relação ao curto prazo, destaca-se a diminuição de 28,71% (€175.753) da dívida em conferência dos fornecedores correntes que atingiram um montante relevante de €436.392, este montante

contém a faturação da água e da eletricidade, de entre outros fornecimentos de cariz mensal, em que apenas pode haver faturação no final do mês, sendo por isso um gasto do ano que fica em dívida por não ser possível verificar e pagar dentro do próprio ano.

Em relação à dívida de médio e longo prazo houve uma redução de 20,62% (€915.630) dos financiamentos obtidos que resultaram da amortização normal. De realçar, que o montante incluído nos “Fornecedores de investimento” corresponde ao montante de médio e longo prazo de um contrato de direito de superfície da “Pista de ciclismo” em vigor com o Ginásio Clube de Tavira e que pressupõe um pagamento anual na ordem dos €18.000.

Na figura seguinte pode-se ver melhor a redução da dívida nestes 2 anos e no peso significativo que o médio e longo prazo continua a ter, representando 72,59% da dívida total.

Figura 28 | Evolução da dívida

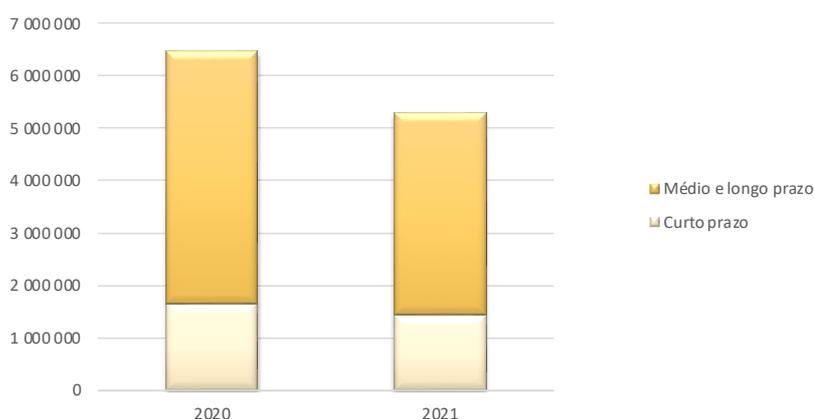
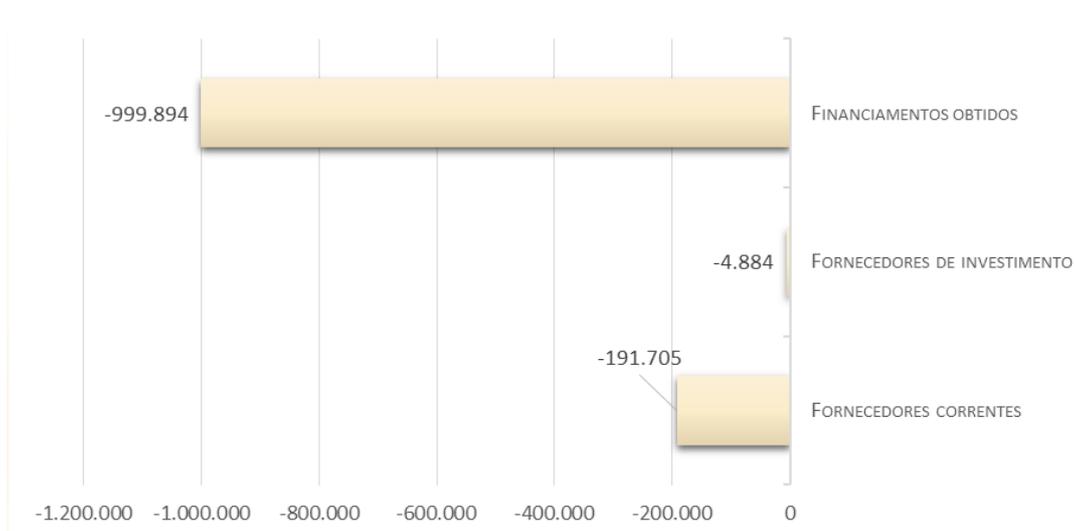


Figura 29 | Variação da dívida – 2020/2021



Na figura 29, encontra-se espelhada a variação da dívida por tipo, independentemente de ter uma natureza de curto ou médio/longo prazo, destacando-se claramente a diminuição dos “Financiamentos obtidos”.

Na figura seguinte, podemos confirmar que os “Financiamentos obtidos” constituem a maior fatia da dívida com 87%, seguido dos “Fornecedores correntes” com 8%, e por último os “Fornecedores de investimento” com 5%.

Figura 30 | Distribuição da dívida

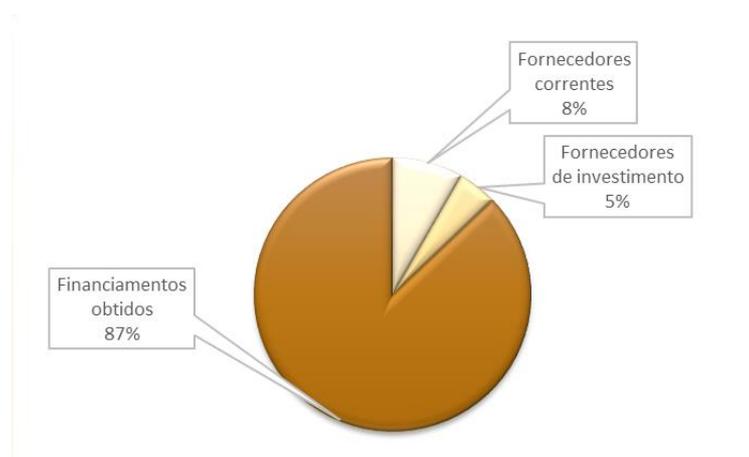


Tabela 20 | Financiamentos obtidos

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	2021	2020	VARIÇÃO 2020-2021	
			€	%
Empréstimos excecionados	2.632.685	3.138.791	(506.106)	(16,12%)
Horta do Carmo / 67 fogos - CGD (23/987/19)	494.109	617.637	(123.527)	(20,00%)
Horta do Carmo / 57 fogos - CGD (22/087/19)	165.470	206.837	(41.367)	(20,00%)
Atalaia / 66 fogos - CGD (467/587/19)	574.806	689.768	(114.961)	(16,67%)
Atalaia / 66 fogos - CGD (s/bonif.) (467/587/27)	156.443	187.732	(31.289)	(16,67%)
Hab Social Stª Catarina (bonif) - CGD (983/987/19)	274.150	319.530	(45.380)	(14,20%)
Hab Social Stª Catarina (ñ bonif) CGD (939/187/19)	17.276	34.425	(17.149)	(49,81%)
Hab. Social Quinta Salinas - BPI	909.065	1.037.558	(128.493)	(12,38%)
Hab.Social Bairro Jara (90150023742870019)	41.366	45.306	(3.940)	(8,70%)
Empréstimos não excecionados	1.801.195	2.276.111	(474.915)	(20,87%)
Cine-teatro - CCA (5843)	-	97.490	(97.490)	(100,00%)
Terreno sítio Cara de Pau - CCA (5671)	28.298	56.551	(28.252)	(49,96%)
Equipamentos Diversos - CCA (5494)	61.560	122.878	(61.318)	(49,90%)
Financia/º de Investimentos 2003 - BES (112108)	73.998	110.997	(36.999)	(33,33%)
Financia/º de Investi/º 2004 (150/987/19)	136.032	181.267	(45.235)	(24,95%)
Hab.Social Fracção H - Lote 11 (1654/187/19)	16.152	18.052	(1.900)	(10,53%)
Investimentos 2009 - CGD (9015/006431/391)	1.485.154	1.671.630	(186.476)	(11,16%)
Recuperação da Igreja das Ondas - QREN -IFDR	-	17.246	(17.246)	(100,00%)
TOTAL	4.433.881	5.414.902	(981.021)	(18,12%)

Face à relevância dos financiamentos obtidos, a tabela 20 tem elencados todos os empréstimos de médio e longo prazo. Verificando-se que no corrente ano foram amortizados 18,12% (€981.021), tendo chegado ao seu término o empréstimo da “Recuperação da Igreja das Ondas – QREN-IFDR”.

Outro aspeto relevante da dívida é o prazo médio de pagamento a fornecedores, pelo que importa referir, que o Município tem a sua dívida a fornecedores regularizada, não tendo qualquer pagamento em atraso a 31 de dezembro de 2021.

A análise que se segue compreende na tabela 21, a informação sintetizada sobre a capitação do serviço da dívida pago pelo Município de Tavira em 2021 e 2020, nas vertentes dos encargos financeiros (juros) e passivos financeiros (amortizações).

Neste âmbito, assiste-se a uma diminuição do serviço da dívida de 18,11% (€224.789), por força da redução das amortizações no corrente ano, uma vez que dívida vai diminuindo, inclusive, com o término de alguns empréstimos, sendo por isso cada vez menor o montante global de amortizações anuais.

O serviço da dívida reduziu o peso na despesa do Município em 2021 para 2,98%, face ao ano anterior, com as amortizações a representarem 2,88% das despesas pagas e os juros 0,10% destas.

Tabela 21 | Serviço da dívida

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	2021	2020	VARIAÇÃO 2020-2021	
			€	%
Juros	35.424	45.396	(9.972)	(21,97%)
Amortização	981.021	1.195.838	(214.817)	(17,96%)
Total	1.016.445	1.241.234	(224.789)	(18,11%)
Indicadores				
Juros / Despesa total	0,10%	0,15%	---	---
Amortizações / Despesa total	2,88%	3,98%	---	---
Serviço da dívida / Despesa total	2,98%	4,13%	---	---

Com a entrada em vigor da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais, houve alterações significativas no que se refere ao controlo da dívida da autarquia, caindo o termo “Endividamento líquido municipal” para surgir o de “Dívida total”.

O limite da dívida total é apurado em cada ano de acordo com 1,5 vezes a média da receita corrente líquida nos três exercícios anteriores (n.º 1 do artigo 52.º da referida Lei), sendo no corrente ano de €42.591.897, conforme apuramento demonstrado na tabela seguinte.

Tabela 22 | Limite da dívida total

Unidade:€	
DESIGNAÇÃO	VALOR
Receita corrente líquida	
2018	28.803.826
2019	29.153.426
2020	27.226.542
Média da receita dos 3 anos	28.394.598
Limite da dívida total (1,5 x Média da receita)	42.591.897

Por sua vez, o montante da “Dívida total” resulta do total das operações orçamentais do município, o que engloba toda a dívida da autarquia, desde o curto ao médio/longo prazo, n.º 2 do mesmo artigo. Com a agravante de que existem determinadas circunstâncias que determinam que alguns resultados de certas entidades, nas quais a autarquia detenha participações possam ser considerados dívida da autarquia na devida proporção da participação, de acordo com o artigo 54.º da referida Lei.

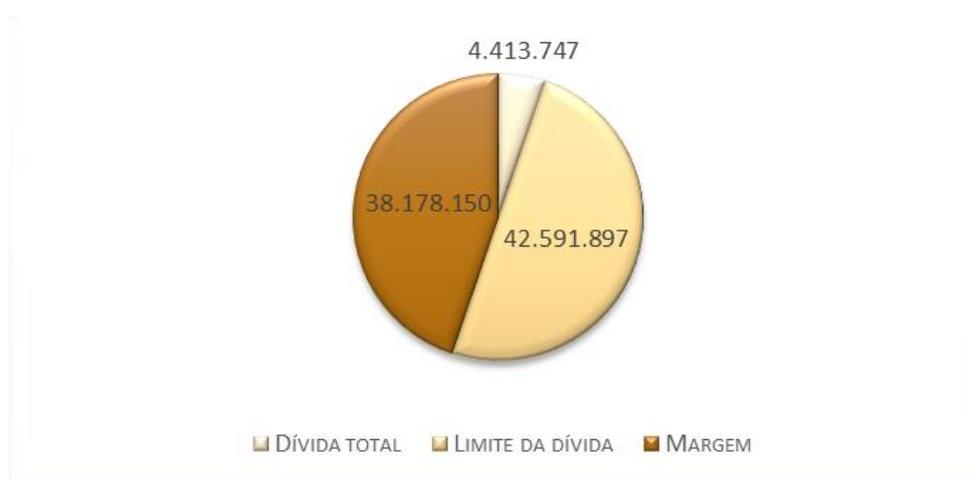
Tabela 23 | Apuramento da dívida total

Unidade:€	
APURAMENTO DÍVIDA TOTAL - MUNICÍPIO	2021
1. Passivo não corrente (total)	17.103.760
2. Passivo não corrente Provisões	4.643.833
3. Passivo não corrente Diferimentos	8.611.447
4. Passivo corrente (total)	3.283.454
5. Passivo corrente Diferimentos	9.500
6. Passivo relativo ao art.º 90-A do RFALEI	-
7. Saldo final de operações de tesouraria	76.001
8. Fundo de Apoio Municipal	-
9. Empréstimos bancários excluídos do cálculo	2.632.685
10. DÍVIDA TOTAL (1-2-3+4-5-6-7-8-9)	4.413.747
11. Limite da dívida total (1,5 x Média da receita)	42.591.897
MARGEM (11-10)	38.178.150

Portanto, em 1.º lugar importa apurar qual a dívida total da autarquia, independentemente dos resultados de outras entidades que sejam relevantes para efeitos de limite da dívida total. Para o

efeito, no corrente ano através da Instrução n.º 1/2019 de 6 de março, o Tribunal de Contas apresenta o modelo 14 que estabelece a forma de efetuar o apuramento da dívida total e que consiste essencialmente no somatório do passivo corrente com o não corrente, menos os valores referentes às provisões, diferimentos, operações de tesouraria e empréstimos excecionados. Assim e de acordo com essa fórmula foi elaborada a tabela n.º 23, em que concluímos que a dívida total do Município de Tavira em 2021 é de €4.413.747, ficando muito aquém do limite imposto, e obtendo assim uma margem de €38.178.150, conforme se pode ver na figura 31.

Figura 31 | Limite da dívida total



No entanto, para este cálculo não conta apenas o montante da dívida da autarquia, uma vez que inclui também em determinadas situações a dívida de outras entidades, tais como:

- As empresas municipais, “TaviraVerde – Empresa Municipal de Ambiente, EM” e “EMPET - Parques Empresariais de Tavira, EM, Lda. - em liquidação”, que caso se encontrem desequilibradas tem de ser efetuada uma transferência para efeitos de reequilíbrio na proporção da participação, conforme o artigo 40.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, sendo relevante para a dívida total do Município caso a transferência não ocorra, e somente neste caso. Assim, importa referir que a TaviraVerde apresenta as suas contas equilibradas no final do corrente ano, não relevando para a dívida do município, e no caso da EMPET desconhece-se até à presente data se está equilibrada.
- As sociedades participadas no caso de apresentarem resultados negativos, reverte para a dívida total no montante correspondente à participação da autarquia nessa sociedade. O Município tem participações nas “Águas do Algarve, SA.”; “POLIS – Sociedade Polis Litoral Ria Formosa, SA”; “ALGAR – Valorização e tratamento de resíduos sólidos, SA.”. À data da

elaboração deste relatório ainda não tínhamos conhecimento das contas destas empresas, no entanto, até à data estas não têm apresentado resultados negativos;

- A dívida das cooperativas releva para a do Município na proporção da participação independentemente do seu resultado (positivo ou negativo). O Município pertence à “ALSUD – Cooperativa de Ensino e Formação Profissional do Algarve, CIPRL” cuja participação de 11,36% corresponde a €4.997 para as contas da autarquia; e “CCAM – Caixa de Crédito Agrícola Mutuo do Sotavento Algarvio”, com uma participação muito residual, que não conhecemos, neste momento, mas de acordo com o seu histórico não serão muito relevantes;
- As associações intermunicipais relevam também para a dívida da autarquia proporcionalmente à quota. Como é o caso da “CIAMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve” e da “APMCH – Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico” que relevam €5.257 e zero, respetivamente, apesar de ainda não termos as contas finais de ambos;
- E, as entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º o controlo ou presunção de controlo, como é o caso da “UAC – Associação para o Desenvolvimento Integrado da Baixa de Tavira”, que passou a ser controlado pelo Município de Tavira após a alteração dos seus estatutos, publicados em 5 de novembro de 2019, cujo passivo é de apenas €1.145.

Assim, em bom rigor só após a apresentação de resultados de todas estas entidades é que se poderá concluir qual o montante da dívida total do Município de Tavira em 2021, que considerando todos os dados conhecidos a esta data é de €4.425.146. No entanto, face à larga margem de que se dispõe não se prevê que estas possam afetar de forma à ultrapassagem do limite.

Caso a autarquia por algum motivo vier a incumprir este limite, deverá reduzir no exercício subsequente pelo menos 10% do montante em excesso, sem prejuízo de ter de recorrer ao mecanismo de saneamento financeiro ou recuperação financeira. E caso cumpra, só poderá aumentar o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios, ou seja, poderia aumentar em cerca de 7,6 milhões a sua dívida em relação ao ano de 2021.

5. CONTABILIDADE DE GESTÃO

Sendo a contabilidade de gestão uma ferramenta de apoio à gestão, o relatório de gestão deve divulgar os custos diretos e indiretos associados a cada bem, serviço ou atividade, conforme o disposto no parágrafo 34 da norma de contabilidade pública 27 do SNCAP.

O Município de Tavira implementou a contabilidade de custos, em 2011 de acordo com o estipulado no ponto 2.8.3 do POCAL (Plano oficial de contabilidade das autarquias locais), estando a sua utilização limitada ao programa de contabilidade utilizado.

A contabilidade de gestão, tem como finalidade o tratamento contabilístico do custo corresponder à reclassificação dos gastos por cada função, atividade, objetivos ou outra finalidade de interesse.

Para este apuramento de custos poderiam ser utilizados diversos sistemas de custeio, no entanto, o POCAL obrigava à utilização do sistema de custeio total (ponto 2.8.3.2) e apesar de o SNC-AP prever outros tipos de custeio, manteve-se a utilização deste tipo de custeio, sendo por isso todos os dados apresentados comparáveis com o anterior normativo.

No apuramento dos custos por função no período de 2020 e 2021, foram utilizados os seguintes critérios: as despesas de funcionamento do Município, nomeadamente dos órgãos da autarquia e das diversas divisões foram imputadas à subfunção “*Administração geral*” (1.1.1); as atividades desenvolvidas pelo Município foram imputadas às respetivas subfunções de acordo com a finalidade da despesa; as despesas com pessoal de cada serviço responsável são imputadas às respetivas subfunções afetas às diversas atividades desenvolvidas por cada um destes serviços quando se tratem de funcionários operacionais sendo que os restantes (a maioria) está afeta à subfunção “*Administração geral*” (1.1.1); as transferências para as freguesias consideraram-se na subfunção “*Transferência entre administrações*”.

Assim, a tabela 24, demonstra os custos por cada função, verificando-se um aumento dos custos totais de 2021 em 6,57% (€2.036.281), face ao ano anterior. Tendo todas as funções em termos globais, aumentado os seus custos, com as “*Funções sociais*” a apresentaram o crescimento maior com 10,03% (€915.359), seguido das “*Funções Gerais*” com 7,61% (899.955) e das “*Outras Funções*” com 6,03% (€190.310), e por último as “*Funções económicas*” com 2,79% (€310.656).

Assim, no corrente ano, os principais custos do Município continuam a residir nas funções “1.1.1

Administração geral” com 31,57% e na “3.3.1 Transportes rodoviários”, com 27,71% (abrange as amortizações do exercício com viadutos, construção e reparação de arruamentos, vias, caminhos e sinalização), seguidas da “2.4.6 Proteção e meio ambiente” com 11,97%.

Tabela 24 | Custos por função

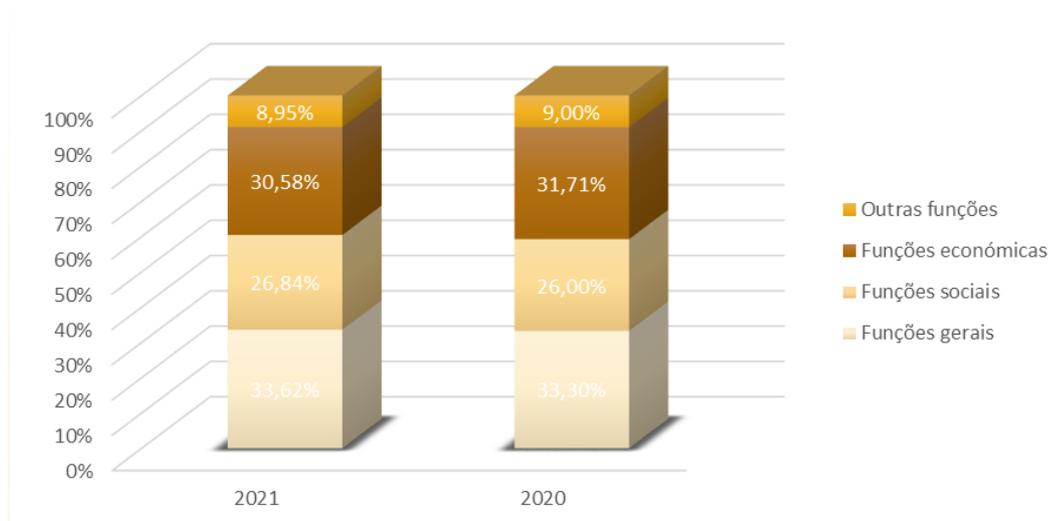
Unidade: €

FUNÇÕES	2021		2020		VARIACÃO 2020-2021		
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	€	%	
1	Funções gerais	12.578.167	33,62%	11.688.213	33,30%	889.955	7,61%
1.1.1	Administração geral	11.810.469	31,57%	11.239.176	32,02%	571.293	5,08%
1.2.0	Segurança e ordem públicas	-	-	-	-	-	-
1.2.1	Proteção civil e luta contra incêndios	767.699	2,05%	449.037	1,28%	318.662	70,97%
2	Funções sociais	10.041.823	26,84%	9.126.463	26,00%	915.359	10,03%
2.1.0	Educação	-	-	-	-	-	-
2.1.1	Ensino não superior	1.036.375	2,77%	954.088	2,72%	82.288	8,62%
2.1.2	Serviços auxiliares de ensino	465.500	1,24%	289.523	0,82%	175.976	60,78%
2.3.2	Acção social	1.461.340	3,91%	847.035	2,41%	614.306	72,52%
2.4.1	Habituação	612.110	1,64%	557.262	1,59%	54.848	9,84%
2.4.2	Ordenamento do território	40.138	0,11%	67.694	0,19%	(27.556)	(40,71%)
2.4.3	Saneamento	80.413	0,21%	62.782	0,18%	17.631	28,08%
2.4.4	Abastecimento de água	195.769	0,52%	212.608	0,61%	(16.839)	(7,92%)
2.4.5	Resíduos sólidos	37.913	0,10%	9.007	0,03%	28.906	320,93%
2.4.6	Proteção do meio ambiente	4.478.833	11,97%	4.367.701	12,44%	111.131	2,54%
2.5.1	Cultura	1.113.808	2,98%	1.217.371	3,47%	(103.562)	(8,51%)
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	436.677	1,17%	498.892	1,42%	(62.214)	(12,47%)
2.5.3	Outras atividades cívicas e religiosas	82.945	0,22%	42.500	0,12%	40.444	95,16%
3	Funções económicas	11.441.430	30,58%	11.130.774	31,71%	310.656	2,79%
3.1.0	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	8.235	0,02%	5.350	0,02%	2.886	53,94%
3.2.0	Indústria e energia	791.801	2,12%	901.187	2,57%	(109.385)	(12,14%)
3.3.0	Transportes e comunicações	7.071	0,02%	5.252	0,01%	1.819	34,64%
3.3.1	Transportes rodoviários	10.366.066	27,71%	9.975.235	28,42%	390.831	3,92%
3.3.2	Transportes aereos	38.896	0,10%	2.385	0,01%	36.511	1.530,69%
3.3.3	Transportes fluviais	10.369	0,03%	12.236	0,03%	(1.867)	(15,26%)
3.4.1	Mercados e feiras	206.055	0,55%	219.068	0,62%	(13.013)	(5,94%)
3.5.0	Mercados e feiras	12.936	0,03%	10.062	0,03%	2.874	28,56%
4	Outras funções	3.348.725	8,95%	3.158.415	9,00%	190.310	6,03%
4.1.0	Operações da dívida autárquica	48.498	0,13%	55.592	0,16%	(7.094)	(12,76%)
4.2.0	Transferência entre administrações	1.368.422	3,66%	901.851	2,57%	466.571	51,73%
4.3.0	Diversas não especificadas	1.931.805	5,16%	2.200.971	6,27%	(269.167)	(12,23%)
TOTAL		37.410.145	100%	35.103.864	100%	2.306.281	6,57%

Em termos de distribuição dos custos por funções, nos anos 2020 e 2021, não temos grandes alterações conforme ilustrado na figura 32, as “Funções gerais” a principal, com uma representação de 33,62% da despesa global que abrange as atividades de âmbito geral da administração do Município de Tavira, nomeadamente, as despesas com pessoal não operacional e as inerentes ao funcionamento dos serviços, seguida das “Funções económicas” com 30,58%, onde se incluem as áreas de intervenção em

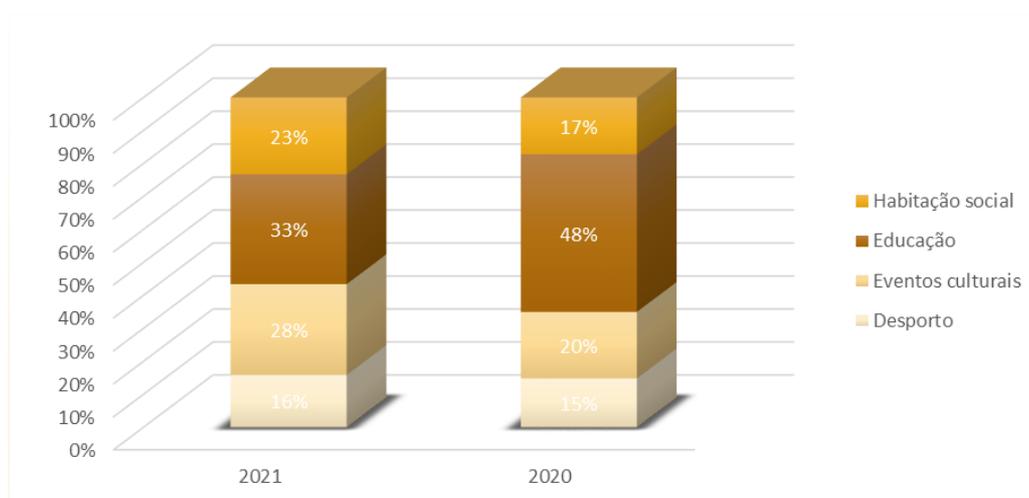
serviços que abrange construção e conservação de arruamentos, vias, caminhos e sinalização e, ainda, a construção, beneficiação e conservação de parques de estacionamento e terminais e a iluminação pública e despesas com transporte e comunicações seguida das “Funções sociais” com 26,84%, que compreende as despesas de educação, habitação social, desporto e cultura e das “Outras funções” que representam apenas 8,95%.

Figura 32 | Distribuição dos custos por funções



Considerando que a contabilidade de gestão pressupõe uma análise por tipo de atividades, bens ou serviços, nas figuras seguintes são apresentados os custos das principais atividades e bens da autarquia.

Figura 33 | Distribuição dos custos por tipo de atividade

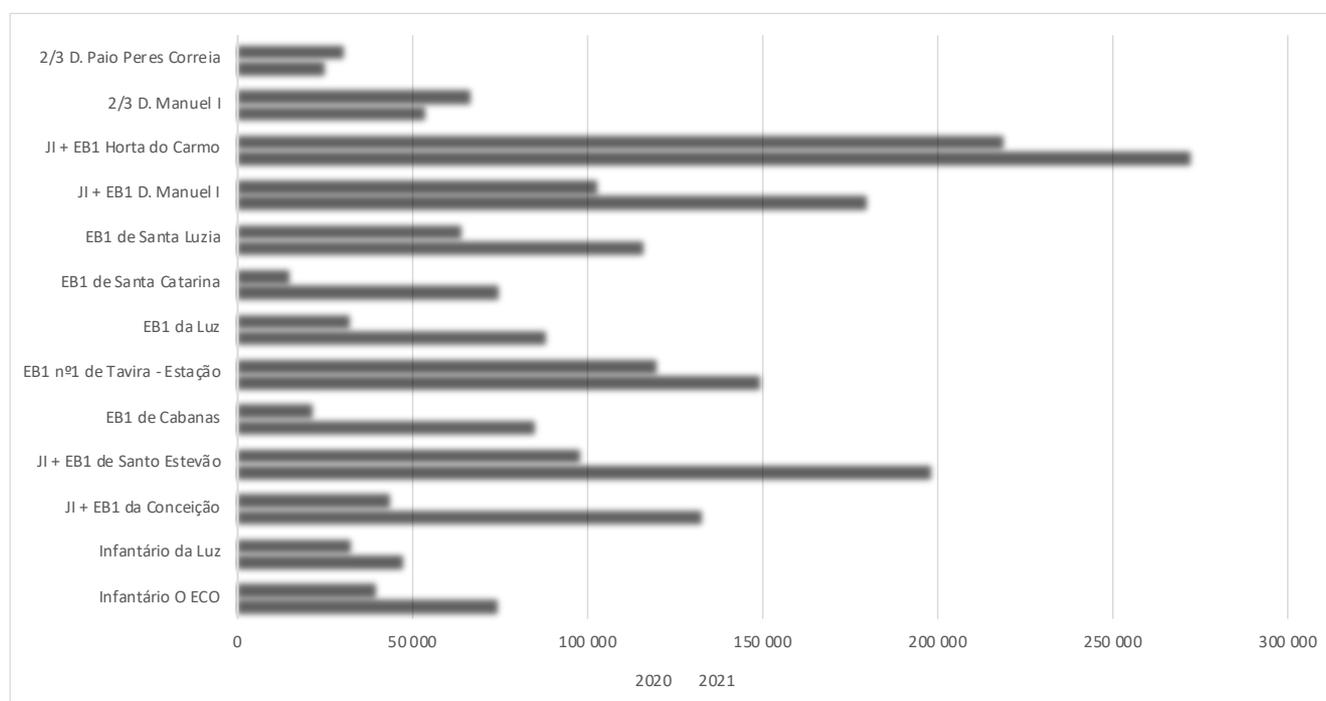


Assim na figura 33, é demonstrada a distribuição dos custos de 4 tipos de atividades, onde se verifica

que os custos com a atividade “Educação” foi a maior apesar de ter diminuído a sua representação para 33%, em virtude do crescimento dos “Eventos culturais”, da “Habitação social” e do “Desporto” que aumentaram o seu peso para 28%, 23% e 16%, respetivamente. Esclarece-se que os custos com estas atividades incluem as depreciações dos bens afetos a cada.

No que concerne à atividade educação, podemos observar na figura 34 que apesar desta ter diminuído o seu peso. conforme ilustrado na figura anterior, os custos com esta atividade aumentaram de forma generalizada em virtude do fecho dos diversos estabelecimentos escolares no decorrer do ano 2020, tendo por isso aumentado os gastos de funcionamento com estes no corrente ano.

Figura 34 | Custos com a educação por estabelecimento



Quanto aos eventos culturais, que apresentaram alguma recuperação no corrente ano, podemos constatar pelas figuras seguintes (35 e 36), que as responsáveis foram as atividades do “Natal e fim de ano”, a “Mostra da Primavera” e a “Dieta Mediterrânica”, contrariando a quebra das “Exposições de arte”.

Figura 35 | Custos com principais eventos

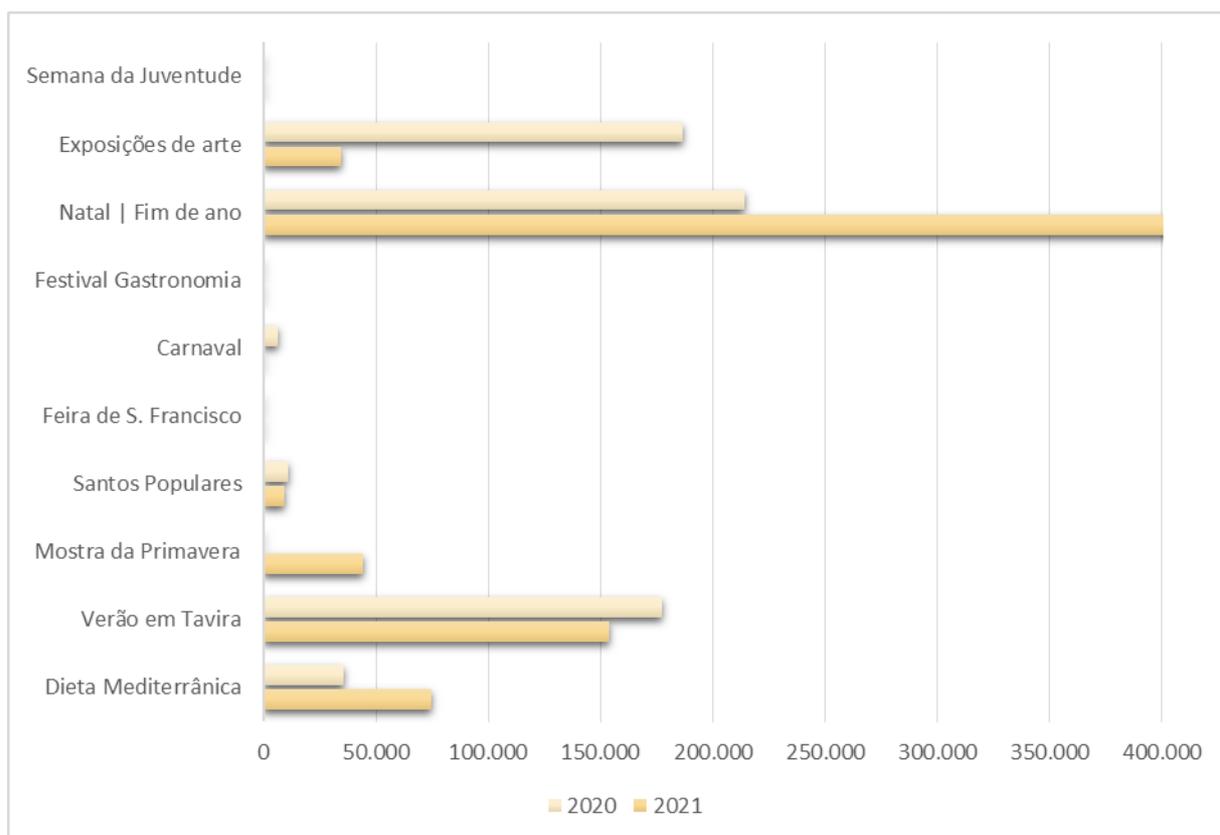
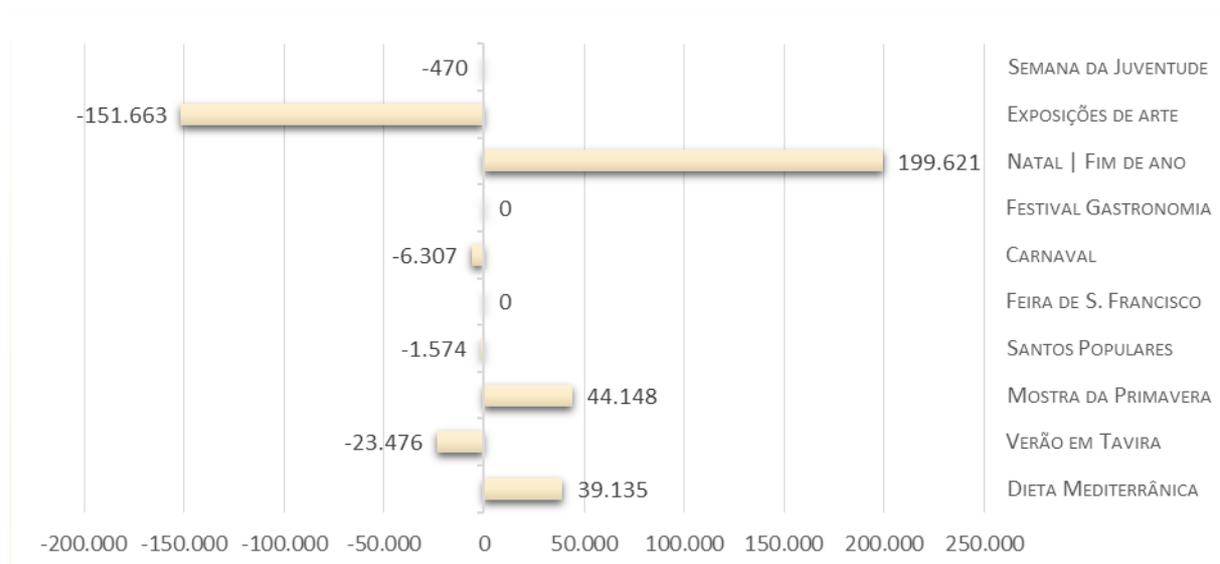
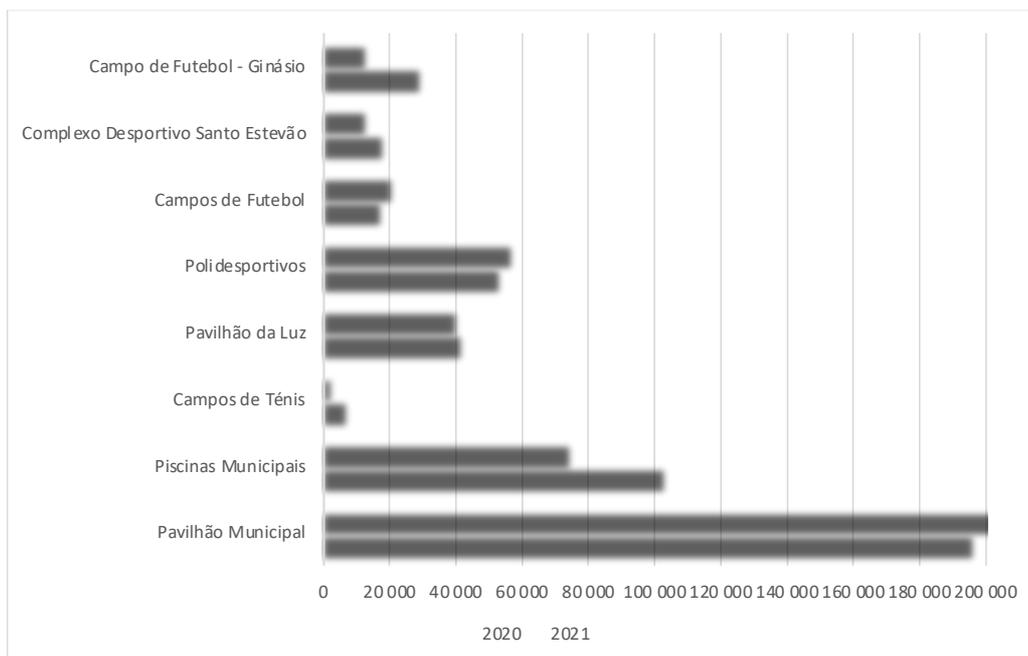


Figura 36 | Variação dos custos com os principais eventos – 2020/2021



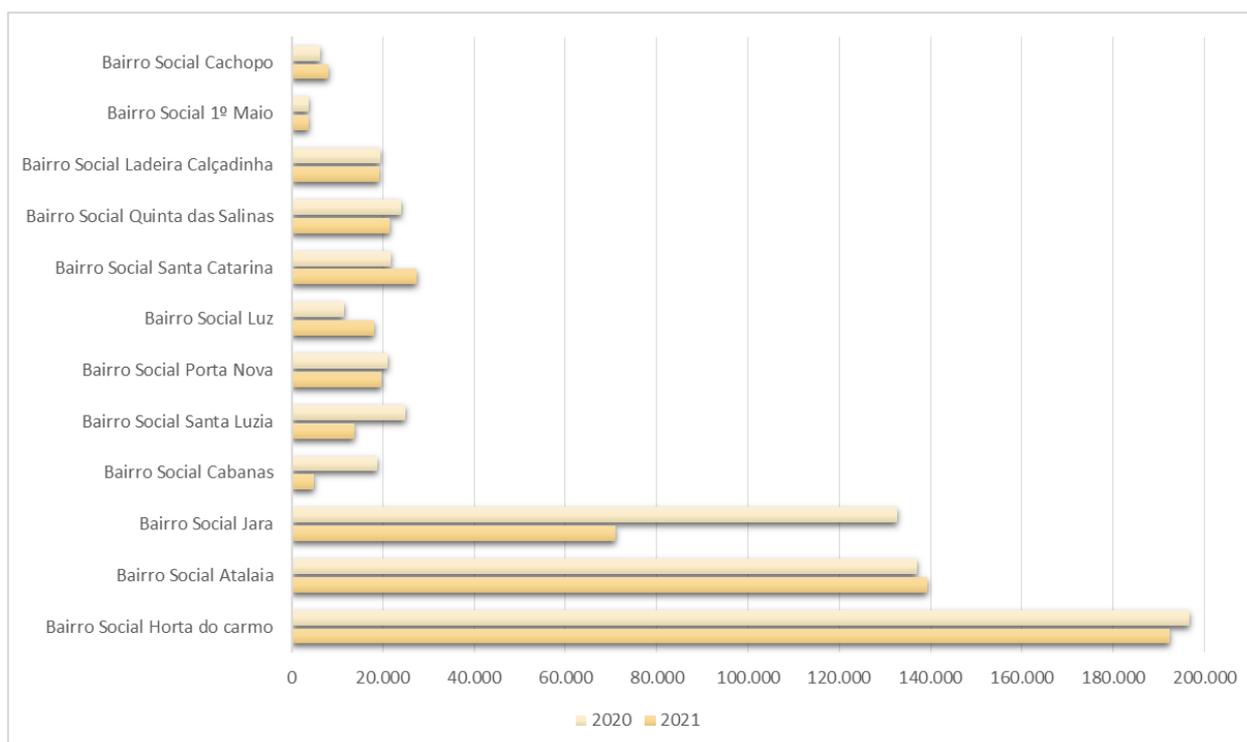
Na figura 37, temos os custos com as infraestruturas desportivas, onde se destaca o aumento dos custos com as Piscinas Municipais, que no ano de 2020 foram alvo de reabilitação e não puderam ser abertas para o normal funcionamento devido ao surgimento do COVID, e dos gastos com o campo de futebol - Ginásio

Figura 37 | Custos com infraestruturas desportivas



Os custos com a habitação social, tiveram comportamentos diferentes conforme o bairro, sendo que nalguns tivemos menos custos no corrente ano e noutros registaram-se mais custos, conforme ilustrado na figura 38. Estes custos prendem-se com a realização de intervenções e reparações nesses bairros.

Figura 38 | Custos com a habitação social



6. NOTA SOBRE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em virtude do resultado líquido ser negativo no valor de 6.541.449,96 euros, propõe-se a sua aprovação e que o mesmo seja transferido para resultados transitados

COVID-19

A Organização Mundial de Saúde, em 30 de janeiro de 2020, declarou a situação de Emergência de Saúde Pública de Âmbito Internacional do surto de novo coronavírus SARS-CoV -2 e que, em 11 de março de 2020, classificou a COVID-19 como uma pandemia internacional;

Por Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março, foi declarado o estado de emergência autorizado por Resolução da Assembleia da República n.º 15-A/2020, de 18 de março, com a duração de 15 dias, nos termos da lei, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública, no sentido de habilitar o Governo à tomada de medidas para conter a proliferação de contágio de COVID-19, tendo o governo estabelecido medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus através do Decreto-Lei n.º 10-A/2020 de 13 de março e ainda o Decreto-Lei n.º 2-A/2020 de 20 de março, e respetivas alterações, tornando-se prioridade do Governo prevenir a doença, conter a pandemia, salvar vidas e assegurar que as cadeias de abastecimento fundamentais de bens e serviços essenciais continuassem a ser asseguradas.

Nesta sequência, o executivo municipal também teve de tomar várias medidas no sentido de garantir a segurança dos trabalhadores e da população, designadamente através do plano de contingência para os serviços da câmara municipal, da adoção do teletrabalho, encerramento dos equipamentos municipais, desde parques infantis, desportivos, mercados, biblioteca e museus, de entre outros.

Como sabemos, todas as restrições e medidas foram avançando e recuando conforme a evolução da situação epidemiológica, o que acarretou elevados custos para a economia e principalmente para as famílias que viram a sua fonte de rendimento desaparecer o que necessitou de uma forte resposta a nível local, quer através da disponibilização de meios humanos e logísticos para o combate à doença e de contenção à proliferação desta, quer ao nível de apoio junto da população mais carenciada em virtude da quebra de rendimentos.

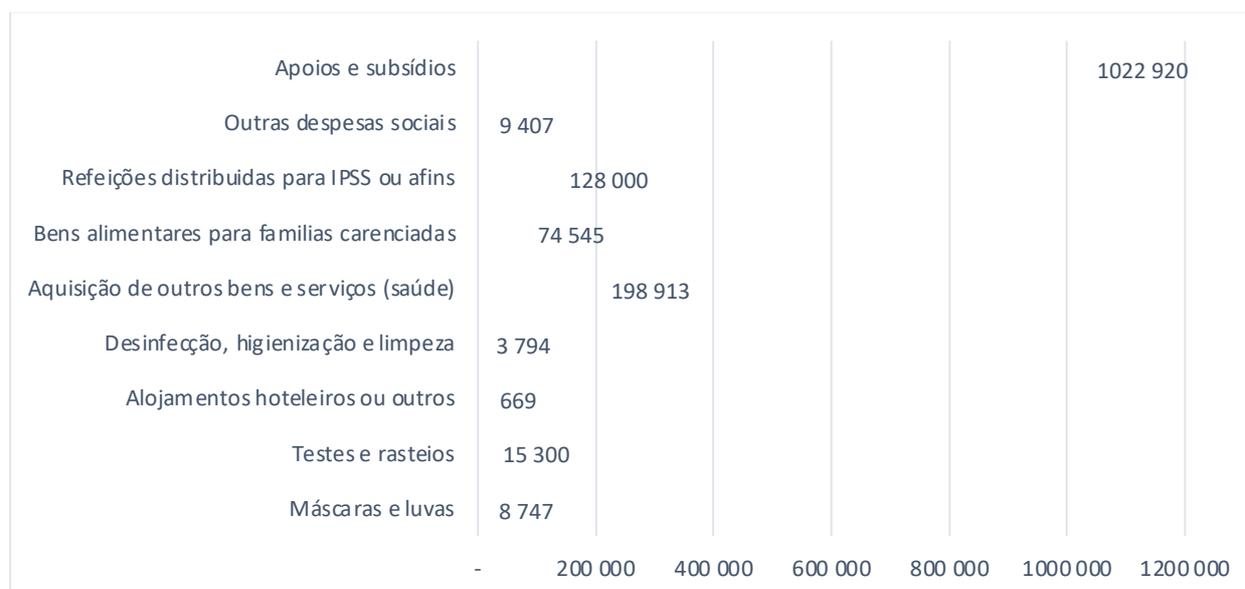
Assim, nestes dois anos, as contas da autarquia foram fortemente influenciadas quer ao nível das despesas, quer das receitas. Não obstante, no ano de 2021, terem sido levantadas algumas das restrições, continuou-se com muitas limitações.

Na figura 40, estão elencadas as despesas pagas no âmbito do COVID-19 por tipo. Estas tiveram relação direta com o COVID, ou seja, caso não tivesse ocorrido esta epidemia estas despesas não tinham

ocorrido.

Em primeiro lugar, surgem os “*Apoios correntes*” com cerca de 1 milhão de euros, dado que no corrente ano a autarquia atribuiu apoios aos empresários, que se viram privados da sua atividade regular neste período de pandemia, seguida da “*Aquisição de outros bens e serviços (saúde)*” com €198.913 e das “*Refeições distribuídas para IPSS*” no montante de €128.000.

Figura 39 | Despesas no âmbito do COVID-19



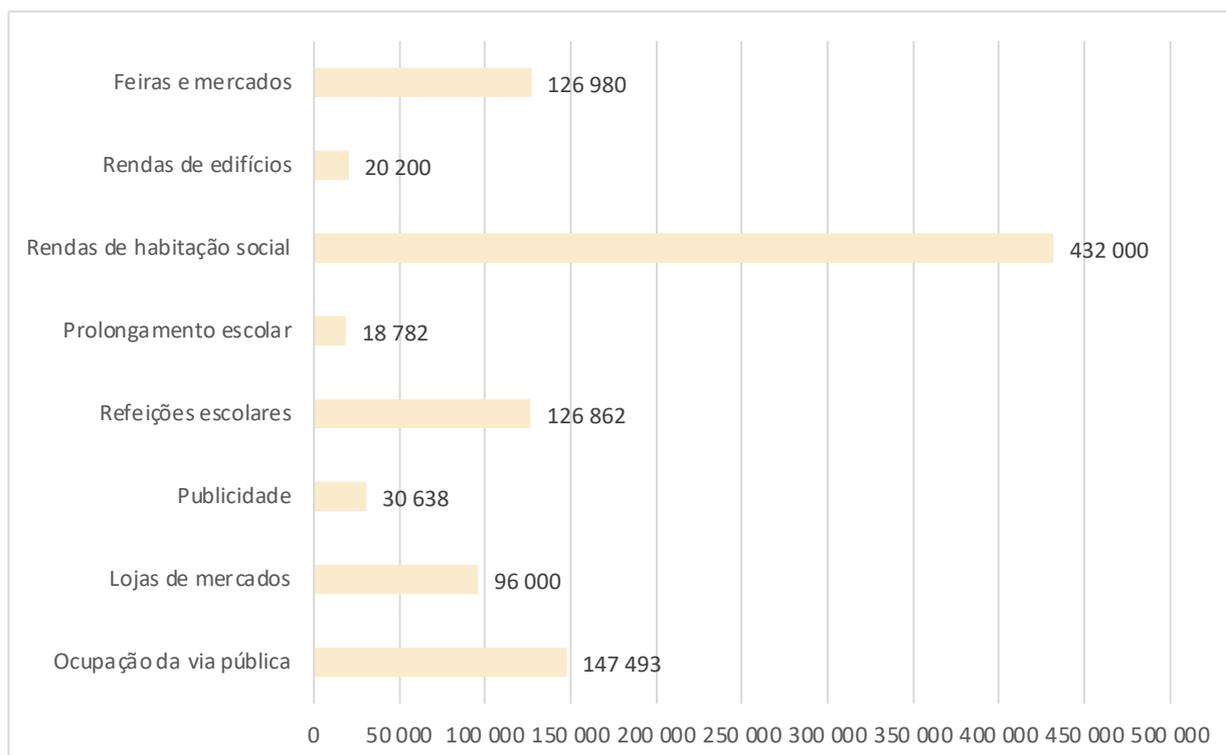
Para além das despesas a epidemia também afetou as receitas da autarquia, tendo o executivo municipal implementado medidas com vista a apoiar a população afetada, nomeadamente o tecido empresarial, tais como:

- A isenção das taxas de ocupação de espaço público e publicidade, cobradas no âmbito do Regulamento Municipal de Ocupação de Espaço Público e Publicidade de Tavira;
- A isenção integral do pagamento de rendas a todos os estabelecimentos comerciais em espaços municipais, que sejam propriedade da câmara;
- A isenção dos valores relativos ao pagamento do serviço de apoio à família (refeições e prolongamentos de horário) quanto ao ensino pré-escolar, assim como o suporte das refeições escolares, no 1.º ciclo do ensino básico, relativamente aos encarregados de educação das crianças que frequentam estabelecimentos da rede pública;
- A suspensão do pagamento de rendas quanto aos/às moradores/as em habitação municipal, enquanto contributo à sua sustentabilidade financeira, perante a particular situação de

fragilidade social evidenciada;

Estas medidas implicaram uma quebra de receita na ordem (estimada) de 1 milhão de euros, sendo o impacto das “*Rendas de habitação social*” a receita com maior impacto com €432.000, seguida da estimativa de receita com a “*Ocupação de via pública*” com €147.493, das “*Feiras e mercados*” e das “*Refeições escolares*” com €126.980 e €126.862, respetivamente.

Figura 40 | Quebra estimada da receita – COVID-19



Assim, no computo geral pode-se dizer que a epidemia teve um impacto direto nas contas da autarquia na ordem dos 2,3 milhões de euros.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. BALANÇO

Unidade: €

RÚBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2021	31-12-2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	2, 5	172.312.040,04	180.276.317,69
Propriedades de investimento		-	-
Ativos intangíveis	2, 3	792.784,72	889.217,12
Ativos biológicos		-	-
Participações financeiras	2, 9, 18	6.617.798,39	5.443.505,62
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		-	-
Acionistas/sócios/associados		-	-
Diferimentos		-	-
Outros ativos financeiros		-	-
Ativos por impostos diferidos		-	-
Clientes, contribuintes e utentes	2	-	-
Outras contas a receber		303.465,25	303.910,14
		180.026.088,40	186.912.950,57
Ativo corrente			
Inventários	2, 10	474.357,38	453.907,64
Ativos biológicos		-	-
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		2.000,02	2.000,02
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		7.902,00	7.902,00
Clientes, contribuintes e utentes	9	175.025,87	143.571,35
Estado e outros entes públicos		25.928,39	39.939,19
Acionistas/sócios/associados		-	-
Outras contas a receber	23	9.916.896,86	9.021.044,46
Diferimentos		188.537,44	84.050,50
Ativos financeiros detidos para negociação		-	-
Outros ativos financeiros		-	-
Ativos não correntes detidos para venda		-	-
Caixa e depósitos	1	18.854.061,94	20.689.704,66
		29.644.709,90	30.442.119,82
TOTAL DO ATIVO		209.670.798,30	217.355.070,39

Unidade: €

RÚBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2021	31-12-2020
PATRIMÓNIO LIQUIDO			
Património/Capital	2	212.044.817,42	211.991.063,96
Ações (quotas) próprias		-	-
Outros instrumentos de capital próprio		-	-
Prémios de emissão		-	-
Reservas		2.729.470,72	2.729.470,72
Resultados transitados		(36.876.932,21)	(28.994.204,56)
Ajustamentos em ativos financeiros	18	3.400.961,31	2.717.781,59
Excedentes de revalorização		-	-
Outras variações no Património Líquido		14.526.717,18	12.037.721,00
Resultado líquido do período		(6.541.449,96)	(7.857.036,97)
Dividendos antecipados		-	-
Interesses que não controlam		-	-
TOTAL DO PATRIMÓNIO LIQUIDO		189.283.584,46	192.624.795,74
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	4.643.833,17	4.349.534,99
Financiamentos obtidos	2, 6, 7	3.672.591,80	4.610.088,90
Fornecedores de investimentos	23	160.113,73	178.070,41
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		-	-
Diferimentos	2, 23	8.611.447,49	12.407.042,90
Passivos por impostos diferidos		-	-
Fornecedores		-	-
Outras contas a pagar	23	15.773,79	15.773,79
		17.103.759,98	21.560.510,99
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos		-	9.303,04
Fornecedores	23	436.293,79	628.096,46
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		-	-
Estado e outros entes públicos		132.102,67	61.413,92
Acionistas/sócios/associados		-	-
Financiamentos obtidos	2, 6, 7	928.835,06	991.228,55
Fornecedores de investimentos	23	82.043,79	68.971,11
Outras contas a pagar	23	1.694.678,55	1.401.250,58
Diferimentos	2	9.500,00	9.500,00
Passivos financeiros detidos para negociação		-	-
Outros passivos financeiros		-	-
		3.283.453,86	3.169.763,66
TOTAL DO PASSIVO		20.387.213,84	24.730.274,65
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO		209.670.798,30	217.355.070,39

2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

Unidade: €

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2021	31-12-2020
Impostos, contribuições e taxas	14	19.351.877,79	16.064.679,02
Vendas		-	-
Prestações de serviços e concessões	13	340.592,57	397.849,73
Rendimentos/Gastos imputados de ent. controladas, assoc. e empee. conj.		476.113,05	752.029,04
Transferências e subsídios correntes obtidos		7.896.407,61	7.341.899,09
Variações nos inventários da produção		-	-
Trabalhos para a própria entidade		-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(402.845,78)	(380.379,96)
Fornecimentos e serviços externos	23	(5.633.696,28)	(5.491.921,10)
Gastos com pessoal	23	(10.163.115,42)	(9.269.479,11)
Transferências e subsídios concedidos	23	(8.032.686,71)	(6.724.065,79)
Prestações sociais		-	-
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)		-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		36.851,43	-
Provisões (aumentos/reduções)		(297.442,87)	152.421,59
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		-	17.702,02
Aumentos/reduções de justo valor		-	-
Outros rendimentos		2.743.454,89	2.258.069,03
Outros gastos		(420.186,15)	(1.000.725,91)
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		5.895.324,13	4.118.077,65
Gastos/reversões de depreciação e amortização		(12.424.610,44)	(12.084.399,13)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		(6.529.286,31)	(7.966.321,48)
Juros e rendimentos similares obtidos		23.397,91	155.931,22
Juros e gastos similares suportados		(35.561,56)	(46.646,71)
Resultado antes de impostos		(6.541.449,96)	(7.857.036,97)
Imposto sobre o rendimento		-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(6.541.449,96)	(7.857.036,97)
Resultado líquido atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe		-	-
Interesses que não controlam		-	-
		(6.541.449,96)	(7.857.036,97)

3. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Unidade: €

RÚBRICAS	NOTAS	PATRIMÓNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO DA ENTIDADE QUE CONTROLA										INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	
		CAPITAL/ PATRIMÓNIO SUBSCRITO	OUTROS INST. DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	RESERVAS LEGAIS	RESERVAS DECOR. DA TRANSF. ATIVOS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	AJUSTAM. EM ATIVOS FINANC.	EXCEDENTES DE REVALOR.	OUTRAS VARIÁÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO			TOTAL
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	(1)	211.991.063,96	-	-	-	2.729.470,72	(28.994.204,56)	2.717.781,59	-	12.037.721,00	(7.857.036,97)	192.624.795,74	-	192.624.795,74
Alterações no período														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedentes de revalorização e respetivas variações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e subsídios de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	2.476.996,18	-	2.476.996,18	-	2.476.996,18
Correção de erros materiais		-	-	-	-	-	(25.690,68)	578.036,36	-	-	-	552.345,68	-	552.345,68
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		-	-	-	-	-	(7.857.036,97)	105.143,36	-	12.000,00	7.857.036,97	117.143,36	-	117.143,36
	(2)	-	-	-	-	-	(7.882.727,65)	683.179,72	-	2.488.996,18	7.857.036,97	3.146.485,22	-	3.146.485,22
Resultado Líquido do Período	(3)										(6.541.449,96)	(6.541.449,96)		(6.541.449,96)
Resultado Integral)=(2)+(3)										1.315.587,01	(3.394.964,74)		(3.394.964,74)
Operações com detentores de capital no período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de capital/património		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		53.753,46	-	-	-	-	-	-	-	-	-	53.753,46	-	53.753,46
Subscrições de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	(5)	53.753,46	-	-	-	-	-	-	-	-	-	53.753,46	-	53.753,46
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	(2)+(3)+(5)	212.044.817,42	-	-	-	2.729.470,72	(36.876.932,21)	3.400.961,31	-	14.526.717,18	(6.541.449,96)	189.283.584,46	-	189.283.584,46

4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Unidade: €

RÚBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2021	31-12-2020
<u>Fluxos de caixas das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		183.504,84	348.084,93
Recebimentos de contribuintes		18.640.791,51	15.552.993,74
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		7.900.126,02	7.338.180,68
Recebimentos de utentes		-	-
Pagamentos a fornecedores		(6.303.188,09)	(5.935.585,49)
Pagamentos ao pessoal		(6.076.571,49)	(5.504.369,67)
Pagamentos a contribuintes / Utentes		-	-
Pagamentos de transferências e subsídios		(8.141.202,31)	(6.587.258,09)
Pagamentos de prestações sociais		(2.764.916,52)	(2.748.576,75)
Caixa gerada pelas operações		3.438.543,96	2.463.469,35
Recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Pagamento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos		624.202,78	360.222,11
Outros pagamentos		(1.149.442,41)	(1.133.032,63)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		2.913.304,33	1.690.658,83
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(8.187.995,99)	(6.890.892,57)
Ativos intangíveis		(71.610,69)	(56.347,41)
Propriedades de investimento		-	-
Investimentos financeiros		-	(44.245,75)
Outros ativos		(410,16)	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		2.148.108,80	2.014.538,88
Ativos intangíveis		-	-
Propriedades de investimento		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
Subsídios ao investimento		-	-
Transferências de capital		1.849.427,89	2.159.102,20
Juros e rendimentos similares		-	839,05
Dividendos		532.122,91	1.685.092,17
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		(3.730.357,24)	(1.131.913,43)

Unidade: €

RÚBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2021	31-12-2020
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		-	-
Cobertura de prejuízos		6.128,35	599,05
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(991.936,65)	(1.211.016,72)
Juros e gastos similares		(32.781,51)	(45.479,09)
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		(1.018.589,81)	(1.255.896,76)
Varição de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		(1.835.642,72)	(697.151,36)
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		20.689.704,66	21.386.856,02
Caixa e seus equivalentes no fim do período		18.854.061,94	20.689.704,66
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		20.689.704,66	21.386.856,02
- Equivalentes a caixa no início do período		(1.280.400,41)	(825.253,55)
+ Parte do saldo de gerência que não constitui Equivalentes de caixa		1.280.400,41	825.253,55
- Variações cambiais de caixa no início do período		-	-
= Saldo da gerência anterior		20.689.704,66	21.386.856,02
De execução orçamental		20.613.356,15	21.255.558,78
De operações de tesouraria		76.348,51	131.297,24
Caixa e seus equivalentes no fim do período		18.854.061,94	20.689.704,66
- Equivalentes a caixa no fim do período		(421.397,72)	(1.280.400,41)
+ Parte do saldo de gerência que não constitui Equivalentes de caixa		421.397,72	1.280.400,41
- Variações cambiais de caixa no fim do período		-	-
= Saldo da gerência anterior		18.854.061,94	20.689.704,66
De execução orçamental		18.778.061,28	20.613.356,15
De operações de tesouraria		76.000,66	76.348,51

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Este documento contém as notas explicativas exigidas pelas Normas de Contabilidade Pública que compõem o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

1. Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

O Município de Tavira, é uma autarquia local, contribuinte n.º 501 067 191, CAE 84113, com sede na Praça da República em Tavira, cujas atividades são direcionadas à concretização das atribuições e competências que lhe estão legalmente conferidas pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O período de relato corresponde ao ano económico de 2021, e foi aplicado o seguinte referencial contabilístico: Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, publicado no diário de 1.ª série n.º 178;

O Município apresenta pela primeira vez, no exercício de 2020, as demonstrações financeiras no novo normativo. Considerando que no normativo anterior não existia a demonstração de alterações do património líquido nem demonstração de fluxos de caixa, não foi possível apresentar os referidos mapas com o comparativo ao ano anterior.

No quadro seguinte temos desagregados os valores das disponibilidades da autarquia por tipo de conta (caixa e depósitos à ordem). Os depósitos consignados dizem respeito a contas à ordem onde são depositados os valores a entregar a outras entidades (operações de tesouraria) e os depósitos afetos a candidaturas. Verificando-se uma redução de 8,87% (€1.835.643) devido ao aumento da despesa paga no corrente ano comparativamente com a receita líquida.

Q. 1.1 - Desagregação de caixa e depósitos

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	2021	2020	VARIAÇÃO 2020-2021	
			€	%
Caixa	1.574,52	1.531	43	2,83%
Depósitos à ordem	18.431.089,70	19.407.773	(976.683)	(5,03%)
Depósitos à ordem no tesouro	-	-	-	-
Depósitos bancários à ordem	18.431.089,70	19.407.773	(976.683)	(5,03%)
Depósitos a prazo	-	-	-	-
Depósitos consignados	421.397,72	1.280.400	(859.003)	(67,09%)
Depósitos de garantias e cações	-	-	-	-
TOTAL	18.854.062	20.689.705	(1.835.643)	(8,87%)

2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas o Município adotou as bases de preparação das demonstrações financeiras constantes do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, publicado no diário de 1.ª série n.º 178.

Assim, as políticas contabilísticas adotadas foram as referidas a seguir.

Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento

Em 2002, os bens do ativo fixo tangível e propriedades de investimento foram mensurados pelo seu custo na elaboração do Balanço inicial (POCAL).

Os bens do ativo fixo tangível e intangível foi valorizado ao custo de aquisição e ou da produção, na elaboração do Balanço inicial (POCAL). Existiam, no entanto, alguns bens móveis, que devido à sua antiguidade e semelhanças entre si, não foi possível a sua valorização a custo de aquisição.

No ano de 2020, ano de transição para SNC-AP, foram efetuadas reclassificações, tendo por base o classificador complementar 2 (CC2). Este processo originou reclassificações de bens entre equipamento básico, administrativo e outros, no âmbito dos ativos fixos tangíveis, não originando impacto na categoria - Ativos Fixos Tangíveis.

As depreciações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no CC2.

Ativos intangíveis

No ano de 2020, ano de transição para SNC-AP, foram efetuadas reclassificações, tendo por base o classificador complementar 2 (CC2). Ocorreu a reclassificação de bens em ativos intangíveis, que no anterior normativo, eram reconhecidos como ativos tangíveis (imobilizado corpóreo), como é o caso em concreto dos programas de computador e sistemas de informação – *softwares*.

As amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos intangíveis, decorrentes do gasto

com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no CC2.

Participações financeiras

Os investimentos financeiros em empresas associadas nas quais o Município tenha uma influência significativa ou onde exerce o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais – geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa, são registados pelo método da equivalência patrimonial na rubrica “Participações financeiras em equivalência patrimonial”.

As participações financeiras existentes estão mensuradas pelo seu custo uma vez que o Município tem participações inferiores a 20%, exceto para as empresas TaviraVerde e EMPET que são registadas pelo Método de equivalência patrimonial (MEP).

A mensuração subsequente pelo MEP prevê que o valor contabilístico do investimento seja subsequentemente ajustado para refletir:

- A evolução da quota-parte da entidade investidora nos resultados da investida (com as variações a serem refletidas nos resultados do período);
- A evolução da quota-parte da entidade investidora nos ativos líquidos da investida (com as variações a serem reconhecidas no capital próprio);
- As distribuições de dividendos (as quais reduzem o valor contabilístico do investimento).

Cientes, contribuintes e utentes e Outros devedores

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas nas rubricas “*Perdas de imparidade acumuladas*”, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

O montante acumulado de imparidades para cobertura das dívidas em situação de cobrança duvidosa apurado para dívidas superiores a 12 meses.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

Devedores e Credores por acréscimos e Diferimentos

Os gastos e rendimentos são reconhecidos contabilisticamente à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Na rubrica de Diferimentos no passivo destacamos as transferências e subsídios correntes/capital obtidos, os valores são relativos a subsídios ao investimento relacionados com obras que de acordo com a nota de enquadramento ao plano de contas do SNC-AP estão condicionados à execução de determinada obra e que poderão ser devolvidos, caso os mesmos não sejam total ou parcialmente executados nas condições previamente estabelecidas. Após a sua conclusão os mesmos são transferidos para respetiva rubrica de Património e depreciado de acordo com a vida útil do bem que lhe está associado

Património

O património líquido de uma entidade pública corresponde ao valor agregado dos seus ativos, deduzidos de passivos, com referência à data do relato financeiro.

A rubrica de outras variações do capital próprio inclui todas as variações e valores relacionados com transferências e subsídios (não reembolsáveis) de capital. Assim os subsídios são amortizados de acordo com o período de vida útil ao qual estão associados dando cumprimento ao disposto no CC2.

A rúbrica de resultados transitados apresenta os resultados líquidos dos anos anteriores, assim como as regularizações extraordinárias que possam ocorrer.

Salienta-se que a implementação do SNC-AP implicou o registo na conta 564 – “*Ajustamentos de transição para o SNC-AP*” diversas regularizações extraordinárias, nomeadamente ao nível da depreciação e de subsídios ao investimento resultantes dos ajustamentos de vida útil dos bens.

Financiamentos obtidos

O reconhecimento do passivo do capital em dívida dos empréstimos é registado de acordo com o nível de maturidade da mesma, sendo considerado passivo de médio e longo prazo quando a exigibilidade é superior a um ano e de curto prazo para valores exigíveis até um ano.

3. Ativos intangíveis (AI)

Os ativos intangíveis correspondem a programas informáticos e a projetos de desenvolvimento.

Registou-se uma ligeira diminuição dos ativos intangíveis em 2021, por força das amortizações do exercício que no corrente ano incluíram uma regularização extraordinária das amortizações dos “*Projetos de desenvolvimento*” dado que no POCAL estes não era amortizáveis.

Assim, o aumento verificado nas amortizações superou o das aquisições, conforme pode ser verificado nos quadros seguintes.

Q3.1. AI - Variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas

Unidade: €

RÚBRICAS	INÍCIO DO PERÍODO				FIM DO PERÍODO			
	QUANTIA BRUTA	AMORT. ACUMULADAS	PERDAS POR IMP. ACUM.	QUANTIA ESCRITURADA	QUANTIA BRUTA	AMORT. ACUMULADAS	PERDAS POR IMP. ACUM.	QUANTIA ESCRITURADA
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)-(3)	(5)	(6)	(7)	(8)=(5)-(6)-(7)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	200.077,83	-	-	200.077,83	200.077,83	200.077,83	-	-
Programas de computador e sistemas de informação	586.258,69	519.369,26	-	66.889,43	836.853,33	694.369,11	-	142.484,22
Propriedade industrial e intelectual	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos intangíveis em curso	622.249,86	-	-	622.249,86	650.300,50	-	-	650.300,50
	1.408.586,38	519.369,26	-	889.217,12	1.687.231,66	894.446,94	-	792.784,72

Q3.2. AI - quantia escriturada e variações do período

Unidade: €

RÚBRICAS	QUANTIA ESCRIT. INICIAL	VARIACIONES									QUANTIA ESCRIT. FINAL
		ADICIONES	TRSF. INTERNA	REVALORIZACION	REVERSÕES PERDA IMP.	PERDAS IMPARIDADE	AMORT. PERÍODO	DIFERENÇAS CAMBIAIS	DIMINUIÇÕES	(10) = Σ (1) a (9)	
		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)		
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	200.077,83	-	-	-	-	-	-	-	-	(200.077,83)	-
Programas de computador e sistemas de informação	66.889,43	85.117,82	165.476,82	-	-	-	(101.455,02)	-	-	(73.544,83)	142.484,22
Propriedade industrial e intelectual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos intangíveis em curso	622.249,86	35.915,26	(7.864,62)	-	-	-	-	-	-	-	650.300,50
TOTAL	889.217,12	121.033,08	157.612,20	-	-	-	(101.455,02)	-	-	(273.622,66)	792.784,72

Q3.2.A. AI - desagregação das adições

Unidade: €

RÚBRICAS	ADICIONES									
	INTERNAS	COMPRA	CESSÃO	TRANSF. TROCA	DOAÇÃO, HERANÇA, LEGADO OU PERD. A FAVOR ESTADO	DAÇÃO EM PAG.	LOCAÇÃO FIN.	FUSÃO, CISÃO, REESTRUT.	OUTRAS	TOTAL
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10) = Σ (1) a (9)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas de computador e sistemas de informação	-	85.117,82	-	-	-	-	-	-	-	85.117,82
Propriedade industrial e intelectual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos intangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	35.915,26	35.915,26
TOTAL	-	85.117,82	-	-	-	-	-	-	35.915,26	121.033,08

Não se verificaram diminuições nem revalorizações no corrente ano.

4 Contratos de concessão (concedente)

O Município de Tavira detém alguns contratos de concessão, onde se destacam:

- Contrato de concessão de uso privativo do domínio público, datado de 2001, para a instalação de um posto de abastecimento de combustíveis, atualmente explorado pela “*Repsol Portuguesa, SA*” cuja receita liquidada no corrente ano rondou os €36.000;
- Contrato de concessão de exploração e fiscalização de zonas de estacionamento de duração limitada na cidade de Tavira, datado de 2017, com a “*Hidurbe Serviços, SA*”, com uma receita a rondar os €185.000;
- Renda de concessão de energia pública com a “*EDP Distribuição - Energia SA*”, com uma contrapartida na ordem de 1,6 milhões de euros;
- Contrato para a concessão de circuitos de transportes públicos urbanos na cidade de Tavira, datado de 2019, com a EVA Transportes e que importou no corrente ano num encargo de cerca de €158.000.

5. Ativos fixos tangíveis (AFT)

Os ativos fixos tangíveis são bens com substância física que o Município detém para fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos, tais como edifícios de serviços e equipamentos básico, administrativo e de transporte. Bem como os bens de domínio público onde se incluem as diversas infraestruturas do concelho, nomeadamente as estradas, pontes, arruamentos e parques.

No ano 2021, o valor dos ativos fixos tangíveis atingiu em termos brutos cerca de 344 milhões de euros com 172 milhões de euros de amortizações acumuladas o que dá um ativo escriturado (líquido) a rondar os 172 milhões de euros.

No corrente ano, foi feito um esforço por parte dos serviços para regularizar o ativo fixo tangível em curso, em quase 6 milhões de euros, através para transferência para o ativo fixo tangível e por regularização de ativos (cerca de 1,8 milhões de euros).

No que concerne à regularização, foi detetada a existência de faturas lançadas em Ativos Fixos Tangíveis em curso que não cumpriam as condições de reconhecimento de ativo definidas no novo normativo SNC-AP que entrou em vigor no exercício anterior. Adicionalmente, foram reclassificados de Ativos Fixos Tangíveis em curso para Ativos Fixos Tangíveis diversas obras que se encontravam concluídas em exercícios anteriores e ajustadas as amortizações acumuladas de anos anteriores por contabilização em Resultados Transitados. Esta reclassificação determinou também ajustamentos aos valores de anos anteriores relativos a subsídios de investimento através da contabilização na rubrica de resultados transitados. Estes ajustamentos determinaram uma redução do Ativo Fixo Tangível em cerca de €3.339.285 e do Passivo de Diferimentos em cerca de €2.788.594, por contrapartida de uma redução líquida dos Resultados Transitados em €550.691.

Verificou-se ainda em 2020 uma incorreção na contabilização do Método de Equivalência Patrimonial da participada TaviraVerde. A correção desta operação em 2021, determinou um aumento da rubrica de Investimentos Financeiros e um aumento dos Resultados Transitados em €525.000.

Em 2021, registou-se o abate de 6 viaturas que foram alienadas através de retoma na aquisição de novos equipamentos de transporte.

O ativo fixo tangível do Município contém as infraestruturas de rede de águas e saneamento e ETAR's no montante de cerca de 2,2 milhões de euros líquidos, que estão cedidas à empresa local TaviraVerde - Empresa Municipal de Ambiente, EM, que tem a competência para a sua utilização.

De referir ainda, que o inventário do Município de Tavira encontra-se praticamente registado e valorizado na sua totalidade, com exceção dos bens do património histórico, artístico e cultural, dado que o mesmo carece de ser avaliado por entidades especializadas e até ao momento ainda não foi possível a realização da avaliação.

Q5.1. AFT - Variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas

Unidade: €

RÚBRICAS	INÍCIO DO PERÍODO				FIM DO PERÍODO			
	QUANTIA BRUTA	AMORT. ACUMULADAS	PERDAS POR IMP. ACUM.	QUANTIA ESCRITURADA	QUANTIA BRUTA	AMORT. ACUMULADAS	PERDAS POR IMP. ACUM.	QUANTIA ESCRITURADA
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)-(3)	(5)	(6)	(7)	(8)=(5)-(6)-(7)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	46.746.807,67	-	-	46.746.807,67	46.746.807,67	-	-	46.746.807,67
Edifícios e outras construções	2.583.370,09	1.896.924,90	-	686.445,19	2.583.370,09	2.044.397,18	-	538.972,91
Infraestruturas	139.072.122,63	115.905.218,14	-	23.166.904,49	143.990.872,84	126.382.529,75	-	17.608.343,09
Património histórico, artístico e cultural	416.374,62	-	-	416.374,62	437.278,62	-	-	437.278,62
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	27.698.651,85	325,60	-	27.698.326,25	27.698.651,85	477,04	-	27.698.174,81
Edifícios e outras construções	64.786.221,86	26.392.858,34	-	38.393.363,52	65.898.054,90	28.449.429,95	-	37.448.624,95
Equipamento básico	5.302.541,07	4.716.194,30	-	586.346,77	5.736.295,93	4.936.585,90	-	799.710,03
Equipamento de transporte	5.892.843,28	4.755.373,67	-	1.137.469,61	6.256.982,02	4.990.738,93	-	1.266.243,09
Equipamento administrativo	2.783.342,60	2.478.948,68	-	304.393,92	2.919.879,54	2.630.801,90	-	289.077,64
Outros	2.922.374,92	2.647.133,23	-	275.241,69	3.045.005,30	2.750.817,07	-	294.188,23
Ativos fixos tangíveis em curso	40.864.643,96	-	-	40.864.643,96	39.184.619,00	-	-	39.184.619,00
TOTAL	339.069.294,55	158.792.976,86	-	180.276.317,69	344.497.817,76	172.185.777,72	-	172.312.040,04

Q5.2. AFT - quantia escriturada e variações do período

Unidade: €

RÚBRICAS	QUANTIA ESCRIT. INICIAL	VARIAÇÕES								QUANTIA ESCRIT. FINAL
		ADIÇÕES	TRANSF. INT. À ENTIDADE	REVALORIZ.	REVERSÕES DE PERDAS DE IMPARIDADE	PERDAS POR IMPARIDADE	DEPRECIA. PERÍODO	DIFERENÇAS CAMBIAIS	DIMINUIÇÕES	
		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Terrenos e recursos naturais	46.746.807,67	-	-	-	-	-	-	-	-	46.746.807,67
Edifícios e outras construções	686.445,19	-	-	-	-	-	(147.472,28)	-	-	538.972,91
Infraestruturas	23.166.904,49	151.935,92	4.785.366,57	-	-	-	(10.477.311,61)	-	(18.552,28)	17.608.343,09
Património histórico, artístico e cultural	416.374,62	20.904,00	-	-	-	-	-	-	-	437.278,62
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	27.698.326,25	-	-	-	-	-	(151,44)	-	-	27.698.174,81
Edifícios e outras construções	38.393.363,52	87.693,06	1.024.139,98	-	-	-	(2.056.571,61)	-	-	37.448.624,95
Equipamento básico	586.346,77	436.067,88	-	-	-	-	(220.391,60)	-	(2.313,02)	799.710,03
Equipamento de transporte	1.137.469,61	460.920,69	-	-	-	-	(235.365,26)	-	(96.781,95)	1.266.243,09
Equipamento administrativo	304.393,92	150.583,01	-	-	-	-	(151.853,22)	-	(14.046,07)	289.077,64
Outros	275.241,69	122.637,76	-	-	-	-	(103.683,84)	-	(7,38)	294.188,23
Ativos fixos tangíveis em curso	40.864.643,96	4.843.406,51	(5.967.118,75)	-	-	-	-	-	(556.312,72)	39.184.619,00
TOTAL	180.276.317,69	6.274.148,83	(157.612,20)	-	-	-	(13.392.800,86)	-	(688.013,42)	172.312.040,04

Q5.2.A. AFT - desagregação das adições

Unidade: €

RÚBRICAS	ADIÇÕES										TOTAL (11) = Σ (1) a (10)	
	INTERNAS	COMPRA	CESSÃO	TRANSF. OU TROCA	EXPROPR.	DOAÇÃO, HERANÇA, LEGADO OU PERD. A FAVOR ESTADO	DAÇÃO EM PAG.	LOCAÇÃO FINAN.	FUSÃO, CISÃO, REESTRUT.	OUTRAS		
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)		
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural												
Infraestruturas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	151.935,92	151.935,92
Património histórico, artístico e cultural	-	8.904,00	-	-	-	-	-	-	-	-	12.000,00	20.904,00
Outros ativos fixos tangíveis												
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	87.693,06	87.693,06
Equipamento básico	-	436.067,88	-	-	-	-	-	-	-	-	-	436.067,88
Equipamento de transporte	-	425.964,09	-	-	-	-	-	-	-	-	34.956,60	460.920,69
Equipamento administrativo	-	150.583,01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	150.583,01
Outros	-	122.637,76	-	-	-	-	-	-	-	-	-	122.637,76
Ativos fixos tangíveis em curso	-	4.950,00	-	-	-	-	-	-	-	-	4.838.456,51	4.843.406,51
TOTAL	-	1.149.106,74	-	-	-	-	-	-	-	-	5.125.042,09	6.274.148,83

Q5.2.B. AFT - desagregação das diminuições

Unidade: €

RÚBRICAS	DIMINUIÇÕES					TOTAL (6) = Σ (1) a (5)
	ALIENAÇÃO A TÍTULO ONEROSO	TRANSF. OU TROCA	DEVOL. OU REVERSÃO	FUSÃO, CISÃO, REESTRUT.	OUTRAS	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Infraestruturas	-	-	-	-	(18.552,28)	(18.552,28)
Outros ativos fixos tangíveis						
Equipamento básico	-	-	-	-	(2.313,02)	(2.313,02)
Equipamento de transporte	(96.781,95)	-	-	-	-	(96.781,95)
Equipamento administrativo	-	-	-	-	(14.046,07)	(14.046,07)
Outros	-	-	-	-	(7,38)	(7,38)
Ativos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	(556.312,72)	(556.312,72)
TOTAL	(96.781,95)	-	-	-	(591.231,47)	(688.013,42)

6. Locações

O Município de Tavira realizou em 2020 um contrato de cessão da posição contratual de locatário do contrato de locação financeira imobiliária n.º 450010451, referente ao prédio sito na rua da Liberdade n.º 1 (Level UP), cujos movimentos financeiros constam do seguinte quadro.

Q6.1 Locações financeiras - Locatário

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	QUANTIA ESCRIT. LIQUIDA	PAGAMENTOS EFETUADOS ACUMULADOS				FUTUROS PAGAMENTOS			
		PERÍODO		ACUMULADO		ATÉ 1 ANO	ENTRE 1 A 5 ANOS	SUPERIOR A 5 ANOS	TOTAL
		CAPITAL	JURO	CAPITAL	JURO				
Contrato locação financeira - Edifício Level Up	201.574,82	18.869,44	7.113,20	32.520,19	12.949,43	25.982,64	129.913,20	37.495,66	193.391,50
	201.574,82	18.869,44	7.113,20	32.520,19	12.949,43	25.982,64	129.913,20	37.495,66	193.391,50

7. Custo de empréstimos obtidos

Os empréstimos obtidos que se encontram em vigor no ano 2021, são os que constam do quadro seguinte, e totalizam uma dívida a 31 de dezembro de 4,4 milhões de euros.

Os custos dos empréstimos obtidos são considerados como gastos do período.

Q7.1. Empréstimos obtidos - Empréstimos bancários

Unidade: €

ENTIDADE	DATA DO CONTRATO	DATA DE VISTO TC	PRAZO DO CONTRATO	CAPITAL		TAXA DE JURO		PAGAMENTOS DE ANOS ANTERIORES			PAGAMENTOS DO ANO			ENCARGOS VENCIDOS E NÃO PAGOS	SALDO EM 1 DE JANEIRO	SALDO EM 31 DE DEZEMBRO
				CONTRATADO	UTILIZADO	INICIAL	ATUAL	AMORTIZAÇÃO	JUROS	TOTAL	AMORTIZAÇÃO	JUROS	TOTAL			
Financiamento de Investimentos de 2003	21-05-2003	10-07-2003	240	706.555,00	706.555,00	2,00%	2,00%	595.558,00	42.649,90	638.207,90	36.999,00	1.032,38	38.031,38	-	110.997,00	73.998,00
Investimentos 2009	29-06-2009	23-07-2009	240	3.962.667,00	3.100.722,92	3,26%	1,40%	1.429.092,91	545.312,61	1.974.405,52	186.475,59	22.516,87	208.992,46	-	1.671.630,01	1.485.154,42
Financiamento de Investimentos 2004	29-07-2004	25-08-2004	240	765.296,00	765.296,00	1,48%	0,00%	584.028,92	38.940,34	622.969,26	45.234,67	219,33	45.454,00	-	181.267,08	136.032,41
Habitação Social Quinta das Salinas	29-01-2002	28-11-2002	300	2.800.000,00	2.800.000,00	1,89%	0,36%	1.762.442,50	115.815,66	1.878.258,16	128.492,93	2.699,42	131.192,35	-	1.037.557,50	909.064,57
Terreno Sítio Cara de Pau	18-06-2002	04-07-2002	240	423.997,00	423.997,00	1,58%	1,58%	367.446,17	22.384,77	389.830,94	28.252,38	87,10	28.339,48	-	56.550,83	28.298,45
Habitação Social - Bairro Jara	20-12-2006	25-01-2007	300	90.776,80	90.776,80	1,63%	0,00%	45.470,82	3.495,94	48.966,76	3.939,65	-	3.939,65	-	45.305,98	41.366,33
Horta do Carmo 67 fogos	20-12-2000	22-12-2000	300	2.971.774,02	2.971.774,02	0,66%	0,00%	2.354.137,52	40.372,71	2.394.510,23	123.527,30	-	123.527,30	-	617.636,50	494.109,20
Horta do Carmo 57 fogos	20-12-2000	22-12-2000	300	1.010.333,10	1.010.333,10	0,55%	0,00%	803.495,94	13.941,48	817.437,42	41.367,44	-	41.367,44	-	206.837,16	165.469,72
Habitação Social Stª Catarina 24 fogos (ñ bonif)	29-10-2002	07-11-2002	240	262.237,46	262.237,46	0,74%	0,74%	227.912,47	20.920,52	248.832,99	17.148,50	225,06	17.373,56	-	34.424,99	17.276,49
Cine-Teatro	22-10-2001	15-11-2001	240	1.496.393,69	1.496.393,69	1,03%	1,03%	1.398.903,36	34.912,58	1.433.815,94	97.490,33	-	97.490,33	-	97.490,33	-
Equipamentos diversos	23-09-2002	14-11-2002	240	826.837,49	826.837,49	1,92%	1,92%	703.959,69	59.545,95	763.505,64	61.317,68	426,56	61.744,24	-	122.877,80	61.560,12
Atalaia 66 fogos	23-11-2001	14-12-2001	300	2.634.730,30	2.634.730,30	0,66%	0,00%	1.944.962,63	42.944,06	1.987.906,69	114.961,28	-	114.961,28	-	689.767,67	574.806,39
Atalaia 66 fogos (não bonificado)	23-11-2001	14-12-2001	300	658.682,57	658.682,57	1,64%	0,00%	470.950,79	28.908,84	499.859,63	31.288,63	-	31.288,63	-	187.731,78	156.443,15
Habitação social Santa Catarina - 24 fogos (bonificado)	29-10-2002	07-11-2002	300	1.045.762,54	1.045.762,54	0,91%	0,49%	726.232,99	30.520,64	756.753,63	45.379,93	602,61	45.982,54	-	319.529,55	274.149,62
Habitação Social Fração H - Lote 11	30-12-2004	24-02-2005	300	45.051,18	45.051,18	0,67%	0,00%	26.999,33	913,10	27.912,43	1.900,20	-	1.900,20	-	18.051,85	16.151,65
Empréstimo QREN - Recuperação da Igreja Nossa Srª das Ondas	25-02-2013	23-07-2013	100	94.325,78	94.234,11	2,00%	2,00%	76.988,47	18.104,60	95.093,07	17.245,64	501,33	17.746,97	-	17.245,64	-
TOTAL				19.795.419,93	18.933.384,18			13.518.582,51	1.059.683,70	14.578.266,21	981.021,15	28.310,66	1.009.331,81	-	5.414.901,67	4.433.880,52

8. Propriedades de investimento

O Município de Távira não tem nenhum ativo classificado como propriedade de investimento no corrente ano.

9. Imparidade de ativos

Foram reconhecidos como imparidade os ativos que correspondem a dívida de clientes, contribuintes e utentes que estão em execução fiscal por se encontrarem ultrapassados os prazos legais de pagamento, no montante de €269.448,36 e os investimentos financeiros referentes a participações do Município na EMPET e na Globalgarve que se encontram em processo de liquidação e de insolvência, respetivamente.

Q 9.1. Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	NATUREZA	QUANTIA BRUTA	IMPARIDADE ACUMULADA	REVERSÃO DE IMPARIDADES	QUANTIA RECUPERÁVEL	MODELO UTILIZADO	
						JUSTO VALOR	VALOR DE USO
(1)	(2)	(3)	(3)	(3)	(3)	(4)	(5)
Outros instrumentos financeiros a curto prazo	Gerador de caixa	-	-	-	-		
Devedores e credores por transf., sub. e empréstimos bonif	Gerador de caixa	9.902,02	-	-	9.902,02		x
Clientes, contribuintes e utentes	Gerador de caixa	407.622,80	269.448,36	36.851,43	175.025,87		x
Fornecedores	Gerador de caixa	436.293,79	-	-	436.293,79		x
Pessoal	Gerador de caixa	250,00	-	-	250,00		x
Outras contas a receber e a pagar	Gerador de caixa	8.268.002,25	-	-	8.268.002,25		x
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Gerador de caixa	474.357,38	-	-	474.357,38		x
Investimentos financeiros	Gerador de caixa	7.173.301,83	555.503,44	-	6.617.798,39		x
Ativos fixos tangíveis	Não gerador de caixa	133.127.421,04	-	-	133.127.421,04		x
Ativos intangíveis	Não gerador de caixa	142.484,22	-	-	142.484,22		x
Investimentos em curso	Não gerador de caixa	39.834.919,50	-	-	39.834.919,50		x
TOTAL		189.874.554,83	824.951,80	36.851,43	189.086.454,46	-	-

10. Inventários

O inventário é o que se encontra demonstrado nos quadros seguintes.

Q 10.1. Inventários

Unidade: €

RÚBRICA	QUANTIA BRUTA	IMPARIDADE ACUMULADA	QUANTIA RECUPERÁVEL
(1)	(2)	(3)	(4) = (2) - (3)
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	474.357,38	-	474.357,38
TOTAL	474.357,38	-	474.357,38

Q 10.2. Inventários: movimentos do período

Unidade: €

RÚBRICA	QUANTIA ESCRITURADA INICIAL	MOVIMENTOS NO PERÍODO						QUANTIA ESCRITURADA FINAL	
		COMPRAS LIQUIDAS	CONSUMOS/ GASTOS	VAR. INV. PRODUÇÃO	PERDAS POR IMPARIDADE	REV. PERDAS IMPARIDADE	OUTRAS RED. INV.		OUTROS AUM. INV.
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9) = Σ (1) a (8)	
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	453.907,64	424.444,55	(402.845,79)	-	-	-	(1.149,02)	-	474.357,38
TOTAL	453.907,64	424.444,55	(402.845,79)	-	-	-	(1.149,02)	-	474.357,38

11. Agricultura

Não se aplica ao corrente ano

12. Contratos de construção

Não se aplica ao corrente ano

13. Rendimento de transações com contraprestação

No corrente período, o Município de Tavira obteve rendimentos provenientes das seguintes transações e acontecimentos com contraprestação: prestação de serviços, uso de terceiros de ativos que produzem juros e dividendos e a locação de ativos fixos tangíveis.

Nos “*outros*” estão refletidos os valores dos contratos de concessão da iluminação pública e de energia eólica.

Q 13.1 Rendimento com contraprestação

Unidade: €

TIPO DE TRANSAÇÃO COM CONTRAPRESTAÇÃO (1)	RENDIMENTO DO PERÍODO RECONHECIDO (2)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	340.592,57
VENDA DE BENS	-
JUROS	-
ROYALTIES	-
DIVIDENDOS OU DISTRIBUIÇÕES SIMILARES	581.256,41
OUTROS	3.422.843,76
TOTAL	4.344.692,74

14. Rendimento de transações sem contraprestações

Os rendimentos sem contraprestação comportam os impostos e taxas, as transferências financeiras (correntes e de capital) e as multas e outras penalidades que o Município reconheceu no corrente ano.

Q 14.1. Rendimentos sem contraprestação

Unidade: €

TIPOS DE TRANSAÇÃO SEM CONTRAPRESTAÇÃO	REND. DO PERÍODO RECONHECIDO EM		QUANTIAS A RECEBER		ADIANTAMENTOS RECEBIDOS
	RESULTADOS	PATRIMÓNIO LIQ.	INÍCIO DO PERÍODO	FIM DO PERÍODO	
Impostos diretos	8.050.188,74	-	-	-	7.327.878,24
Impostos indiretos	9.792.570,31	-	-	-	1.446.138,83
Contribuições para sistemas de proteção social e substist. de saúde	-	-	-	-	-
Taxas	1.378.666,37	-	-	-	-
Multas e outras penalidades	130.323,56	-	-	-	-
Transferências sem condição	7.883.042,62	1.476.095,00	-	-	-
TOTAL	27.234.791,60	1.476.095,00	-	-	8.774.017,07

15. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Em 2021, o Município de Tavira aumentou as suas provisões face ao ano anterior e não dispõe de nenhum ativo ou passivo contingente.

Q 15.1. Provisões

Unidade: €

RÚBRICAS	QUANTIA ESCRIT. INICIAL	AUMENTOS				DIMINUIÇÕES				QUANTIA ESCRIT. FINAL
		REFORÇOS	AUMENTO QUANTIA ESCRITURADA	OUTROS AUMENTOS	TOTAL AUMENTOS	UTILIZAÇÕES	REVERSÕES	OUTRAS DIMINUIÇÕES	TOTAL DIMINUIÇÕES	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5) = (2) + (3) + (4)	(6)	(7)	(8)	(9) = (6) + (7) + (8)	(10)
Processos judiciais em curso	4.341.632,99	294.298,18	-	-	294.298,18	-	-	-	-	4.635.931,17
Contratos onerosos	7.902,00	-	-	-	-	-	-	-	-	7.902,00
TOTAL	4.349.534,99	294.298,18	-	-	294.298,18	-	-	-	-	4.643.833,17

No que concerne aos “*Processos judiciais em curso*” registou-se um reforço dos valores provisionados por força de 2 novos processos no tribunal contra a autarquia.

Os processos judiciais com maior relevância são o Proc. N.º 467/17.8BELLE, colocado pelo Ginásio Clube de Tavira em que solicita uma indemnização de €2.690.430,50 por alegado incumprimento contratual e o Proc. N.º 292/18.9BELLE, referente a um pedido de anulação e de nulidade de atos administrativos, com um pedido de indemnização no montante de €817.364, por parte dos autores Michael James French e Joanna Sarah French.

No corrente ano não se registaram quaisquer movimentos de passivos e ativos contingentes.

16. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não se aplica ao corrente ano

17. Acontecimentos após a data de relato

Não se aplica ao corrente ano

18. Instrumentos financeiros

Q 18.1. Ativos financeiros

Unidade: €

RÚBRICAS	QUANTIA ESCRIT. INICIAL	AUMENTOS				DIMINUIÇÕES				QUANTIA ESCRIT. FINAL
		COMPRAS	GANHOS DE JUSTO VALOR	REV. PERDAS POR IMP.	OUTROS	ALIENAÇÕES	PERDAS DE JUSTO VALOR	PERDAS POR IMPARIDADE	OUTRAS	
Participações financeiras - custo	5.443.505,62	-	476.113,05	-	1.208.179,72	-	-	-	510.000,00	6.617.798,39
TOTAL	5.443.505,62	-	476.113,05	-	1.208.179,72	-	-	-	510.000,00	6.617.798,39

Q 18.4. Outros investimentos financeiros que não sejam participações de capital

Unidade: €

RÚBRICAS	QUANTIA ESCRIT. INICIAL	AUMENTOS				DIMINUIÇÕES				QUANTIA ESCRIT. FINAL
		COMPRAS	GANHOS DE JUSTO VALOR	REV. PERDAS POR IMP.	OUTROS	ALIENAÇÕES	PERDAS DE JUSTO VALOR	PERDAS POR IMPARIDADE	OUTRAS	
Participações de capital - ao custo										
Águas do Algarve, SA	709.137,59	-	-	-	-	-	-	-	-	709.137,59
Algar - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA	159.675,00	-	-	-	-	-	-	-	-	159.675,00
ALSUD - Cooperativa de Ensino e Formação Profissional do Alentejo, CRL	1.500,00	-	-	-	-	-	-	-	-	1.500,00
AGETAV - Agência de Desenvolvimento de Tavira, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ares do Sul - Cooperativa de Reabilitação e Inserção, CRL	524,00	-	-	-	-	-	-	-	-	524,00
Caixa Crédito Agrícola Mútuo do Sotavento Algarvio, CRL	500,00	-	-	-	-	-	-	-	-	500,00
Centro Tecnológico de Citricultura	12.500,00	-	-	-	-	-	-	-	-	12.500,00
EMPET - Parques Empresariais de Tavira, EM, Lda. - em liquidação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FAM - Fundo de Apoio Municipal	796.423,50	-	-	-	-	-	-	-	-	796.423,50
Fórum Cultural de Tavira	14.963,94	-	-	-	-	-	-	-	-	14.963,94
Globalgarve - Cooperação e Desenvolvimento, SA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Soc. POLIS - Sociedade de Requalificação e Valorização da Ria Formosa, SA	2.025.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	2.025.000,00
TaviraVerde - Empresa Municipal de Ambiente, EM	1.723.281,59	-	476.113,05	-	1.208.179,72	-	-	-	510.000,00	2.897.574,36
TOTAL	5.443.505,62	-	476.113,05	-	1.208.179,72	-	-	-	510.000,00	6.617.798,39

Importa salientar que no final do ano 2021 foi deliberado pelos acionistas da Sociedade POLIS a extinção da mesma, aguardando-se em 2022 a transferência do património da sociedade para os acionistas.

19. Benefícios dos empregados

Não se aplica ao corrente ano.

20. Divulgações de partes relacionadas

O Município de Tavira detém uma participação maioritária nas empresas locais: “EMPET - Parques Empresariais de Tavira, EM, Lda. - em liquidação” – parques empresariais de Tavira, E.M e TaviraVerde – Empresa Municipal de Ambiente, EM”, com 96% e 51% respetivamente; e detém o controlo direto da “UAC – Associação para o Desenvolvimento Integrado da Baixa de Tavira” conforme o disposto no n.º 4 do artigo 75º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro republicada em anexo à Lei n.º 51/2018 de 16 de agosto.

Q 20.1. Listagem de entidades controladas

DESIGNAÇÃO	SEDE	% CONTROLO	
		DIRETO	INDIRETO
EMPET - Parques Empresariais de Tavira, EM, Lda. - em liquidação	Tavira	96%	-
TaviraVerde - Empresa Municipal de Ambiente, EM	Tavira	51%	-
UAC - Associação para o Desenvolvimento Integrado da Baixa de Tavira	Tavira	100%	-

Q20.2 Principais relações com entidades controladas

DESIGNAÇÃO	2021	2020	VARIAÇÃO 2020-2021	
			€	%
Tavira Verde	3.604.506	3.184.990	419.515	13,17%
Espaços Verdes	1.908.498	1.748.604	159.893	9,14%
Limpeza das praias	385.985	326.159	59.826	18,34%
Limpeza pública	1.310.022	1.110.227	199.795	18,00%
UAC	500.000	130.000	370.000	284,62%
TOTAL	4.914.528	4.295.217	619.311	14,42%

As principais relações entre o Município de Tavira e a Tavira Verde prendem-se com a execução de 3 contratos-programa e no caso da UAC com, a atribuição de apoio para a realização de atividades, sendo que no último ano foi atribuído um apoio extraordinário para os empresários afetados pela pandemia,

conforme consta no quadro anterior.

21. Relato por segmentos

Não se aplica ao corrente ano.

22 Interesses em outras entidades

Não se aplica ao corrente ano.

23. Outras informações

Fornecedores e outras contas a pagar

No quadro seguinte constam discriminados os montantes que compõem os fornecedores e outras contas a pagar que constam do balanço, por corrente e não corrente.

Verifica-se que houve um aumento deste por força do aumento registado nas outras contas a pagar onde se incluem os credores por acréscimos de gastos (estimativas de despesas com o pessoal – férias).

Q.23.1 – Fornecedores e outras contas a pagar

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	2021	2020	VARIAÇÃO 2020-2021	
			€	%
Passivo corrente	2.345.217	2.169.036	176.182	8,12%
Credores por transf. e sub. não reemb. concedidos	-	9.303	(9.303)	(100,00%)
Fornecedores	436.392	628.097	(191.705)	(30,52%)
Fornecedores c/c	-	15.952	(15.952)	(100,00%)
Fornecedores fat. em conferência	436.392	612.145	(175.753)	(28,71%)
Estado outros entes públicos	132.103	61.414	70.689	115,10%
Fornecedores de investimento	82.044	68.971	13.073	18,95%
Fornecedores de investimento c/c	31.464	17.957	13.507	75,22%
Faturas em receção e conferência	50.580	51.014	(434)	(0,85%)
Outras contas a pagar	1.694.679	1.401.251	293.428	20,94%
Passivo não corrente	175.888	193.844	(17.957)	(9,26%)
Fornecedores de investimento c/c	160.114	178.070	(17.957)	(10,08%)
Outras contas a pagar (OT)	15.774	15.774	-	-
TOTAL	2.521.105	2.362.880	158.225	6,70%

Outras contas a receber

No que concerne, às outras contas a receber o quadro seguinte discrimina a composição destas.

Q.23.2 – Outras contas a receber

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	2021	2020	VARIAÇÃO 2020-2021	
			€	%
Outras contas a receber	9.916.897	9.021.044	895.852	9,93%
Outros devedores	94.041	182.284	(88.242)	(48,41%)
Devedores por acréscimo de rendimentos	8.820.216	8.362.110	458.106	5,48%
IMI	7.319.099	7.376.277	(57.178)	(0,78%)
IMT	1.446.139	927.519	518.620	55,91%
Outros	54.978	58.313	(3.335)	(5,72%)
Outros acréscimos de rendimentos	507.311	476.651	30.660	6,43%
Adiantamento a fornecedores	495.329	-	495.329	-

Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal aumentaram, tendo sido abordado no teor do relatório, na sua vertente orçamental no capítulo 2.2 execução da despesa.

A rubrica de gastos com pessoal é composta conforme quadro seguinte.

Q.23.3 – Gastos com pessoal

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	2021	2020	VARIAÇÃO 2020-2021	
			€	%
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania	212.639	270.929	(58.290)	(21,51%)
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	3.298	693	2.605	375,80%
Remunerações do pessoal	7.672.374	6.884.138	788.236	11,45%
Encargos sobre remunerações	1.725.848	1.568.762	157.086	10,01%
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	63.309	78.429	(15.120)	(19,28%)
Outros gastos com o pessoal	232.218	252.696	(20.477)	(8,10%)
Outros encargos sociais	253.430	213.833	39.597	18,52%
TOTAL	10.163.115	9.269.479	893.636	9,64%

Fornecimento e serviços externos

O fornecimento e serviços externos manteve-se semelhante ao ano anterior, com um ligeiro aumento, o qual se encontra explicado com maior pormenor no capítulo 2.2 “Execução da despesa”, nomeadamente a figura 21.

A rubrica decompõe-se conforme o quadro seguinte.

Q.23.4 – Fornecimento e serviços externos

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	2021	2020	VARIAÇÃO 2020-2021	
			€	%
Subcontratos e parcerias	-	15.480	(15.480)	(100,00%)
Serviços especializados	1.570.154	1.484.152	86.003	5,79%
Trabalhos especializados	496.728	549.774	(53.047)	(9,65%)
Publicidade, comunicação e imagem	86.609	87.482	(874)	(1,00%)
Vigilância e segurança	70.657	28.004	42.654	152,31%
Honorários	-	14.453	(14.453)	(100,00%)
Comissões (cobrança de impostos)	433.766	359.805	73.961	20,56%
Conservação e reparação	475.126	412.151	62.975	15,28%
Outros serviços especializados	7.269	32.483	(25.214)	(77,62%)
Materiais de consumo	537.510	650.786	(113.276)	(17,41%)
Energia e fluidos	1.290.216	1.442.313	(152.097)	(10,55%)
Deslocações, estadas e transportes	228.558	305.151	(76.594)	(25,10%)
Serviços diversos	2.007.258	1.594.039	413.219	25,92%
Rendas e alugueres	333.772	253.598	80.174	31,61%
Comunicação	82.989	71.569	11.420	15,96%
Seguros	110.223	158.472	(48.249)	(30,45%)
Contencioso e notariado	1	324	(323)	(99,69%)
Limpeza, higiene e conforto	152.561	129.794	22.766	17,54%
Outros serviços	1.327.711	980.281	347.430	35,44%
TOTAL	5.633.696	5.491.921	141.775	2,58%

Transferências e Subsídios concedidos

Registou-se um grande aumento nos apoios e transferências correntes concedidas, devido à necessidade de apoiar famílias e instituições no âmbito da pandemia, conforme foi descrito no capítulo da execução da despesa (2.2), designadamente na tabela 14. A rubrica de transferências e subsídios concedidos discrimina-se de acordo com o quadro seguinte.

Q.23.5 – Transferências e subsídios concedidos

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	2021	2020	VARIAÇÃO 2020-2021	
			€	%
Transferências correntes concedidas	3.934.763	3.123.596	811.167	25,97%
Administração local	1.437.991	927.738	510.253	55,00%
Outros setores institucionais	2.496.772	2.195.858	300.914	13,70%
Subsídios correntes concedidos	4.043.552	3.330.237	713.315	21,42%
Administração local	3.502.449	3.315.889	186.560	5,63%
Outros setores institucionais	541.103	14.348	526.755	3.671,27%
Transferências de capital concedidas	54.372	270.233	(215.860)	(79,88%)
Outros setores institucionais	54.372	119.708	(65.335)	(54,58%)
Outros	-	150.525	(150.525)	(100,00%)
TOTAL	8.032.687	6.724.066	1.308.621	19,46%

Gastos/reversões de depreciação e amortização

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

Q23.6 Gastos/reversões de depreciação e amortização

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	2021	2020	VARIAÇÃO 2020-2021	
			€	%
Ativos fixos tangíveis	12.323.156	12.056.271	266.885	2,21%
Bens de domínio público, patr, histórico, artístico e cultural	10.321.997	10.180.008	141.990	1,39%
Terrenos e recursos naturais	151	151	-	-
Edifícios e outras construções	1.176.572	1.183.877	(7.305)	(0,62%)
Equipamento básico	222.705	256.525	(33.820)	(13,18%)
Equipamento de transporte	332.147	210.160	121.988	58,05%
Equipamento administrativo	165.899	136.844	29.055	21,23%
Outros ativos fixos tangíveis	103.684	88.706	14.978	16,89%
Ativos intangíveis	101.455	28.196	73.258	259,82%
Prog. computador e sistemas de informação	101.455	28.196	73.258	259,82%
TOTAL	12.424.610	12.084.467	340.144	2,81%

Diferimentos

O montante que compõe os diferimentos no passivo não corrente é constituído por várias

transferências e subsídios obtidos de vários programas comunitários e nacionais para a realização de diversas obras que se encontram por regularizar, umas porque ainda não se encontram totalmente encerradas (as candidaturas), outras porque as obras ainda estão a decorrer.

CONCLUSÃO

Após a análise detalhada da situação económico-financeira do Município de Tavira que foi efetuada ao longo deste relatório, destacam-se os seguintes aspetos:

- O Município de Tavira tem um grau de independência financeira de 69,22%;
- O grau de execução da receita situou-se nos 99,08%, tendo as receitas correntes atingido os 102,25%;
- Registou-se um aumento da receita cobrada em 3,28% (€1.662.184), com a receita corrente a aumentar 9,50% (€2.586.686) e a de capital a diminuir 14,30% (€309.995);
- O grau de execução da despesa foi de 63,52%. A despesa corrente teve uma execução de 76,77% e a de capital ficou-se pelos 44,23%, com a despesa paga no corrente ano a aumentar 11,64% (€3.497.479), face ao ano anterior. Com a despesa de pessoal a aumentar 7,68% (€699.906);
- O Município de Tavira encontra-se devidamente equilibrado de acordo com o estipulado no n.º 2 do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, tendo uma margem de €4.809.601;
- O saldo da gerência a transitar para o ano de 2021 é de €18.854.062;
- Os indicadores de liquidez do Município apresentam uma elevada capacidade de cobertura do passivo;
- Os resultados antes das depreciações e gastos de financiamento foram de €5.895.473. No entanto, os elevados gastos de depreciação e amortização, fizeram com que o resultado líquido do exercício seja negativo no valor de €6.541.500;
- Redução da dívida em cerca de 1,2 milhões de euros, passando a ser apenas cerca 5,3 milhões de euros, cumprindo-se o limite da dívida total, com uma margem de €38.178.150 o que permite que no ano 2021 se possa aumentar a dívida em cerca de 7,6 milhões de euros;
- As medidas tomadas para combate e prevenção no âmbito da pandemia tiveram um impacto nas contas da autarquia na ordem dos 2,3 milhões de euros.

Paços do Concelho, 8 de abril de 2021

A Presidente da Câmara Municipal,

Ana Paula Martins

ANEXOS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

MUNICÍPIO DE TAVIRA
REVISÃO LEGAL DAS CONTAS
EXERCÍCIO DE 2021

RS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Município de Tavira (a Entidade), as quais compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021, (que evidencia um total de 209.670.798 euros e um total de património líquido de 189.283.584 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 6.541.450 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data e o anexo às demonstrações financeiras, que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida no ponto 1, e exceto quanto aos efeitos das matérias referidas nos pontos 2 a 3 das matérias referidas na secção “Bases para a Opinião com Reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Município de Tavira, em 31 de dezembro de 2021, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

1. Não foram obtidas as demonstrações financeiras aprovadas da empresa Municipal Empet, EM – sociedade em liquidação, referentes aos exercícios de 2020 e 2021. A informação que nos foi facultada, indica a existência de processos judiciais que transitam do passado, com decisão desfavorável para a Empet, EM. Por outro lado, a sociedade encontra-se em processo de liquidação, não tendo sido obtidos elementos que permitam concluir sobre a suficiência dos seus ativos para liquidação dos passivos e das eventuais responsabilidades que lhe sejam imputadas. Neste sentido, não nos é possível pronunciar sobre a necessidade da constituição de eventuais provisões.

2. A aplicação do SNC-AP desde 2020, implicou a alteração do registo dos montantes de subsídios para investimento recebidos, estando em 2021 registados, na rubrica de outras variações no património líquido cerca de 6.405.800 euros, e no passivo na rubrica de diferimentos cerca de 8.611.000 euros, que incluem montantes com elevada antiguidade. Não se encontravam disponíveis elementos que permitissem validar o suporte do registo e os cálculos efetuados, incluindo a adequada repartição dos montantes afetos a cada um dos projetos participados e a validação da informação com os elementos do ativo fixo participado.

3. Os ativos fixos tangíveis e intangíveis em curso, de cerca de 39.184.600 euros e 650.300 euros, respetivamente, incluem cerca de 32.700.000 euros de obras e projetos já concluídos, que por isso, deveriam ter sido transferidas para as respetivas rubricas do ativo e amortizadas. Não é possível quantificar o efeito destas situações que deveriam determinar uma redução do ativo, do resultado líquido e do património líquido. Manter e reformular.



A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco



de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 52.316.736 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 33.528.674 euros), e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da Entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma Contabilística Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.



Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais, exceto quanto ao seguinte:

Nos termos da norma de contabilidade pública 27 do SNC-AP, e entidade deverá implementar uma contabilidade de gestão, que permita o apuramento e divulgação de gastos e rendimentos das suas atividades. Conforme referido no ponto 5 do relatório de gestão, o sistema de contabilidade de gestão utilizado é limitado ao apuramento de custos nos termos previstos no anterior normativo, não tendo sido adaptado às novas exigências do SNC-AP.

Faro, 18 de abril de 2022



**Rosalba Maria Cocco Mercante Ferro, em representação de
DFK, Ferro, Silva & Associados, SROC, Lda**